

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MARIA JOSEFINA MEDEIROS SANTOS

Sob o véu da psicopatia...

Belo Horizonte
2013

MARIA JOSEFINA MEDEIROS SANTOS

Sob o véu da psicopatia...

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicanálise

Orientação: Prof^ª. Dra. Andréa Máris Campos Guerra

Nome: Santos, Maria Josefina Medeiros

Título: Sob o véu da psicopatia...

Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Andréa Máris Campos Guerra

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: _____

Profa. Dra. Márcia Maria Rosa Vieira

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: _____

Profa. Dra. Fernanda Otoni de Barros-Brisset

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe. Sem a sua força e amor, nada disso teria sido possível.

A minha família por acreditarem em mim muito mais do que eu mesma. Pai, Anamélia e Antônio, vou continuar escrevendo, prometo-lhes.

Vó, obrigado por tornar as coisas mais fáceis para mim...

Ao Renato pela paciência, compreensão, companheirismo e, principalmente, pelo amor.

Aos meus amigos pelo desanuviamento... Sem os drinks e as conversas despreziosas tudo isso teria sido muito mais difícil. Ao Marcelo, sempre.

Agradeço a Andréa Guerra, uma orientadora como poucas. Sempre atenciosa, precisa, carinhosa, cuidadosa e cheia de energia. Obrigada por me acompanhar nessa longa e difícil caminhada.

A Márcia Rosa que, no início desta pesquisa, ajudou a iluminar um bololô de ideias,

Ao PAI-PJ, uma escola para mim. Agradeço ao Fabrício Ribeiro e a Maria Elisa Campos por me apoiarem e orientarem quando este trabalho era apenas uma ideia confusa,

A Ana Cecília Carvalho por me ensinar o necessário rigor com a escrita,

Ao Henri Kaufmanner pela leveza e bom humor,

Ao Marilyn Manson, sem ele, talvez nunca teria me interessado em estudar a psicopatia...

“The beast in me
Is caged by frail and fragile bars
Restless by day
And by night, rants and rages at the stars
God help the beast in me

The beast in me
Has had to learn to live with pain
And how to shelter from the rain
And in the twinkling of an eye
Might have to be restrained
God help the beast in me

Sometimes, it tries to kid me
That it's just a teddy bear
And even somehow manage to vanish in the air
And that is when I must beware
Of the beast in me that everybody knows
They've seen him out dressed in my clothes
Patently unclear
If it's New York or New Year
God help the beast in me

The beast in me”
(Nick Lowe's/ Johnny Cash, *The beast in me*)

“*Light a candle for the sinners, set the world on fire*”
(Marilyn Manson, “1996”)

“You are a man of extreme passion, a hungry man not quite sure where his appetite lies, a deeply frustrated man striving to project his individuality against a backdrop of rigid conformity. You exist in a half-world suspended between two superstructures, one self-expression and the other self-destruction. You are strong, but there is a flaw in your strength, and unless you learn to control it the flaw will prove stronger than your strength and defeat you. The flaw? Explosive emotional reaction out of all proportion to the occasion. Why? Why this unreasonable anger at the sight of others who are happy or content, this growing contempt for people and the desire to hurt them? All right, you think they're fools, you despise them because their morals, their happiness is the source of your frustration and resentment. But these are dreadful enemies you carry within yourself--in time destructive as bullets. Mercifully, a bullet kills its victim. This other bacteria, permitted to age, does not kill a man but leaves in its wake the hulk of a creature torn and twisted; there is still fire within his being but it is kept alive by casting upon it faggots of scorn and hate. He may successfully accumulate, but he does not accumulate success, for he is his own enemy and is kept from truly enjoying his achievements.”
(Truman Capote, *Cold Blood*)

“O poeta virou um pária, uma anomalia. Está em vias de extinção. Quem se importa hoje com suas monstruosidades?”
(Henry Miller, *A hora dos assassinos (Um estudo sobre Rimbaud)*)

“I am terrified by this dark thing
That sleeps in me;
All day I feel its soft, feathery turnings, its malignity.”
(Sylvia Plath, “Olmo”, *Ariel*)

RESUMO

SANTOS, M. J. M. (2013). *Sob o véu da psicopatia*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Ao partimos da problematização do diagnóstico referente à psicopatia, principalmente no tocante a sua frequente associação com o domínio da criminalidade e “monstruosidade”, caminhamos no sentido de investigar a hipótese de que a psicopatia pode velar a presença de uma psicose. Nesse sentido, buscamos defender a ideia de que alguns indivíduos considerados psicopatas podem fazer uso de defesas de cunho perverso que surgem como um modo de defendê-los de uma psicose exuberante, ou seja, rica em fenômenos elementares. Desse modo, a psicopatia poderia ser compreendida como uma tentativa de estabilização na psicose. Associado a tal ideia, trabalhamos no sentido de evidenciar que a dinâmica da fantasia em sujeitos psicóticos, mais precisamente em psicóticos sádicos, pode surgir como um importante elemento na elucidação da psicopatia.

Embora seja fundamental sublinhar que nem toda psicopatia pode ser compreendida como uma psicose, sendo uma manifestação que pode se fazer presente em outras estruturas, buscamos demonstrar que a mesma não é apenas um conjunto de critérios sintomatológicos que, não raro, enrijecem, silenciam e estigmatizam o sujeito. Dessa maneira, buscamos ampliar a discussão que orbita em torno da psicopatia, movimento que traz consequências no modo como tal manifestação é apreendida no terreno psiquiátrico, jurídico, leigo e, sobretudo, clínico.

Palavras-chave: Psicopatia, diagnóstico, monstruosidade, defesas perversas na psicose, fantasia na psicose, estabilização.

ABSTRACT

SANTOS, M. J. M. (2013). *Under the veil of psychopathy*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

After leaving the problematization of the psychopathy diagnosis, especially regarding its association between criminality and monstrosity, we walk in order to investigate the hypotheses that the psychopathy can veil the presence of a psychosis. In that sense, we aim to defend the idea that some individuals considered psychopaths can make use of perversion's defenses that appear as a way to defend them against an exuberant psychosis, in other words, rich in elementary phenomenon. In this way, psychopathy can be understood as an attempt of stabilization in the psychosis. Associated to that idea, we work in order to demonstrate that the fantasy dynamic in psychosis, more precisely in sadistic psychotics, can emerge as an important element in the enlightening of the psychopathy.

Though is fundamental to underline that not all of the psychopaths should be conceived as psychosis since it is a manifestation that can be present in other structures, we intend to demonstrate that the psychopathy is not only a set of symptoms that not rare entrench, silence and stigmatize the individual. Thus, we aim to widen the discussions around psychopathy, a movement that brings consequences in how this manifestation is understood in the psychiatric, legal, non-expert and, mainly, clinical ground.

Keywords: Psychopathy, diagnosis, monstrosity, perversion's defenses in the psychosis, fantasy in psychosis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2 INTRODUÇÃO À EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE PSICOPATIA .	23
2.1 A psicopatia enquanto um conceito psiquiátrico	24
2.2 A contribuição de Emil Kraepelin e Kurt Schneider	24
2.3 Harvey Cleckley como um divisor de águas no estudo das psicopatias.....	31
2.4 O DSM e suas várias edições: a ascensão da personalidade antissocial e o declínio da psicopatia.....	36
2.5 Robert Hare e o definitivo desvio da obra de Harvey Cleckley: o “monstro psicopata” vai se criando... ..	43
2.6 O retrocesso representado pelo Transtorno de personalidade Antissocial.....	46
2.7 O psicopata-monstro	47
3 A PSICOPATIA NA PSICANÁLISE	55
3.1 A psicopatia em Freud	56
3.2 Um exercício ilustrativo contemporâneo: O caso O.J Simpson	59
3.3 <i>O mal-estar na civilização</i> : o pessimismo freudiano e a agressividade inerente ao ser humano	61
3.4 Winnicott e a tendência antissocial	73
3.5 A psicopatia para Lacan: as condutas simbólicas do psicopata e o discurso do canalha.....	83
3.6 A canalhice como uma patologia cínica: o psicopata como um avatar do canalha....	92
4 O USO DE DEFESAS SADOMASOQUISTAS NA PSICOSE E A DINÂMICA DO GOZO NA FANTASIA PSICÓTICA COMO UM MODO DE SE COMPREENDER A PSICOPATIA	104
4.1 A perversão: um breve delineamento em Freud	105
4.2 Introdução à discussão elaborada por Jean Claude Maleval:.....	108
4.3 O caso do Sr. M : um “masoquismo atípico”?	110
4.4 “Suplencia perversa em un sujeito psicótico”: uma discussão diagnóstica.....	112
4.5 Para além do Sr.M: uma seara árida em pesquisas	118
4.6 A distinção entre defesas perversas e a recusa (Verleugnung).....	120

4.7 Defesa e mecanismo de defesa	121
4.8 <i>Verleugnung</i> em Freud.....	123
4.9 Sadismo e masoquismo como defesas	124
4.10 A fantasia e a fantasia na psicose	129
4.11 A fantasia na perversão.....	133
4.12 Fantasia fundamental como aquilo que falta na psicose.....	135
4.13 Face à carência da fantasia fundamental, as “imagens indeléveis” como substitutos fantasmáticos na psicose	136
5 CONCLUSÃO.....	142
REFERÊNCIAS	145
ANEXO A - Jeffrey Dahmer e sua história.....	154

1- INTRODUÇÃO:

A psicopatia, ou Transtorno de Personalidade Antissocial, tal como foi reclassificada pelo DSM e pelo CID-10, circula pelo discurso da mídia e pelo imaginário popular sem que se saiba muito sobre o seu estatuto, sua causalidade e sobre as possibilidades de tratamento.

Embora a psicopatia esteja bastante em voga, são escassos os trabalhos em psicanálise que visam abordá-la. A psicanálise, por valorizar uma clínica na qual o sujeito é o protagonista que transmite um saber sobre o seu sofrimento, deixa de lado etiquetas diagnósticas que amiúde enquadram e silenciam o indivíduo, fato que, em certa medida, explica o porquê de seu retraimento em empreender pesquisas sobre a psicopatia. Somado a isso, a psicopatia não coincide com nenhuma das entidades nosológicas da clínica estrutural (neurose, psicose e perversão), o que torna ainda mais difícil a sua operacionalização.

Ainda que a psicopatia não seja um conceito propriamente psicanalítico, o aporte teórico da psicanálise possui uma série de elementos que em muito podem auxiliar na sua elucidação. São profusos os trabalhos em psicanálise que possuem como escopo as relações existentes entre os indivíduos e o crime, ponto que nos é de especial interesse, ainda que se saiba que a psicopatia não se restringe ao comportamento criminoso.

Independentemente da recusa de muitos teóricos em psicanálise em problematizar a psicopatia, trabalhos mais recentes que se norteiam a partir de orientações lacanianas podem ser de grande auxílio na elucidação do problema representado pela psicopatia. Esta pode ser compreendida como uma espécie de estabilização psicótica, elaboração inicialmente proposta por Jean Claude Maleval (1996/2000), autor que vem trabalhando no sentido de evidenciar que muitos sujeitos psicóticos se valem de suplências perversas como um modo de amarração que os defendem contra uma psicose evidente.

Maleval nos fornece subsídios para pensarmos que muitos casos considerados “bárbaros”, “monstruosos” ou “psicopáticos” podem ser compreendidos como casos nos quais um psicótico fez uso de um arranjo perverso com matizes sádicas e masoquistas. Tal contribuição surge como uma preciosa chave de leitura da psicopatia, uma vez que, a partir dela, a psicopatia deixa de ser um corpo meramente sintomatológico que, não raro, vem impregnado de forte julgamento moral. Além disso, a ideia de Maleval relativa à dinâmica fantasmática nas psicoses sádicas dilata sobremaneira o campo de compreensão existente a respeito da psicopatia, demonstrando que muitos indivíduos considerados psicopatas são, de fato, sujeitos psicóticos, o que, em certa medida, questiona a associação quase natural que frequentemente é feita entre psicopatia e perversão.

À medida que a psicopatia representa um rico problema de pesquisa, sendo de interesse à psiquiatria, ao plano forense, à mídia, ao senso comum e à psicanálise, torna-se imprescindível uma pesquisa que a aborde de modo criterioso. Um trabalho que agregue contribuições advindas da psicanálise surge como um meio de enriquecer um campo no qual impera uma aridez engendrada pelo modo como a psiquiatria vem abordando os transtornos mentais. Com o domínio dos Manuais Estatísticos e Diagnósticos como o CID e o DSM, é predominante um modo de pensar a clínica que é essencialmente descritivo e a-teórico, e no qual há pouco espaço para elaborações que incluam as manifestações singulares dos sujeitos.

Ao observarmos diferentes contextos históricos, podemos verificar como cada um deles ressonou na dinâmica psíquica de seus contemporâneos. Nas últimas décadas, observamos uma explosão de diagnósticos de transtorno de déficit de atenção, de transtornos alimentares, de toxicomanias e muitos outros. A pós-modernidade tem se mostrado um terreno fértil para a eclosão de patologias que rapidamente são localizadas, sistematizadas, catalogadas e, finalmente, medicadas. Podemos citar como um importante integrante dessa plêiade de desordens, o Transtorno de Personalidade Antissocial, que, para o DSM IV-TR e o CID 10, se iguala à psicopatia.

Mas, afinal, como compreender a psicopatia?

Primeiramente, devemos sublinhar que é possível abordá-la a partir de referenciais bastante distintos, como por meio da psiquiatria, do direito e da psicanálise. A psicopatia é, portanto, um objeto de estudo multifacetado, sendo possível compreendê-la por eixos epistemológicos bastante diversos. Isso se deve ao fato de que o comportamento dito psicopático traz consequências em todas aquelas searas.

A psiquiatria é o domínio mais íntimo à conduta psicopática, sendo responsável não só por cunhar o termo “psicopatia”, como também pela maior parte dos esforços no sentido de compreendê-la. O médico e neurologista Joseph Ludwig Koch, em 1891, foi quem primeiro utilizou o termo “psicopatia” na literatura psiquiátrica. No entanto, tal autor empregou esta classificação em um sentido bastante diferente do que é hoje adotado; ele a aproximava a uma idéia bastante genérica de distúrbios comportamentais. Koch adotava o termo “Inferioridade Psicopática” para designar aqueles indivíduos que se engajavam em comportamentos socialmente não convencionais. Devido a isso, quem de fato foi considerado o “pai” da psicopatia foi Emil Kraepelin que, em 1915, passou a empregar o termo “Personalidade Psicopática”. Kraepelin criou quatro grupos diferentes para classificar esse quadro clínico, sendo evidente a suposição de um profundo comprometimento no modo como o psicopata

estabelece seus vínculos sociais, uma vez que eram marcados pelo descontrole, impulsividade, frieza e manipulação (Henriques, 2008).

Por meio de uma revisão bibliográfica, é possível observar como o conceito referente à psicopatia se modificou ao longo dos anos, variando muito a depender do contexto histórico. Ao longo do século XIX, mesmo que o termo em questão ainda não tivesse sido forjado, é possível entrever teorizações que abordavam quadros bastante semelhantes ao que hoje é compreendido como psicopatia. Nesse contexto histórico, prevaleciam abordagens marcadas pela moralidade, ou seja, a partir da ideia de que esses indivíduos eram acometidos por depravações, deformidades e degenerações morais. Somado a tal concepção, também preponderava a suposição de que tal afecção era fruto de uma degeneração biológica, o que ressonava na maneira pessimista como concebiam o prognóstico do quadro. (Alvarenga, 2006).

Kurt Schneider foi o psiquiatra responsável por uma das mais elaboradas sistematizações acerca da “personalidade psicopática”, sendo o primeiro teórico a percebê-la sem contaminações de cunho moral, inserindo-a propriamente no domínio da psicopatologia (Schneider, 1965). Além disso, o autor foi um dos primeiros psiquiatras a defender um modo mais humano de tratamento aos portadores da “personalidade psicopática”. Até então, predominava a prática de intensos castigos físicos e a exclusão social desses indivíduos, movimentos que desagradavam enormemente Schneider, defensor da ideia de inclusão e reabilitação dos mesmos (Alvarenga, 2006).

Na atualidade, com o advento da genética e das neurociências, prevalece no campo da psiquiatria a concepção de que a engrenagem psicopática funcionaria a partir de uma predisposição genética e uma vulnerabilidade biológica. No DSM IV-TR e no CID 10, herdeiros dos referidos adventos, há, por sua vez, uma acentuação da correlação já histórica entre psicopatia e criminalidade. Além disso, tais manuais, a partir de um levantamento protocolar, reduzem a prática clínica à medicalização de sintomas. No caso do Transtorno de Personalidade Antissocial, a psicofarmacologia vem assumindo grande relevância, sendo bastante usados medicamentos que agem sobre a impulsividade, como alguns antidepressivos e neurolépticos. (Levin, 2008).

Para melhor elucidar como a psiquiatria vem concebendo o tema referente à psicopatia, vale aqui fazer uma breve conceituação do transtorno. No decorrer da pesquisa, tal conceito será sistematicamente tratado, tornando necessário marcar a evolução do termo em diferentes contextos históricos. Por ora, será retomada uma definição resumidamente

articulada por Robert Hare, psiquiatra canadense considerado uma referência nos estudos sobre a psicopatia. Para Hare,

a psicopatia é um transtorno socialmente devastador definido por uma variedade de características que envolvem aspectos afetivos, interpessoais e comportamentais, tais como egocentrismo; impulsividade; irresponsabilidade; superficialidade emocional; falta de empatia, culpa ou remorso; mentira patológica; manipulação e violação persistente das normas e expectativas sociais” (Hare, 1996, p.25).

Nas diferentes edições do DSM, por seu turno, a psicopatia deixa de constar como categoria diagnóstica, sendo substituída pelo Transtorno de Personalidade Antissocial. Ainda que os autores do Manual se refiram a esse transtorno como um sinônimo de psicopatia, há autores que consideram que a psicopatia não equivale ao TPAS (Transtorno de Personalidade Antissocial), sendo uma categoria mais específica e restrita. Rober Hare sugere que a psicopatia seria a forma mais grave da Personalidade Antissocial, uma vez que existiriam diversas nuances de manifestações psicopáticas que não são consideradas pelo DSM (Henriques, 2009).

Para o DSM IV TR, o Transtorno de Personalidade Antissocial tem como característica essencial “um padrão global de desrespeito e violação dos direitos alheios, que se manifesta na infância ou no começo da adolescência e continua na vida adulta. (...)” (DSM IV TR, 2000, p.656). Ele estabelece sete critérios diagnósticos para o TPAS:

- (1) Incapacidade de adequar-se às normas sociais com relação a comportamentos lícitos, indicada pela execução repetida de atos que constituem motivo de detenção.
- (2) Propensão para enganar, indicada por mentir repetidamente, usar nomes falsos ou ludibriar os outros para obter vantagens pessoais ou prazer.
- (3) Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro.
- (4) Irritabilidade e agressividade, indicadas por repetidas lutas corporais ou agressões físicas
- (5) Desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia
- (6) Irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou de honrar obrigações financeiras
- (7) Ausência de remorso, indicada por indiferença ou racionalização por ter ferido, maltratado ou roubado alguém.

Para que um indivíduo receba o referido diagnóstico é preciso que seja evidenciado no mínimo três dos sete critérios acima, sendo indispensável que o mesmo tenha no mínimo dezoito anos, tenha existido evidências de Transtorno de Conduta com início antes dos quinze anos e que a ocorrência do comportamento antissocial não se dê exclusivamente durante o curso de Esquizofrenia com Episódio maníaco. Feitas as considerações a respeito do modo

como a psiquiatria compreende a psicopatia, passa-se agora para a sua abordagem no terreno jurídico.

O direito se preocupa com a psicopatia à medida que se observa uma profunda relação entre ela e o comportamento criminoso, sendo do interesse dos juristas problematizá-la todas as vezes que um criminoso é concebido como um indivíduo psicopata. Há uma série de discussões no terreno jurídico que invariavelmente se ancoram no saber psiquiátrico e que buscam questionar o nível de responsabilidade dos considerados psicopatas em relação aos seus crimes. Na esfera penal, avalia-se a capacidade de entendimento por parte do agente em relação à ilicitude do fato cometido, e a capacidade de se determinar de acordo com esse entendimento¹. Na psicopatia, de acordo com os aportes da psiquiatria, o que usualmente está comprometida é a capacidade de se determinar, uma vez que o indivíduo compreende a ilegalidade do ato, mas não consegue se impedir de fazê-lo. Desse modo, há casos na legislação brasileira na qual um indivíduo considerado portador de um Transtorno de Personalidade Antissocial é considerado semi-imputável, ou seja, o autor do ato criminal é considerado semi-responsável por seu crime, o que pode gerar uma pena na qual um tratamento psiquiátrico é priorizado. (Morana, 2008).

Também é importante considerar a maneira como a mídia vem retratando a psicopatia, uma vez que isso traz consequências no modo como o público leigo enxerga esse transtorno. É curioso verificar a crescente veiculação de crimes nos quais os seus autores são tratados como psicopatas, veiculações que, não raro, são acompanhadas de pitadas de sensacionalismo.

Outro ponto frequente no modo como as mídias (seja a impressa ou a eletrônica) vêm tratando a psicopatia, diz respeito à usual vinculação entre o psicopata e o domínio da monstruosidade. Como exemplo, podemos citar quatro crimes de grande repercussão nacional nos quais, invariavelmente, a mídia denominou os seus autores de “monstros”. São eles: o caso de Marcos Antunes Trigueiro, condenado por matar e estuprar cinco mulheres em Contagem (MG) em 2009 e 2010; Adimar de Jesus Silva, assassino confesso de dez garotos em Lusitânia (2010) (GO); Adailton Neiva, acusado de ser o responsável por uma série de estupros e assassinatos no estado de Goiás entre os anos de 2000 e 2010; e, mais recentemente, em abril de 2011, o caso de Wellington Menezes que executou doze crianças dentro de uma escola municipal na zona oeste do Rio de Janeiro e, em seguida, suicidou-se.

E a psicanálise? Como ela compreende a psicopatia?

¹ O artigo 26 do Código Penal Brasileiro, que versa sobre a imputabilidade penal, considera que: “É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento” (Brasil, 1940/2000, p.16)

É curioso verificar como a psicanálise não vem acompanhando a proliferação de trabalhos advindos de outras áreas a respeito da psicopatia. Há um descompasso bastante evidente, ou seja, ainda que a psicopatia esteja bastante em voga na atualidade, são poucos os trabalhos em psicanálise que buscam contemplá-la, o que justifica em grande medida a pesquisa aqui proposta. A que isso se deve? Seria a psicopatia um problema menor para a psicanálise?

É possível pensar que a frequente recusa da psicanálise em se posicionar diante da psicopatia se deve ao fato de que esta é um rótulo diagnóstico que não só estigmatiza o sujeito, como também o silencia. A alienação a um significante mestre (a psicopatia) cria um manto que encobre um sem número de respostas que, ao serem qualificadas como psicopáticas, são acentuadamente empobrecidas. A psiquiatria, ao lançar mão de tal etiqueta, estabelece um enquadramento rígido que muitas vezes engessa o indivíduo em um modo de funcionamento, calando quaisquer manifestações que saiam do prescrito estabelecido pela sintomatologia. A psicanálise busca ir além do fenômeno observável, pretendendo situar tanto a transferência quanto a dinâmica do gozo e da fantasia, buscando localizar, assim, o modo singular como o indivíduo se arranja no mundo.

Também é possível ponderar que o modo receoso com o qual a psicanálise tem abordado a psicopatia diz respeito à dificuldade em pensá-la em termos estruturais. Lacan, partindo de Freud, irá considerar a castração como o ponto a partir do qual as estruturas se organizam. Cada uma delas seria o resultado do modo como se empreende a defesa perante a castração: o recalque (*Verdrangung*) determinaria a neurose, a forclusão (*Verwerfung*) a psicose e a recusa (*Verleugnung*) a perversão. Em uma psicanálise orientada estruturalmente, compreender a psicopatia torna-se um desafio à medida que ela não se sobrepõe a qualquer estrutura. Ou seja, aquilo que a psiquiatria denomina de Transtorno de Personalidade Antissocial ou de psicopatia forma um corpo categorial que não encontra equivalências no arcabouço teórico psicanalítico, o que indubitavelmente dificulta a sua abordagem.

Muitos psicanalistas que buscam se debruçar sobre o problema de pesquisa representado pela psicopatia o fazem defendendo que ela seria uma manifestação da perversão:

A psicanálise contemporânea considera a perversão uma questão de grau e estilo e nela encaixa todos os traços (...) da psicopatia: a inteligência arguta; a capacidade de sedução; a atuação repetitiva e sem mediação da linguagem; a ausência de emoção, conflito ou culpa; a transgressão tanto da regra moral quanto da social. (França, 2010, p.41).

Em relação a essa associação entre psicopatia e perversão é necessário, contudo, certo grau de cautela. Embora sejam profusos os trabalhos em psicanálise a respeito da perversão, há, ainda, grandes embaraços em sua abordagem. A dificuldade em se estabelecer uma clínica da perversão, uma vez que sujeitos perversos não costumam procurar uma análise, certamente contribui para esses obstáculos, mas não é apenas esse o elemento dificultador. Muito desse imbróglio também se sustenta à medida que a perversão não é apenas um objeto psicanalítico, surgindo em terrenos diversos, o que reverbera no modo amplo e mal definido em que vem sendo compreendida. A perversão não é abarcada apenas metapsicologicamente, ou seja, não é abordada unicamente a partir de referenciais teóricos precisos da psicanálise, surgindo também no terreno da medicina, da filosofia e da literatura.

Se nos limitarmos à ideia de perversão como uma estrutura clínica cuja recusa (*Verleugnung*) se faz ouvir na eleição por um fetiche e em seus efeitos discursivos na fala do sujeito, não podemos, de modo algum, reduzir a psicopatia ao domínio da perversão. Há que se dar um passo além para não incorrerem em equívocos que seriam frutos de uma imprecisão tanto teórica quanto clínica.

O mal-entendido que ronda a perversão no bojo psicanalítico se relaciona com o fato de que a perversão se imiscui em domínios amplos e díspares, reverberando na dificuldade em defini-la. Essa confusão se acentua à medida que se observa uma sobreposição entre *perversão* e *perversidade*. A perversão, enquanto estrutura clínica estabelecida pela psicanálise, não necessariamente se associa à perversidade: “perversidade não é o mesmo que perversão, muito embora, nos casos mais graves de perversão (...) podem-se detectar evidências da perversidade tanto na transferência como nas demais relações objetais” (Ferraz, 2000, p.21). Roudinesco complementa essa ideia dizendo que:

Embora vivamos num mundo em que a ciência ocupou o lugar da autoridade divina, o corpo e da alma, e o desvio e do mal, a perversão é sempre, queiramos ou não, sinônimo de perversidade. E sejam quais forem seus aspectos, ela aponta sempre, como antigamente, mas por meio de novas metamorfoses, para uma espécie de negativo da liberdade: aniquilamento, desumanização, ódio, destruição, domínio, crueldade, gozo. (Roudinesco, 2008, p.11).

A perversidade, portanto, se associa a uma fenomenologia, a um conjunto de manifestações vinculadas às conotações morais e valorativas. É possível pensar que a sobreposição entre psicopatia e perversão resida nessa indissociabilidade entre perversão e perversidade. Os atos psicopáticos, pelo fato de frequentemente assumirem características cruéis, bárbaras e destrutivas, são lidos como atos perversos, embora a princípio comportem apenas acentuado grau de perversidade. Desse modo, é salutar efetuar uma distinção entre

esses dois termos para que a psicopatia não seja compreendida inequivocamente como perversão.

Ao se falar no modo como a psicanálise compreende a psicopatia, é impossível não nos remetermos à obra freudiana a fim de localizar possíveis contribuições do autor a respeito do tema. Embora Freud possua um artigo intitulado “Personagens psicopáticos no palco” (1906), não há ali qualquer sistematização acerca da psicopatia. Nesse texto, Freud discorre sobre os momentos nos quais a psicopatologia se faz presente nos palcos, explicitando os motivos que levam os indivíduos neuróticos a se identificarem com determinados personagens. Freud cita *Hamlet* como um personagem completo, uma vez que nele entrevemos uma dinâmica edípica recalçada que se faz reviver nos ânimos da plateia. O autor chega a dizer que o personagem Hamlet, embora não fosse um psicopata, transforma-se em tal no decorrer da ação. No século XIX e início do XX, a expressão “psicopata” era comumente utilizada pela literatura médica em um sentido amplo para designar doentes mentais de uma maneira geral, não havendo, ainda, a associação entre psicopatia e personalidade antissocial. Nesse texto freudiano, portanto, Freud lança mão do termo “psicopata” em consonância com a literatura vigente, utilizando-o em um sentido dilatado. (Henriques, 2009).

Embora alguns psicanalistas considerem que Freud pouco se interessou pelo ato criminoso real, uma vez que para o autor o crime perpassaria sempre pelo domínio da literatura e do mito², é inquestionável a riqueza de suas contribuições acerca da relação do homem com a maldade, a destrutividade e a agressividade. Em o *Mal-Estar na Civilização* (1930) há construções preciosas nesse sentido, fornecendo-nos elementos que nos auxiliarão a demonstrar a hipótese de que há uma antissociabilidade inerente ao ser humano, essa não se limitando, portanto, aos psicopatas.

Lacan, por sua vez, inicia o seu trajeto clínico e teórico inquietado pela questão da passagem ao ato na paranoia: *Da psicose paranoica e suas relações com a personalidade* (Lacan, 1932/1987). O autor também toca na questão do crime em textos como “Complexos familiares” (1938), “Agressividade em psicanálise” (1948) e também em seu *Seminário 10 – A angústia* (1962-1963) no qual discute a passagem ao ato e o *acting out*.

No texto lacaniano intitulado “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950), há contribuições essenciais à problemática representada pelo crime e também pela psicopatia. Nesse texto, Lacan retoma o conceito freudiano de “supereu”,

² Serge Cottet (2008) afirma que as teorizações freudianas a respeito do Complexo de Édipo, assim como as construções presentes nos textos *Totem e Tabu* (1913) e “Dostoiévski e o parricídio”, demonstram o pouco interesse de Freud pelo crime real.

trabalhando no sentido de evidenciar que tal instância empurra ao crime e à transgressão. Lacan trabalha a ideia de “crimes do supereu” na qual é verificável uma releitura de Freud acerca do crime como um modo de alcançar uma punição real para a expiação de uma culpa inconsciente. Nesse texto e também no referente a “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia” (1950), Lacan dá grande ênfase à psicanálise como um meio de ampliar os campos de tratamentos possíveis do criminoso, dizendo que só ela, “por saber como revirar as resistências do eu, é capaz de libertar a verdade do ato, comprometendo a ele a responsabilidade do criminoso, através de uma assunção lógica que deverá conduzi-lo à aceitação de um justo castigo”. (Lacan, 1950/1998. p.129). O foco dos textos lacanianos a respeito da criminologia se ancora na noção de responsabilização do sujeito criminoso pelo seu ato, sendo essa a via pela qual o homem se faz reconhecer em relação aos seus semelhantes. (Lacan, 1950/1998). Só por meio da responsabilização seria possível considerar, de fato, o lado humano que habita o autor de crimes, o que leva Lacan a dizer: “se a psicanálise irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso” (Lacan, 1950/1998, p.131). Em relação à psicopatia, há dois momentos essenciais no texto de 1950 no qual Lacan faz menção a ela. Embora não seja claro o aporte epistemológico usado pelo autor para falar da psicopatia, podemos dizer que Lacan concebe os atos psicopáticos como anormais uma vez que eles revelam o curto-circuito entre o indivíduo e a sociedade. Para o autor, tal como será evidenciado no segundo capítulo, o psicopata se serve de condutas simbólicas e não de condutas reais, tal como fazem os indivíduos normais.

Ainda em relação às contribuições lacanianas para a elucidação do tema em questão, faz-se necessário retomar o que o autor disse a respeito do “canalha”. Este termo tem uma aparição muito pontual no ensino de Lacan, e o autor não faz grandes desenvolvimentos a seu respeito. O psicanalista define a posição canalha a partir do momento em que um sujeito ocupa o lugar do grande Outro em relação aos pequenos outros³. Tal definição em parte se superpõe a certas descrições do psicopata, uma vez que a ele se atribui a capacidade de manipular o outro. O psicopata, tal como o canalha, teria a capacidade de, ao ocupar o lugar de grande Outro, mandar sobre o desejo e o gozo do pequeno outro. Pensar a posição canalha parece ser fundamental, uma vez que ela pode auxiliar no sentido de trazer luz à já referida

³ Há uma diferença crucial na teoria lacianiana entre “outro” e “Outro”. O primeiro diz respeito aos outros empíricos, ou seja, àquele lugar ocupado pelo outro imaginário, pela alteridade especular. É com o outro que estabelecemos nossas interações sociais mais diretas. O “Outro”, por seu turno, se constitui com um sistema estrutural de leis que organizam previamente a maneira como o “outro” se apresenta (Safatle 2007). No Seminário 2, Lacan introduz pela primeira vez o termo grande Outro, distinguindo-o do pequeno outro: “Há dois outros por distinguir, pelo menos dois – um outro com maiúscula e um outro com minúscula, que é o eu. O Outro, é dele que se trata na função da fala”. (Lacan, 1955, p. 198).

superposição entre psicopatia e perversão. Enquanto o canalha se coloca na posição de grande Outro, o perverso se coloca na posição de objeto. (Yellati, 2008). Compreender essas posições e seus respectivos modos de gozo pode ser de grande valia na elucidação da psicopatia a partir de referenciais estritamente psicanalíticos.

Em trabalhos mais recentes de orientação lacaniana, por sua vez, temos a valiosa contribuição de Jean Claude-Maleval em seus textos intitulados “Suplencia perversa em um sujeito psicótico” (1995/2010) e “Sobre a fantasia em um sujeito psicótico: de sua carência e seus substitutos” (2010). No primeiro, Maleval busca demonstrar, a partir de um caso clínico, como alguns sujeitos psicóticos se valem de um arranjo perverso para garantir uma estabilização, e, no segundo, ele nos mostra como a fantasia na psicose, mais precisamente na psicose sádica, pode se constituir como um interessante elemento na compreensão da psicopatia. Ambos os textos serão retomados e trabalhados sistematicamente com o intuito de demonstrar como os elementos por eles trazidos podem se configurar como um novo modelo compreensivo da psicopatia.

Além das contribuições de Jean Claude Maleval, encontramos outros atores que buscaram estudar casos nos quais também se verifica uma estrutura psicótica com arranjos perversos. Nesta trilha, podemos evocar dois casos bastante emblemáticos nos quais dois assassinos, Gilles de Rais⁴ (1404-1440) e Henri-Désiré Landru⁵ (1869 -1922) que, por mais bárbaros e cruéis que fossem seus atos, características que amiúde direcionavam os estudos sobre os mesmos rumo às veredas da perversão, exibiam, de fato, um funcionamento psicótico. Nicolas Brémaud (2007) e Francesca Biagi-Chai (2007) são psicanalistas franceses que se ocuparam em esmiuçar o caso Gilles de Rais e Landru, respectivamente. Tais autores, para além da intensidade dos atos perpetrados pelos sujeitos que estudavam, para além de suas desmesuras, “psicopatias” e “monstruosidades”, buscaram compreender a lógica subjetiva dos criminosos em questão com o intuito de investigar arranjos perversos na estrutura psicótica.

Posto o referencial teórico que norteará a pesquisa, cabem aqui algumas indagações: Como a psicanálise pode contribuir na elucidação do problema representado pela psicopatia? Quais noções e conceitos podem ser retomadas do aporte psicanalítico para contemplá-la para além de uma abordagem categorial e valorativa, tal como usualmente é feito pela psiquiatria?

⁴ Gilles de Rais foi um nobre francês que se tornou notório por ter matado cerca de oitocentas crianças. Além de estuprar grande parte delas, regozijava-se ao abrir os seus ventres e ao observar suas entranhas, chegando a manter relações sexuais com os cadáveres de suas vítimas. Quando questionado acerca das razões que o impulsionavam, o marechal dizia que o fazia pelo seu deleite e que nada lhe era mais satisfatório do que ver a vida se esvaindo rumo à morte.

⁵ Landru matou onze vítimas, dez mulheres e uma criança. Tornou-se um notório estelionatário, mantendo relações com centenas de viúvas para roubá-las e, em seguida, matá-las.

Será que muitas psicopatias escamoteiam, de fato, um funcionamento psicótico? Seria a questão do arranjo perverso e da fantasia na psicose uma possível chave de leitura de algumas psicopatias?

Como objetivo principal, a presente dissertação tem decantar o diagnóstico de psicopatia a partir do aporte teórico psicanalítico, buscando isolar sua construção sócio-psiquiátrica e criminológica de sua questão clínica e estrutural. O principal intuito do presente trabalho é problematizar o diagnóstico de psicopatia, buscando evidenciar que há inúmeras manifestações escondidas sob o seu véu. Buscamos sustentar a presença de modelos explicativos da psicopatia na psicanálise que são bastante ricos para abordá-la, uma vez que abarcam a singularidade do sujeito e não o limitam a um diagnóstico carregado de estigmas. O presente trabalho busca, portanto, desnaturalizar as pré-concepções a respeito do psicopata, fazendo o leitor perceber o que está em jogo na construção de tal diagnóstico.

A pesquisa irá priorizar um estudo teórico sistemático com o intuito de localizar na teoria psicanalítica elementos que elucidem o problema de pesquisa representado pela psicopatia. Faremos, portanto, uma ampla revisão teórica no bojo psicanalítico, bem como no terreno psiquiátrico, uma vez que a ele recorreremos com o escopo de conceituar a psicopatia. Também iremos fazer uso de alguns casos clínicos trabalhados pelos autores privilegiados na presente pesquisa.

No primeiro capítulo, buscamos traçar a evolução do conceito referente à psicopatia desde o seu surgimento no contexto da psiquiatria clássica até a atualidade, esta marcada pelo domínio do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM IV TR. A partir desse resgate, é possível observar como o conceito foi se modificando radicalmente, caminhando rumo a uma associação quase inequívoca entre psicopatia e o comportamento criminoso. Nesse primeiro capítulo buscamos demonstrar que as construções inaugurais a respeito da psicopatia tratavam a questão de um modo mais amplo no qual não se verificava a limitação do indivíduo psicopata a certos critérios sintomatológicos nos quais há uma acentuada marca do domínio da criminalidade, maldade e monstrosidade. É possível apreender que o estreitamento da relação entre psicopatia e comportamento criminoso se acentua a partir da influência exercida, sobretudo, pelo DSM.

No segundo capítulo, buscamos efetuar um levantamento bibliográfico com o intuito de localizar as principais referências relativas à psicopatia no arcabouço teórico psicanalítico. Partindo de Freud, centramo-nos no *Mal-Estar na Civilização* (1930), trabalho que de certo modo marca um pessimismo freudiano em relação ao ser humano, uma vez que, por

intermédio daquele ensaio, Freud conclui que há uma maldade inerente ao homem. Ainda em relação a esse trabalho, observamos a compreensão freudiana de que o ser humano é intrinsecamente inclinado à agressividade e também à antissociabilidade. Para Freud, portanto, não seria equivocado dizer que somos todos, em certa medida, portadores do Transtorno da Personalidade Antissocial, ou seja, como todos psicopatas, ainda que no sentido atual e alargado do termo.

Ainda no segundo capítulo, após as contribuições freudianas, adentramos nos aportes de D.W Winnicott. Este possui construções bastante originais e relevantes no tocante à criança antissocial. Pareceu-nos bastante interessante, como será exposto no segundo capítulo, a articulação entre ela e a esperança, sendo-nos notável o modo como o autor concebe o comportamento antissocial como um pedido de socorro aos pais, bem como à sociedade. Também nos parece essencial o fato de que Winnicott veja na privação do amor um elemento extremamente deletério na constituição psíquica da criança, havendo uma vinculação bastante estreita entre a sua falta por parte dos cuidadores e a delinquência. Nesse ponto, parece que o amor entra como um recurso capaz de minar a agressividade que nos é inerente. Mais uma vez, observamos, portanto, um acentuado grau de proximidade entre o pensamento freudiano e winnicottiano, não só na concepção da inerência da agressividade nos sujeitos, como também no ponto relativo à ausência do amor e suas consequências. Dessa maneira, Winnicott só torna mais claro e evidente como a privação do amor traz repercussões no próprio modo como o indivíduo, principalmente a criança, lida com a lei. A falta desse sentimento, portanto, levaria ao rompimento das barreiras das normas, ruptura que aponta o anseio do delinquente em retornar a um estado de coisas no qual o amor e a estabilidade se faziam presente. Contudo, esse anseio em recuperá-los por meio da delinquência pode ser constantemente frustrado, fato que levaria ao delineamento de um padrão consistente e estável de comportamento antissocial, quadro que seria a própria psicopatia.

Lacan é próximo autor ao qual nos dedicamos no levantamento bibliográfico realizado no segundo capítulo. O psicanalista francês faz duas referências fundamentais à psicopatia no texto “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950). Nesse texto, Lacan, ao falar do psicopata, o associa a uma singularidade ímpar, a uma plêiade de manifestações que carregam a marca indelével da particularidade. Ainda assim, podemos nos perguntar: essa singularidade não seria extensível a todo sujeito? Acreditamos que sim, contudo, é possível pensar que, para Lacan, há uma singularidade inequívoca no ato psicopático, mais precisamente em sua veste criminosa. O crime seria o grande revelador de um universo singular e dessocializado. O autor também nos mostra como o psicopata revela

um ponto de ruptura com o socialmente compartilhado, como se dele se destacasse e fizesse revelar essa hiância, essa singularidade por meio do crime. O psicanalista também iguala o “estado psicopático” à “indivíduo”; ou seja, movimento que parece marcar o anseio do autor em sublinhar que o ato psicopático é absolutamente singular, individual, ímpar e essencialmente único, à medida que privatiza a universalidade do Édipo.

Ainda em relação às contribuições lacanianas ao problema representado pela psicopatia, retomamos os subsídios relativos ao canalha e à canalhice. Buscamos demonstrar como o canalha pode se constituir enquanto um avatar da psicopatia, sendo-nos uma das possíveis chaves de leitura (embora não a única) a respeito da mesma. As articulações existentes nesse sentido situam o psicopata no domínio da política, fato que nos levou a relacionar algumas figuras políticas como Stalin, Paulo Maluf e Adolf Eichmann como exemplos de canalhas/psicopatas.

No capítulo três, passamos para o que delineamos como um modelo explicativo distinto da psicopatia. Tal modelo, em nosso entendimento, seria capaz de lançar luz sobre os casos considerados paradigmáticos da psicopatia, ou seja, os casos de assassinos sádicos e também de alguns assassinos seriais. Nesse capítulo, tentaremos oferecer uma explicação ao que foi reiteradamente pontuado ao longo dos capítulos prévios, ou seja, buscaremos demonstrar como muitos indivíduos considerados psicopatas são, de fato, psicóticos. Nós não só exemplificaremos esse fato, como também forneceremos os subsídios teóricos usados para que possamos fazer essa afirmação. Para isso, recorreremos a dois trabalhos de Jean Claude Maleval: “A suplência perversa em um sujeito psicótico”(1996) e “Sobre a fantasia no sujeito psicótico: de sua carência e seus substitutos”(2009). Buscamos relacionar esses trabalhos, demonstrando a relevância do uso de defesas sadomasoquistas e das fantasias na psicose como uma forma possível de se compreender a psicopatia. Tal sorte de defesas e a dinâmica da fantasia em psicóticos sádicos oferecem-nos interessantes aportes para compreendermos a psicopatia a partir de uma perspectiva distinta e pouco usual na bibliografia psicanalítica.

O anexo entra como uma ilustração das articulações teóricas esboçadas nos capítulos da dissertação, principalmente em relação ao terceiro. Nele, retomamos o caso de um célebre assassino serial americano, Jeffrey Dahmer, retomada que não vem dissociada de um convite ao leitor para relacionar as elaborações existentes no transcurso do presente trabalho com os elementos do caso.

Desse modo, convidamos o leitor a nos seguir em um trabalho que busca desvendar o que se esconde sob o véu da psicopatia. Gostaríamos que o leitor se surpreendesse com a possibilidade de manifestações que se escondem sob o manto da psicopatia, tendo em mente a

seguinte ideia: antes de um psicopata, há um sujeito e toda a sua singularidade. Desse modo, convocamos o leitor a nos seguir em um trabalho de desconstrução do psicopata tal como ele é pintado pelo público leigo, jurídico e psiquiátrico. Fazemos um chamado a cada um que lê esta dissertação a enxergar para além do monstro e de suas monstruosidades, visando apreender a psicopatia como uma manifestação que exige um grande cuidado e sutileza clínica, manejo que pode reverberar de maneira bastante positiva em casos que são vistos, invariavelmente, de um modo estigmatizante.

2 INTRODUÇÃO À EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE PSICOPATIA

O conceito referente à psicopatia está longe de ser algo conclusivo, tendo sofrido inúmeras reformulações ao longo da história. Cada teórico que se debruçou sobre a manifestação psicopática trouxe sua marca, sendo notória a importância do contexto histórico em cada uma dessas construções. A psicopatia é um conceito que nasce no terreno da psiquiatria e que acompanha as suas evoluções, sendo preciso ter em mente a trama contextual que lhe dá suporte.

De antemão, o termo “psicopatia” já traz alguns embaraços. Se pensarmos em sua etimologia, veremos que sua significação recai na ideia de “doente da mente” ou “doente mental”. No entanto, a psicopatia não significa enfermidade psíquica em termos gerais, sendo preciso superar essa pressuposição para avançarmos. Embora hoje pareça evidente a disjunção entre psicopata e doente mental no sentido genérico, em várias circunstâncias ela não o foi, sendo possível observar essa imprecisão em algumas construções teóricas de grande relevância.

Até mesmo Freud incorreu no equívoco de igualar o psicopata ao doente mental. No artigo do autor intitulado “Personagens psicopáticos no palco” (1906), não há ali qualquer sistematização acerca da psicopatia tal como ela é entendida nos dias de hoje. Nesse texto, Freud discorre sobre os momentos nos quais a psicopatologia se faz presente nos palcos, explicitando os motivos que levam os indivíduos neuróticos a se identificarem com determinados personagens. Freud cita *Hamlet* como um personagem completo, uma vez que nele entrevemos uma dinâmica edípica recalcada que se faz reviver nos ânimos da plateia. O autor chega a dizer que o personagem Hamlet, embora não fosse um psicopata, transforma-se em tal no decorrer da ação. No século XIX e início do XX, a expressão “psicopata” era comumente utilizada pela literatura médica em um sentido amplo para designar doentes mentais de uma maneira geral, não havendo, ainda, a associação entre psicopatia e personalidade antissocial. Nesse texto freudiano, portanto, Freud lança mão do termo “psicopata” em consonância com a literatura vigente, utilizando-o em um sentido dilatado. (Henriques, 2009).

Também em Lacan observamos essa imprecisão, sendo um tanto enigmático o uso do termo “psicopata” em um de seus textos mais preciosos: “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950). A utilização de tal termo em Lacan será mais pormenorizada no capítulo seguinte, momento no qual será exposto o modo como a psicanálise se pronunciou e vem se pronunciando em relação à psicopatia.

Foi apenas com o advento da psiquiatria germânica oitocentista que a expressão “psicopata” passa a adquirir um sentido mais restrito, uma vez que ela vai se inserido no contexto psicopatológico propriamente dito. À medida que se observa a sistematização de conceitos como a “personalidade”, observa-se também a sua associação à psicopatia, circunscrevendo-a paulatinamente no terreno psiquiátrico (Henriques, 2009).

2.1 A psicopatia enquanto um conceito psiquiátrico

A psicopatia enquanto um diagnóstico psiquiátrico, portanto, surge pela primeira vez nos idos do século dezanove, mais precisamente em 1891. Foi o psiquiatra alemão Joseph Koch quem forjou o termo psicopata e quem primeiro se debruçou sobre a manifestação psicopática. Em um livro intitulado *As inferioridades psicopáticas* (1888), o autor discorre sobre uma série de anormalidades psíquicas congênicas ou adquiridas que não se constituem como uma enfermidade mental no sentido estrito. Koch, por exemplo, elenca a oligofrenia como uma modalidade de inferioridade psicopática.

Ainda que seja dado a Koch o reconhecimento pelo primeiro emprego do termo “psicopático”, existem algumas discussões que questionam essa autoria, uma vez que o referido termo já havia sido empregado por outros teóricos alguns anos antes. Caldeira (1979) é quem aponta esse anacronismo, dizendo que Von Feuchtersleben (1845), Griesinger (1868) e Kraft-Ebing (1886) já haviam utilizado o termo “psicopático”. Contudo, a eles não é creditado o forjamento do termo, uma vez que eles o utilizaram no já falado sentido genérico, ou seja, bastante afastado da concepção que passa a vigorar com os trabalhos que surgiriam posteriormente.

2.2 A contribuição de Emil Kraepelin e Kurt Schneider

Segundo Gruhle (apud Alonso-Fernández, 1979), embora Koch tenha escrito o primeiro livro sobre o conceito de psicopatia, foi Kurt Schneider quem escreveu o melhor. Contudo, antes de percorrermos as contribuições de Schneider, é preciso conceder o devido crédito ao

seu mentor, à figura que exerceu uma profunda influência na sua estrutura de pensamento: Emil Kraepelin.

Kraepelin é considerado por muitos como o pai da psiquiatria moderna, uma vez que introduz de modo definitivo a ideia de que cada doença mental possuiria uma etiologia passível de ser elucidada por intermédios biológicos e genéticos, concepção cada vez mais disseminada na atualidade. Kraepelin é muito citado por seus aportes no campo da psicose, sendo ele o responsável por formular, em 1893, o conceito de *Dementia Praecox*, fundamental para os futuros delineamentos do diagnóstico de esquizofrenia.

Ainda que grande parte dos esforços desse psiquiatra alemão se concentre nas diferentes formas de manifestações psicóticas, ele também se inquietava com uma forma de transtorno mental que, embora não exibisse delírios ou alucinações, ostentava graves sintomas de agressividade e impulsividade que em muito prejudicavam as relações sociais daqueles que dele padeciam. Em 1904, Kraepelin, inculcado com esse distúrbio que não se encaixava nos diagnósticos típicos, cria o termo “personalidade psicopática” e trabalha no sentido de desvendar as particularidades dessa espécie de “loucura lúcida” (Skiadaressis, 2008, p. 143).

Para o autor, a personalidade psicopática poderia ser pensada a partir de quatro tipos clínicos. O primeiro deles seria composto por indivíduos mentirosos, impulsivos, trapaceiros, excitáveis e sem qualquer preocupação com os outros. O segundo grupo seria constituído por sujeitos que se sentiriam impelidos a causar danos a outrem, ainda que isso não lhes trouxesse benefícios materiais concretos. O terceiro se referiria a indivíduos criminosos nos quais seria bastante marcante a frieza afetiva e o calculismo. O quarto e último grupo diriam respeito àqueles sujeitos que seriam incapazes de criar laços afetivos e íntimos com os outros, mostrando dificuldade em se responsabilizarem pelos seus atos. (Decker, 2004).

Tendo feito esse breve resgate acerca da personalidade psicopática na obra de Kraepelin, partamos agora para Kurt Schneider. Não há como traçar uma evolução histórica do conceito de psicopatologia sem concedermos uma atenção especial aos aportes teóricos desse renomado psiquiatra alemão. Em sua *Psicopatologia clínica* (1948/1968), Kurt Schneider faz uma sistemática descrição das chamadas “Personalidades psicopáticas”. Mais que uma descrição, Schneider realiza um escrutínio que visa traçar diversos tipos psicopáticos. Ainda que o autor busque alcançar uma “caracterologia” ou uma “tipologia pura” das personalidades psicopáticas, ele descarta de antemão essa possibilidade, alegando que “sempre restam espaços clinicamente vazios e construídos apenas por exigências do sistema, nos quais nenhum tipo psicopático concreto e vivo pode se enquadrar” (Schneider, 1948/1968, p. 46). Desse modo, Schneider alerta que o seu trabalho visa uma “tipologia não-sistemática” dos

psicopatas. O autor complementa essa idéia dizendo que há uma série de tipos de personalidades psicopáticas que não podem ser comparadas umas com as outras. Schneider aponta que, entre elas, há inúmeras e variadas combinações, não sendo, portanto, tipos puros e fechados.

Kurt Schneider inaugura não só os estudos criteriosos a respeito da psicopatia, como também um novo modo de percebê-la. Schneider tem o mérito de inserir a psicopatia no campo propriamente dito da psicopatologia e da psicologia⁶. Antes de seus esforços, a psicopatia estava relegada ao campo dos julgamentos valorativos e moralistas, vigorando a noção de que ela era uma degenerescência moral. O maior tributário dessa concepção foi Morel (1857), que, embora não falasse propriamente em psicopatia, se referia a um quadro que lhe era próximo em alguns aspectos. Morel cunhou a nomenclatura referente à “Depravação Moral”, distúrbio no qual as condições ambientais negativas favoreceriam a disseminação do comportamento agressivo, da mentira, da falta de respeito e do distanciamento de deus, fatores que prejudicariam o convívio social dos chamados “depravados morais”. (Ballone, 2002). Antes de Morel, temos também James Prichard que, em 1812, fala de “Insanidade Moral” para se referir aquelas pessoas incapazes de controlar as suas condutas, sendo indivíduos que, embora não exibissem uma doença mental, se comportavam de modo impulsivo e pervertido (Lykken, 1995).

A ideia chave de Kurt Schneider pode ser resumida na associação entre personalidades psicopáticas e anomalias de personalidade. O autor considera que no “ser psíquico individual” há três complexos essenciais: a inteligência, a vida dos sentimentos e impulsos corpóreos vitais, e a personalidade. Esta é definida pelo autor pela junção dos sentimentos, as tendências não corpóreas e a vontade. Schneider compreende as personalidades anormais, por sua vez, como uma variação, ainda que imprecisa, dessa junção de fatores.

Como é possível observar, há uma série de termos isolados e não conceituados como “tendências não corpóreas” que, associados, geram certa nebulosidade teórica, sendo difícil delinear com precisão o que o autor pretendia dizer ao falar de personalidade e anormalidade. Essa imprecisão por parte de Schneider também se reflete na sua definição de personalidades psicopáticas. Esta é concebida pelo autor como “aquelas (personalidades) que sofrem com sua anormalidade ou que assim fazem sofrer a sociedade. Ambas as espécies se cruzam”.

⁶ Algumas das conclusões articuladas nesse tópico foram propiciadas pela participação da pesquisadora no Estágio em Docência realizado com a Prof. Dra. Márcia Rosa. A disciplina ministrada pela professora na graduação do Departamento de Psicologia da UFMG intitulada “Um possível tratamento da psicopatia” (segundo semestre de 2011) foi de grande valia na articulação do presente trabalho, sendo fundamental reconhecer o mérito da professora nesse sentido.

(Schneider, 1968, p. 43). Essa definição, por mais ampla que possa parecer, vigorou durante um bom tempo, considerada de grande valia quando conjugada aos sintomas verificados em cada tipo psicopático. Com a contribuição de outros teóricos, tal como será mostrado adiante, deu-se mais ênfase à ideia de que as personalidades psicopáticas fazem a sociedade sofrer muito mais que os seus portadores poderiam sofrer com ela. Tal ênfase tem seu ápice nas diversas edições do DSM e no trabalho de Robert Hare (1985), no qual há uma profunda associação entre psicopatia e antissociabilidade.

Kurt Schneider, em sua empreitada tipológica não-sistemizada, delineia dez tipos de psicopatas:

- 1- Hipertímicos;
- 2- Depressivos;
- 3- Inseguros de si mesmos;
- 4- Fanáticos;
- 5- Carentes de afirmação;
- 6- Instáveis de ânimo;
- 7- Explosivos;
- 8- Insensíveis;
- 9- Abúlicos;
- 10- Astênicos .

Schneider inicia a sua exposição discorrendo sobre o psicopata *hipertímico*. Para o autor, estes são caracterizados pela atividade, bom humor, bondade e prestimidade. Contudo, seriam superficiais, pouco dignos de confiança, desprovidos de senso crítico, descuidados e influenciáveis. Essas características seriam mais típicas no hipertímico equilibrado, havendo, em contrapartida, os hipertímicos agitados. Estes não teriam o humor alegre e seriam “brigões e inconstantes”. Schneider defende que entre a “juventude desamparada e instável, não raro se encontram psicopatas hipertímicos” (Idem, p. 50).

O psicopata *depressivo* possuiria uma visão de vida pessimista e, amiúde, se apresentariam angustiados. Seriam inseguros e “incapazes de uma alegria inocente. Em tudo só veem o lado mau” (p. 50). Eles vivenciariam experiências sombrias com grande frequência, sejam elas vindas do mundo interno ou externo, uma vez que se preocupariam em toda e qualquer circunstância. Seriam “rígidos cumpridores de seus deveres” (p. 50), mas não se alegrariam com nenhum sucesso que pudesse advir de suas atividades. Consideram-se sofredores, mas

superiores àqueles que, em suas visões, percebem o mundo de forma ingênua. O pessimismo inveterado seria a grande marca do psicopata depressivo: “Nesses casos, o pessimismo pode assumir condutas fanáticas diante do destino: sente alegria nos fracassos e deseja sempre mal ao próximo” (p. 51).

Os psicopatas *inseguros de si mesmos* não estariam muito longe dos depressivos. Embora ligeiramente depressivos, seria marcante a falta de confiança em si mesmos. A timidez e insegurança seriam compensadas por uma atitude de segurança e arrogância, sendo comum não passarem despercebidos. Andariam sempre “de consciência pesada e procurariam logo em si mesmos a culpa por todo fracasso” (p. 52). Seriam frequentemente tomados por ideias obsessivas e sensações corporais como vertigens e palpitações. Suas obsessões usualmente se centrariam em um tema sobre o qual apresentam grande domínio, no entanto, não seria incomum a mudança frequente de objetos de interesse. Experimentariam remorso, medo e sentimento de culpa constantes, não sendo capazes de desfrutar os prazeres da vida. Manifestariam impulsos inexplicáveis acompanhados de rituais para afastar as ideias obsessivas.

Os psicopatas *fanáticos* seriam dominados por pensamentos que exageram o valor de si próprios e de suas ideias. Seriam expansivos, ativos e querelantes, lutando para defender aquilo que acreditam, sempre de modo fervoroso. Não raro, apresentariam processos paranóides.

Os chamados psicopatas *carentes de afirmação* desejariam aparecer mais do que verdadeiramente o são. Para tanto, adotariam atitudes excêntricas para conseguirem chamar toda a atenção para si. Seriam vaidosos e teatrais. Embora possam se apresentar corteses e amáveis, não os são de fato, agindo de tal modo apenas para se afirmarem.

Os psicopatas *instáveis de ânimo* seriam pessoas de humores notadamente depressivos, mas que, inadvertidamente, expressam grande excitação e entusiasmo. Seriam pessoas impulsivas e de humor lábil e flutuante.

Os psicopatas *explosivos* seriam aqueles que “explodem sem o menor ensejo” (p. 57). Seriam excitáveis, irritáveis e coléricos. Possuiriam reações primitivas e, não raro, soltariam insultos a quem não lhes agradasse.

Os psicopatas *insensíveis* seriam pessoas desprovidas de compaixão, vergonha, sentimento de honra, arrependimento e consciência. Seriam sujeitos sombrios, frios, impulsivos e brutais; bem como incorrigíveis e blindado à educação. Schneider diz que embora existam muitos insensíveis criminosos, não se deve esquecer que esse tipo também surge em pessoas inteiramente sociáveis no qual a inteligência seria excepcional.

Os psicopatas *abúlicos* seriam plenamente aliciáveis e influenciáveis. Embora inconstantes, se tratariam com facilidade em “estabelecimentos de recuperação”.

Os psicopatas *astênicos* poderiam se manifestar de duas maneiras. A primeira delas compreende aquelas pessoas que se sentem psiquicamente insuficientes, apresentando-se de modo muito queixoso frente ao mundo. A segunda maneira se manifestaria em relação ao desempenho físico. Nessa modalidade astênica, apresentar-se-iam bastante zelosos em relação ao corpo, demonstrando frequentes queixas de dores e doenças. Teriam uma forte tendência à somatização que, de acordo com Schneider, é a expressão da mesma constituição geral anormal da psicopatia.

A leitura desse resgate dos dez tipos psicopáticos traçados por Kurt Schneider pode ser um tanto enfastiosa. Em sua tipologia, Schneider faz um movimento exaustivo de levantamento de características que, em muitos momentos, são antitéticas. É impressionante notar como a psicopatia é ali tratada de um modo incrivelmente amplo, havendo tipos tão díspares entre si que torna difícil defender uma homogeneidade. A vastidão de características presentes no trabalho de Schneider nos dá a sensação de que qualquer indivíduo pode ter uma personalidade psicopática, uma vez que, invariavelmente, estará de algum modo representado em algum tipo. Essa amplidão acaba por sugerir, novamente, uma imprecisão, sendo difícil sustentar uma psicopatologia que se ancore em pressupostos tão universalizantes.

Também é possível perceber em Schneider o germen dos Manuais Estatísticos Diagnósticos cujo paradigma se delineia na contemporaneidade com o advento do DSM IV-R e o CID 10. Embora haja em Schneider uma ampla descrição sintomatológica, tal como nos referidos manuais, há diferenças profundas entre eles. *A Psicopatologia Clínica* de Kurt Schneider possui construções muito mais elaboradas em relação à psicopatia do que as presentes no CID ou no DSM. Schneider é capaz não só de abordar a personalidade psicopática de um modo não moralista como também o é em desenhar os seus tipos a partir de minuciosas observações clínicas. O autor introduz uma série de exemplos de pacientes por ele atendidos, sublinhando a importância de sua prática clínica em seu trabalho teórico.

Kurt Schneider também se mostrou bastante aberto às críticas, chegando até mesmo a antecipá-las e a incluí-las em seu próprio manual. Após discorrer meticulosamente acerca dos dez tipos, o autor conclui suas elaborações relativas às personalidades psicopáticas com as apreciações que a elas foram dirigidas e também com aquilo que ele próprio colheu e elaborou em relação a elas.

Schneider parte em defesa de sua teoria a partir da ideia de que os tipos psicopáticos, embora se assemelhem a diagnósticos, eles não o são. O autor considera que essa é uma analogia inteiramente injustificada, uma vez que, de acordo com o psiquiatra:

As pessoas, as personalidades, não podem ser catalogadas com etiquetas diagnósticas como as enfermidades e as consequências psíquicas de enfermidades. O máximo que se pode é constatar-lhes, acentuar-lhes e destacá-lhes propriedades que as distingam de modo característico, sem, com isso, dispormos de algo comparável aos sintomas das enfermidades. (p. 64)

Schneider, desse modo, faz uma crítica aberta aos diagnósticos, chegando até mesmo a dizer que, com eles, as qualidades individuais de cada um “permanecem escondidas sem aparecer” (p. 64). Ele complementa a sua ideia dizendo que “justamente em razão da multiplicidade das configurações e combinações individuais, é muito raro que uma qualidade só predomine tanto e caracterize uma pessoa a ponto de se poder designá-la corretamente por ela” (p. 67).

Ao fazermos a leitura de tal entendimento, é impossível não percebermos ali uma compreensão diferenciada, quiçá, amplamente dissonante com os pressupostos psiquiátricos contemporâneos. Como já foi dito anteriormente, há na *Psicopatologia Clínica* de Schneider o germen dos atuais manuais diagnósticos estatísticos, uma vez que há nela uma ampla descrição de fenômenos clínicos. Contudo, as semelhanças se limitam a esse ponto. Schneider é muito mais frutífero não só pelas observações clínicas que busca introduzir em seu trabalho, mas também por ser capaz de perceber a insuficiência e a inoperância do diagnóstico pelo diagnóstico:

De certo, nenhum clínico, que usa, no trato com psicopatas, de termos tipológicos, contar-se-á com a etiqueta e dará, com isso, por ‘concluída’ sua tarefa com a personalidade do psicopata. No entanto, quem está em formação, sejam futuros médicos ou enfermeiros, sentem-se facilmente tentados pelas tipologias a ficar na classificação e não ver nos diversos ‘psicopatas’ individuais nenhum problema mais. Certamente é de todo falso acusar-se, em geral, os psiquiatras de simplesmente ‘etiquetarem’ com nomes e caírem num fatalismo resignado: ‘um psicopata a mais’. (p. 69-70)

É inevitável não percebermos em Schneider um pioneirismo no tocante às críticas, hoje tão frequentes, à classificação desenfreada que engendra, como consequência, um excesso de etiquetas diagnósticas. Não podemos esquecer que a primeira edição em alemão da *Psicopatologia Clínica* de Kurt Schneider data de 1948. Nessa época, a primeira versão do DSM nem havia sido lançada, surgindo apenas em 1952.

É curioso notar, portanto, como um dos mais importantes teóricos em psiquiatria inaugura os estudos referentes à psicopatologia amparado por uma filosofia amplamente distinta à que hoje

vigora. Schneider compreende o psicopata não como um doente mental amoral e muito menos como um indivíduo engessado em práticas antissociais. O autor considera a psicopatia quase como um modo particular de existência no mundo, sendo absolutamente deletério se aproximar de tais indivíduos cegados por eventuais etiquetas diagnósticas. Estas, para Schneider, impedem o profissional de “ver o conteúdo, as circunstâncias e os motivos psíquicos das oscilações e dos fracassos, o biográfico e, com isso, as possibilidades da ação psicoterapêutica.” (p. 69/70).

Feito o resgate das contribuições de Kurt Schneider a respeito da psicopatia, torna-se interessante o seguinte questionamento: *como e quando se efetuou o giro conceitual no qual a psicopatia deixa de ser compreendida como uma personalidade atípica na qual inúmeras nuances seriam possíveis para a concepção hoje presente de uma personalidade antissocial na qual há uma profunda e quase inequívoca associação com a criminalidade?*

O resgate teórico do conceito de psicopatia será daqui em diante efetuado com o escopo de elucidar a indagação colocada acima.

2.3 Harvey Cleckley como um divisor de águas no estudo das psicopatias

Pouco teríamos avançado no terreno da psicopatia se não contássemos com aquela que é considerada a obra-prima sobre o tema: *The Mask of Sanity: An Attempt to Clarify Some Issues About the So-Called Psychopathic Personality* (1941) do psiquiatra americano Harvey Cleckley. Certamente observamos um antes e depois de Cleckley, uma vez que ele criou os fundamentos para os estudos contemporâneos a respeito da psicopatia. *The Mask of Sanity* é uma obra poderosa que sofreu quatro reedições, sendo notável o modo como o autor foi reformulando o seu sistema de pensamento ao longo dos anos.

Embora Cleckley trate especificamente de dezesseis casos de indivíduos considerados por ele psicopatas, o que ensejou inúmeras críticas a respeito do número limitado de sujeitos estudados, o autor se valeu, incontestavelmente, de uma ampla experiência clínica. Todo o trabalho do autor é pontuado por relatos clínicos, chegando, em alguns momentos, a pecar pelo excesso de exemplos, tornando a leitura dos mesmos um tanto enfadonha. Além disso, Cleckley constrói os casos de um modo bastante romanceado, característica que os tornam, por vezes, empobrecidos. Embora haja uma profusão de elementos e detalhes, o relato dos casos carece, por exemplo, de falas dos pacientes. Ademais, pelo fato de estar à época tratando de

um assunto bastante desconhecido pelo público leigo e também médico, Cleckley parece tentar tornar o texto deveras acessível. Tal marca também foi alvo de críticas, principalmente por parte do psiquiatra canadense Robert Hare, autor que será retomado mais adiante, que sustentavam haver no trabalho do psiquiatra um empirismo extremo no qual não se verificava uma efetiva cientificidade, ainda que esta fosse tão pretendida pelo autor.

É possível perceber ao longo do livro de Cleckley uma indagação fundamental que norteia toda a sua construção. O gérmen do trabalho do autor surge a partir de uma dúvida essencialmente diagnóstica. Cleckley, em seu trabalho em instituições psiquiátricas, deparava-se com indivíduos a princípio inclassificáveis e que deixavam toda a equipe profissional senão embaraçada, desacreditada, uma vez que os fracassos terapêuticos eram persistentes.

Cleckley estabelece dois grandes grupos clínicos - a psicose e a psiconeurose – e busca ao longo de todo o texto defender a hipótese de que os indivíduos ali retratados não se encaixavam em nenhuma dessas modalidades.

O autor define o psicótico como uma pessoa irracional, irresponsável, incapaz de aceitar os fatos compartilhados pela humanidade em geral e inábeis em proverem para si próprios. Cleckley complementa a caracterização do quadro dizendo que os psicóticos apresentam dificuldades em se manterem seguros e em liberdade entre as pessoas sãs. Por fim, faz menção aos fenômenos elementares, alegando ser imprescindível a presença de atividade delirante para o fechamento diagnóstico. Na concepção do autor, embora possam existir psicoses menos exuberantes nas quais o paciente não necessariamente escute vozes, este fenômeno é de grande relevância para a configuração de um quadro psicótico.

A psiconeurose, por sua vez, é concebida pelo autor como um transtorno de personalidade que causa ansiedade, inquietude, infelicidade e no qual há uma obsessão por certos pensamentos que os próprios sujeitos consideram absurdos. Cleckley afirma que os psiconeuróticos são capazes de admitir que seus sintomas surgem de conflitos emocionais. Na psiconeurose, tal como delineada pelo autor, os sintomas são, em sua maioria, físicos, havendo grande presença de manifestações de fadiga e anestesia corporal. Para os psiconeuróticos, seus sintomas são sentidos com desagrado, e é comum que os pacientes reclamem deles.

Após expor o que compreende como psicose e psiconeurose, Cleckley parte em defesa da psicopatia como uma entidade clínica que deve ser muito bem definida, não devendo ser abordada a partir dos mesmos subsídios teóricos e práticos que norteiam os dois grandes grupos diagnósticos já citados. Para o autor, os psicopatas não apresentam nenhum defeito demonstrável de raciocínio, ou melhor, não manifestam quaisquer indícios de delírios e ou

alucinações. Eles, diferentemente dos psiconeuróticos, seriam imunes ao remorso, à ansiedade, à apreensão e ao stress. Ademais, são plenamente capazes de dar continuidade às suas atividades regulares, sendo, muitas vezes, profissionais bem sucedidos nas áreas em que atuam.

É interessante destacar que, na primeira edição do *Mask of Sanity*, em 1941, Cleckley acreditava que a psicopatia poderia ser entendida como uma manifestação psicótica. Contudo, na edição seguinte e nas ulteriores, o autor muda de posicionamento, defendendo a hipótese já exposta, ou seja, de que a psicopatia é uma entidade clínica específica e apartada da psicose. Cleckley chega até mesmo a afirmar que a psicopatia é um transtorno mais fundamental e primário que a psicose. Ele acredita que a psicopatia, em sua gravidade, seria capaz de engendrar os sintomas psicóticos. Cleckley, de modo jocoso, afirma que associar a psicose à psicopatia é uma empreitada tão infrutífera quanto dizer que um “psicótico tem cabelo vermelho” ou que se trata de “um neurótico com Phd” (p. 248), uma vez que, presente a psicopatia, é ela que deve conduzir a direção do tratamento. Um dos motivos fundamentais que levaram o autor a esse reposicionamento se situa no fato de que ele considerava que o psicopata deveria ser plenamente responsabilizado em situações penais, diferentemente do psicótico que, para Cleckley, não deveria ser considerado responsável pelos seus atos criminosos.

É importante dizer que a discussão diagnóstica de Cleckley não se resume a diferenciar a psicopatia da psicose e da psiconeurose. O autor também busca traçar distinções entre os psicopatas, os “retardados mentais” e os “gênios”. Melhor do que retomarmos os argumentos usados pelo psiquiatra americano para diferenciar esses diferentes quadros é sublinhar o impasse fundamental com o qual ele se depara: a inapreensibilidade dos psicopatas, ou melhor, a dificuldade em defini-los e classificá-los. No esforço em esquematizar a psicopatia como uma entidade clínica específica, Cleckley lança mão dos mais diversos desajustamentos para compará-los com a psicopatia, tentando, de todas as maneiras, dar corpo à sua construção teórica. Embora não consideremos essencial discorrer sobre essas diferenciações diagnósticas, faz-se imprescindível nos atermos a um ponto de tal discussão. Cleckley, do mesmo modo que distingue a psicopatia da psicose e do retardo mental, também a distingue da criminalidade comum.

O autor afirma que, diferentemente do criminoso comum, “o psicopata muito raramente tira vantagem do que ele ganha e quase nunca trabalha consistentemente no crime ou em qualquer outro aspecto para alcançar uma posição permanente de poder, riqueza ou segurança” (Cleckley, p. 261). O psiquiatra complementa dizendo que “o homem que é

essencialmente criminoso é intencional, enquanto o psicopata é muito pouco intencional” (p. 261). Para o autor, os propósitos dos psicopatas seriam mais obscuros, não sendo incomum que portadores de tal transtorno se coloquem em grande risco por coisas triviais e efêmeras, havendo, portanto, certa incompreensibilidade em relação aos seus atos. Cleckley acredita que os psicopatas, ainda que causem profundos transtornos para aqueles que o cercam, amiúde se colocam em posições desconfortáveis e vergonhosas, diferentemente do criminoso típico. Além disso, o autor afirma que “o psicopata comum usualmente não comete assassinatos ou outras ofensas que prontamente o leva a grandes sentenças em prisões” (p. 262). Cleckley acredita que os que cometem crimes mais gravosos seriam a exceção e não a regra em matéria de psicopatia. No entanto, Cleckley admite que quando sérias tendências criminais surgem nos psicopatas, elas ganham grande expressão, uma vez que, usualmente, vêm acompanhadas de acentuado grau de violência: “... muitas pessoas, talvez a maioria, que cometem violentos e sérios crimes fracassam em mostrar as principais características que tão consistentemente aparecem nos casos que consideramos. Muitos, de fato, mostram traços que tornam muito difícil identificá-los com esse grupo (de psicopatas)” (p. 262/263).

Para Harvey Cleckley, o psicopata estaria mais associado à figura do delinquente, ou seja, àquele autor de prática infracional sem grande potencial ofensivo. O autor também defende a ideia de que o “masoquismo, sadismo, bestialidade, fetichismo, necrofilia e voyerismo não são comuns em psicopatias” (p. 263), ainda que existam sim sádicos entre os casos mais graves do transtorno.

Consideramos essa diferenciação entre o psicopata e o criminoso um ponto chave na discussão aqui empreendida, uma vez que este resgate busca desvendar o porquê da associação quase natural entre a psicopatia e o domínio da criminalidade, da maldade e, até mesmo, da monstruosidade. Como é possível observar, naquela que é considerada a obra-prima a respeito da psicopatia, não há uma associação inequívoca entre a referida afecção e a criminalidade, muito antes pelo contrário. Cleckley, ainda que apresente grande dificuldade em classificar o indivíduo psicopata, ele não o engessa em uma categoria carregada pelo estigma da maldade e da antissociabilidade. Embora ele enfatize o profundo desajuste dos psicopatas na trama social, ele, de certo modo, o aproxima do domínio da normalidade no tópico em que discorre acerca da manifestação psicopática em seis contextos:

- 1- o psicopata como homem de negócios;
- 2- o psicopata como um homem internacional;
- 3- o psicopata como um cavalheiro;

- 4- o psicopata como cientista;
- 5- o psicopata como médico;
- 6- o psicopata como psiquiatra.

Nesses seis contextos o autor traz exemplos de casos clínicos por ele atendidos, movimento que busca enfatizar a premissa de que os psicopatas fazem uso de uma “máscara” de normalidade. A ideia fundamental de Cleckley é que o psicopata é capaz de exibir um funcionamento são e funcional, mas que este não passa de uma camuflagem, de um recurso que visa disfarçar uma profunda inabilidade em participar e em entender os acordos compartilhados socialmente. Para o autor, a grande tônica do transtorno se situa na dimensão emocional: para ele, a psicopatia sinaliza uma falha em fazer um uso das emoções e também em percebê-las de um modo geral.

Após trazer um sem número de casos clínicos, assim como uma ampla discussão diagnóstica, Cleckley condensa os seus achados no delineamento de dezesseis características comumente presentes na psicopatia. São elas:

- 1- charme superficial e boa “inteligência”;
- 2- ausência de ilusões e outros sinais de pensamento irracional;
- 3- ausência de “nervosismo” ou manifestações psiconeuróticas;
- 4- inconfiabilidade;
- 5- falsidade e/ ou insinceridade;
- 6- ausência de remorso ou vergonha;
- 7- conduta antissocial inadequadamente motivada;
- 8- fraco juízo crítico e incapacidade de aprender com a experiência;
- 9- egocentrismo patológico e incapacidade de amar;
- 10- pobreza geral nas reações afetivas importantes;
- 11- perda específica de insight;
- 12- falta de reciprocidade nas relações interpessoais em geral;
- 13- conduta extravagante e desagradável com, e, às vezes, sem bebida;
- 14- raramente chega ao suicídio;
- 15- vida sexual pessoal, trivial e pouco integrada;
- 16- fracasso ao tentar seguir um plano de vida.

Como se pode observar, não há, em Cleckley, uma associação inequívoca entre psicopatia e criminalidade. Essa vinculação parece ter sido realizada a partir das várias edições do DSM e também a partir de contribuições de Robert Hare, psiquiatra canadense que criou um teste, amplamente utilizado, para acessar e medir o construto referente à psicopatia.

2.4 O DSM e suas várias edições: a ascensão da personalidade antissocial e o declínio da psicopatia

O advento do DSM, Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder, ou, em português, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, modificou de uma maneira radical o modo como a psiquiatria pensa e diagnostica as diversas afecções mentais.

Desde o seu surgimento, em 1952, o DSM sofreu quatro edições, modificando-se, de modo mais acentuado, a partir de sua terceira edição, de 1980. O DSM III tornou-se alvo de grandes críticas e controvérsias, principalmente no tocante à sua perspectiva a-teórica na qual a manifestação sintomática assume a grande tônica. Somado a isso, não faltam críticas que apontam a diluição dos limites entre normalidade e patologia, havendo, como decorrência, uma patologização despudorada dos indivíduos, uma vez que qualquer manifestação é passível de ser tipificada em termos diagnósticos. A consequência direta dessa patologização universal é o uso desenfreado de medicamentos psiquiátricos, fazendo da indústria farmacêutica um dos mais rentáveis negócios da atualidade.

O DSM I (1952) surge com o intuito de criar uma nomenclatura comum baseada nos conhecimentos até então existentes a respeito dos transtornos psiquiátricos. À época, havia uma grande preocupação em criar um sistema comum a todos os psiquiatras para que se pudesse realizar um levantamento estatístico da prevalência das doenças mentais na população americana.

É importante destacar que o DSM I foi elaborado sete anos após o final da Segunda Guerra Mundial, momento em que se observou um sem número de ex-combatentes que padeciam de transtornos mentais deflagrados pelos horrores da guerra. Nesse contexto, fazia-se necessário angariar todos os recursos possíveis para que essa população de ex soldados fosse assistida, o que impulsionou os esforços da Associação Psiquiátrica Americana (APA) no sentido de criar um sistema classificatório único. Todo o prefácio da primeira edição fala dos embaraços trazidos pelo público representado pelos veteranos de guerra que exibiam transtornos que, à

época, pareciam de difícil classificação. O redator da primeira edição afirma que apenas 10% dos pacientes psiquiátricos oriundos do exército americano podiam ser diagnosticados com as nomenclaturas existentes naquele contexto. À título de curiosidade, a primeira edição do DSM continha 130 páginas nas quais eram listados e especificados 106 transtornos mentais.

No DSM I, observamos a presença não do “Transtorno de Personalidade Antissocial” ou da psicopatia, mas sim a presença da “Perturbação Sociopática da Personalidade” ou “Sociopatia”. Amiúde, a sociopatia é utilizada como um sinônimo de psicopatia, contudo, muitos autores demarcam a necessidade de diferenciá-las (Lykken, 2007). O termo “sociopata” está intimamente articulado à ideia de sociedade, ou melhor, à relação que se estabelece entre indivíduo e sociedade. Alguns autores como Goodwin & Guze (1981) consideram a sociopatia como um subgrupo dentro de uma categoria mais ampla representada pela psicopatia na qual haveria a presença de traços antissociais e agressivos. (Shine, 200/2010). Em 1952, data da primeira edição do DSM, ainda vigorava a concepção de que a etiologia da psicopatia residia na incompetência dos pais dos psicopatas em socializá-los de um modo efetivo. Nessa época, acreditava-se que os sociopatas eram fruto direto de negligência e abuso dos pais, diferentemente da atual concepção etiológica da psicopatia na qual a herança genética surge como um fator determinante. Os avanços auferidos com o mapeamento dos gens foram fundamentais para retirar do domínio social e familiar a etiologia do referido transtorno, transferindo-o para as searas da determinação genética.

O DSM I define a Perturbação Sociopática da Personalidade da seguinte maneira:

Os indivíduos a serem colocados nessa categoria são doentes primariamente em termos da sociedade e da conformidade com o ambiente cultural prevalente, e não apenas em termos do desconforto pessoal e relações com os outros indivíduos. No entanto, reações sociopáticas são muito sintomáticas de severos transtornos de personalidades fundamentais, neuroses, ou psicoses, ou ocorre como o resultado de dano cerebral ou doença. Antes que um diagnóstico definitivo neste grupo seja empregado, deve-se prestar rigorosa atenção para a possibilidade da presença de um distúrbio mais primário, tal distúrbio fundamental será diagnosticado quando reconhecido.⁷ (1952, p. 38)

É possível notar, como já havia sido exposto, o acento dado à má adaptação social no tocante à sociopatia, bem como a necessidade de cuidado no diagnóstico, uma vez que o referido quadro pode camuflar distúrbios mais fundamentais. Na primeira edição do DSM, ainda que não se faça presente na descrição do quadro a relação entre sociopatia com o

⁷ Individuals to be placed in this category are ill primarily in terms of society and of conformity with the prevailing cultural milieu, and not only in terms of personal discomfort and relations with other individuals. However, sociopathic reactions are very often symptomatic of severe underlying personality disorder, neurosis, or psychosis, or occur as the result of organic brain injury or disease. Before a definitive diagnosis in this group is employed, strict attention must be paid to the possibility of the presence of a more primary personality disturbance; such underlying disturbance will be diagnosed when recognized.

comportamento antissocial, os autores fazem menção à “reação antissocial” que pode se fazer presente na Perturbação Sociopática da Personalidade. A reação antissocial, ainda que não se caracterize como um diagnóstico propriamente dito, é descrita da seguinte forma:

Este termo se refere a indivíduos cronicamente antissociais que estão sempre em apuros, não aprendendo com a experiência nem com a punição. São frequentemente frios e hedonistas, mostrando marcante imaturidade emocional com falta de senso de responsabilidade, falta de julgamento, e uma inabilidade em reconhecer seu comportamento, de tal forma que ele parece abonável, razoável e justificável. O termo inclui casos previamente classificados como ‘estado psicopático constitucional’ e ‘personalidade psicopática’. Tal como é definido aqui, o termo é mais limitado, bem como mais específico em sua aplicação.⁸ (1952, p. 38)

À medida que o comportamento antissocial surge como uma reação possível entre as condutas do indivíduo sóciopata, ele não está propriamente inserido no delineamento do quadro, sendo, portanto, apenas um matiz dentre os comportamentos possíveis.

O DSM II, lançado no ano de 1968, não traz grandes modificações em relação à primeira edição. Nele, ainda observamos, tal como na edição inaugural, grande influência da chamada psiquiatria dinâmica. Tanto no DSM I como no DSM II, persistia a distinção fundamental entre neurose e psicose. Ainda que tenham sido incorporadas contribuições da biologia, prevalecia a concepção de que muitos transtornos eram frutos de uma má adaptação ao meio ambiente, visão bastante semelhante à existente no DSM I. Observa-se, no entanto, um aumento do número de transtornos catalogados: eram 186 distúrbios em 134 páginas.

No que tange ao conceito aqui discutido, há a modificação da terminologia “Perturbação Sociopática da Personalidade” para “Personalidade Antissocial”. Esta é descrita da seguinte maneira:

Este termo é reservado para indivíduos que são basicamente não socializados e cujo padrão de comportamento os leva a repetidos conflitos com a sociedade. Eles são incapazes de significativa lealdade com os indivíduos, grupos ou com valores sociais. Eles são enormemente egoístas, frios, irresponsáveis, impulsivos e incapazes de sentir culpa ou de aprender com a experiência e com a punição. Tolerância à frustração é baixa. Eles tendem a culpar os outros ou oferecer racionalizações plausíveis para o seus comportamentos. Uma mera história de repetidas ofensas legais e sociais não é suficiente para este diagnóstico. Reação delinquente de grupo da infância (ou adolescência) e Mau-ajustamento social sem distúrbio psiquiátrico manifesto devem ser pautados antes de fazer este diagnóstico⁹. (1968, p. 43)

⁸ This term refers to chronically antisocial individuals who are always in trouble, profiting neither from experience nor punishment, and maintaining no real loyalties to any person, group, or code. They are frequently callous and hedonistic, showing marked emotional immaturity, with lack of sense of responsibility, lack of judgment, and an ability to rationalize their behavior so that it appears warranted, reasonable, and justified. The term includes cases previously classified as "constitutional psychopathic state" and "psychopathic personality." As defined here the term is more limited, as well as more specific in its application.

⁹ This term is reserved for individuals who are basically unsocialized and whose behavior pattern brings them repeatedly into conflict with society. They are incapable of significant loyalty to individuals, groups, or social values. They are grossly selfish, callous, irresponsible, impulsive, and unable to feel guilt or to learn from

Interessante é notar que os autores enfatizam o fato de que uma história de repetidas ofensas legais e sociais não se configura como um elemento determinante para a feitura de tal diagnóstico. Novamente, tal como no DSM I, a tônica do distúrbio recai no desajuste social e não no comportamento antissocial.

Se as duas primeiras edições em muitos se assemelham, prevalecendo o afã de seus autores em criar um sistema classificatório universal que favoreceria a comunicação e o trabalho da comunidade psiquiátrica internacional, com o advento do DSM III, observa-se um giro no qual se percebe uma mudança radical no modo de se pensar a psicopatologia. Com esta edição, a psiquiatria biológica domina a cena, colocando de lado todas as outras abordagens psicopatológicas, principalmente a psicanálise. Esta e outras linhas de pensamento passam a ser consideradas como anticientíficas ou obsoletas. Com o DSM III, dois princípios básicos passam a vigorar: o descritivismo puro de sinais e sintomas e a busca por um sistema classificatório no qual a etiologia dos transtornos não fosse considerada. Tais princípios evidenciam uma proposição fundamental, o a-teorismo. Conjugado a esse princípio, entrevemos um método privilegiado de pesquisa: a estatística. Com o DSM III, também se observa um aumento significativo de transtornos catalogados, estes pulam de 186 para 265.

O DSM III engendrou um sem número de críticas e controvérsias, uma vez que, a despeito de ser considerado pelos seus idealizadores como uma revolução científica, ele deu ensejo a uma patologização desmedida da sociedade e uma consequente super-medicação da mesma.

O “Manifesto de São João Del Rei - Brasil em prol de uma psicopatologia clínica”, seguindo a trilha de outros manifestos mundiais, busca empreender uma discussão crítica a respeito do DSM, visando “retomar a dimensão clínica dos diagnósticos para além de um uso exacerbado da estatística e a restituição do sintoma a uma função subjetiva” (2011, p. 1). Para esse e outros movimentos contestadores da prática do DSM, principalmente com a perspectiva por ele tomada em sua terceira edição, este passa a ser um manual “que se restringe a catalogar os fenômenos sem preocupação em saber como surgem, por que surgem, como se articulam entre si, e principalmente: que função esses fenômenos podem desempenhar para determinado sujeito”(p. 2).

experience and punishment. Frustration tolerance is low. They tend to blame others or offer plausible rationalizations for their behavior. A mere history of repeated legal or social offenses is not sufficient to justify this diagnosis. *Group delinquent reaction of childhood (or adolescence)* (q.v.), and *Social maladjustment without manifest psychiatric disorder* (q.v.) should be ruled out before making this diagnosis.

No que concerne à psicopatia, esta passa a ser classificada como “Transtorno de Personalidade Antissocial”, nomenclatura que perdura até a atualidade com o DSM IV-R. No DSM III, tal transtorno é caracterizado da seguinte maneira:

- A. idade atual de no mínimo 18 anos;
- B. acometimento antes da idade de 15 anos tal como indicado pelo histórico de três ou mais dos seguintes critérios:

- (1) faltar às aulas (positivo se acumular no mínimo cinco dias por ano por pelo menos dois anos, não incluindo o último ano da escola),
- (2) expulsão ou suspensão da escola por mau comportamento,
- (3) delinquência (preso ou conduzido para o tribunal da infância e juventude por causa do comportamento),
- (4) fugir de casa durante a noite por pelo menos duas vezes enquanto morar na casa dos pais ou de pais substitutos,
- (5) mentira persistente,
- (6) relações sexuais repetidas em relações interpessoais casuais,
- (7) repetido embreagamento ou abuso de substância,
- (8) roubos,
- (9) vandalismo,
- (10) notas escolares marcadamente inferiores às expectativas em relação ao estimado ou conhecido QI (talvez tenha resultado na repetição de ano),
- (11) crônica violação das regras em casa e/ou na escola (além de falta às aulas).
- (12) iniciar brigas;

- C. pelo menos quatro das seguintes manifestações do transtorno desde a idade dos 18 anos:

- (1) inabilidade em manter consistente comportamento laboral, tal como indicado por qualquer das seguintes manifestações: (a) frequentes mudanças de empregos (por exemplo, três ou mais mudanças de empregos em cinco anos, não contabilizando mudanças decorrentes de flutuações econômicas e sazonais), (b) significativo desemprego (seis meses ou mais em cinco anos enquanto se é esperado trabalhar), (c) sério absenteísmo no trabalho (média de três dias ou mais de atraso ou ausência por mês, abandonar diversos trabalhos sem ter outros em vista. Comportamento similar em ambiente acadêmico durante os últimos anos pode substituir esse critério em indivíduos que, por razão de idade ou circunstâncias, não tiveram a oportunidade de demonstrar ajustamento ocupacional),
- (2) falta de habilidade de funcionar como um pai responsável como evidenciável por um ou mais dos seguintes: (a) má nutrição dos filhos, (b) doença do filho resultado da falta de padrões mínimos de higiene, (c) fracasso em obter cuidado médico para um filho seriamente adoentado, (d) dependência do filho em vizinhos ou parentes para alimentação e abrigo, (e) fracasso em arranjar um cuidador para um filho com menos de seis anos quando os pais estão ausentes, (f) repetida dilapidação, em termos pessoais, de dinheiro necessário para as necessidades do lar,
- (3) fracasso em aceitar normas sociais no que diz respeito a comportamento lícito, tal como indicado por qualquer uma das seguintes manifestações: repetidos roubos, ocupação ilegal (proxenetismo, prostituição, venda de drogas), múltiplas prisões, ficha criminal,

- (4) inabilidade em manter ligações duradoras com um parceiro sexual tal como indicado por dois ou mais divórcios e/ou separações (se legalmente casado ou não), abandono de esposa, promiscuidade (dez ou mais parceiros sexuais em um ano),
- (5) irritabilidade e agressividade indicadas por repetidas brigas físicas ou agressões, incluindo surras de esposas ou filhos,
- (6) fracasso em honrar com obrigações financeiras, indicadas por repetida inadimplência de dívidas, fracasso em prover sustento aos filhos, fracasso em sustentar outros dependentes com regularidade,
- (7) fracasso em planejar o futuro, ou impulsividade, indicada por viagens de um lugar a outro sem objetivo claro para o período de viagem ou ideia clara sobre quando a viagem irá terminar, ou falta de um endereço fixo por um mês ou mais,
- (8) desprezo pela verdade indicada por repetidas mentiras, uso de codinomes, engano de outros para benefício próprio,
- (9) descuido indicado por dirigir intoxicado ou em constante alta velocidade;

D. um padrão de contínuo comportamento antissocial no qual os direitos de outros são violados, sem a não interferência de período de no mínimo cinco anos sem comportamento antissocial entre a idade de quinze anos e o tempo presente (exceto quando o indivíduo ficou acamado ou confinado em hospital ou instituição penal);

E. comportamento antissocial não é devido a Severo Retardo Mental, Esquizofrenia ou episódios maníacos.

Feito esse resgate do modo como o Transtorno de Personalidade Antissocial é tratado no DSM III, cabe aqui algumas considerações. De início, é impossível não notar uma profunda reformulação do transtorno, sendo-lhe atrelado um número muito maior de manifestações. É notório como a infância e a adolescência entram em cena, estendendo para esses domínios a possibilidade de manifestações psicopáticas. Antes dos quinze anos, já seria possível entrever atos de delinquência, roubos e vandalismo, atuações que trazem a marca indelével do comportamento antissocial.

Na fase adulta, observa-se, igualmente, uma profunda associação com o comportamento antissocial, sendo elencadas, pela primeira vez no histórico do Manual, condutas ilícitas das mais diversas ordens aos critérios de classificação, vinculando tal transtorno à seara legal e penal.

Desse modo, é interessante extrair desse resgate da psicopatia nas distintas edições do DSM uma modificação constante que culmina em um inchaço do quadro - com a incorporação de um maior número de manifestações - e um significativo atrelamento destas ao domínio do comportamento antissocial. Se nas duas primeiras edições do Manual prevalecia uma visão de que a psicopatia era um transtorno que assinalava o desajuste do indivíduo com as normas e o convívio social, no DSM III, essa concepção se modifica: ainda que o desajuste social esteja lá presente, esse assume maiores proporções, uma vez que há a sua vinculação com o domínio da criminalidade. Tal ligação continua a se fazer presente no

DSM IV e no DSM IV-R, não havendo grandes modificações em relação ao modo como o transtorno aqui discutido é concebido.

Buscou-se aqui garantir uma maior atenção ao DSM III, pois ele, como já foi colocado, marca uma ruptura no modo como a psiquiatria e a psicopatologia passam a ser pensadas. Ainda que seja relevante inserir a caracterização do Transtorno de Personalidade Antissocial presente na última edição do DSM, não serão feitas observações a seu respeito, uma vez que o objetivo aqui empreendido é demarcar a evolução do conceito e a sua paulatina associação com o comportamento antissocial. Acreditamos que essa evolução já foi aqui traçada no tocante ao DSM, sendo mais interessante partirmos para as contribuições de um outro ator, Robert Hare, figura essencial no acentuamento da vinculação entre psicopatia e criminalidade.

Retomando: para o DSM IV TR, o Transtorno de Personalidade Antissocial tem como característica essencial “um padrão global de desrespeito e violação dos direitos alheios, que se manifesta na infância ou no começo da adolescência e continua na vida adulta...” (DSM IV TR, 2000, p. 656). Ele estabelece sete critérios diagnósticos para o TPAS:

- (1) incapacidade de adequar-se às normas sociais com relação a comportamentos lícitos, indicada pela execução repetida de atos que constituem motivo de detenção;
- (2) propensão para enganar, indicada por mentir repetidamente, usar nomes falsos ou ludibriar os outros para obter vantagens pessoais ou prazer;
- (3) impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro;
- (4) irritabilidade e agressividade, indicadas por repetidas lutas corporais ou agressões físicas;
- (5) desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia;
- (6) irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou de honrar obrigações financeiras;
- (7) ausência de remorso, indicada por indiferença ou racionalização por ter ferido, maltratado ou roubado alguém.

Para que um indivíduo receba o referido diagnóstico é preciso que seja evidenciado no mínimo três dos sete critérios acima, sendo indispensável que o mesmo tenha no mínimo dezoito anos, tenha existido evidências de Transtorno de Conduta com início antes dos quinze anos e que a ocorrência do comportamento antissocial não se dê exclusivamente durante o curso de Esquizofrenia com Episódio maníaco.

2.5 Robert Hare e o definitivo desvio da obra de Harvey Cleckley: o “monstro psicopata” vai se criando...

O psiquiatra canadense Robert Hare começou a aproximar-se do tema referente à psicopatia quando era ainda recém-formado. Ao trabalhar com detentos de uma prisão de segurança máxima nas proximidades de Vancouver, Hare se intrigava com a questão concernente à suposta ineficácia da punição em indivíduos por ele considerados psicopatas.

Ainda que Harvey Cleckley seja considerado por muitos o pai dos estudos contemporâneos a respeito da psicopatia, Hare vem angariando admiradores, sendo visto hoje como uma das maiores referências quando falamos de sujeitos psicopatas. Ainda atuante, Hare é habilidoso em divulgar os seus trabalhos, não sendo incomuns aparições do psiquiatra na mídia. Parte dessa habilidade consiste em transmitir as suas opiniões de um modo bastante acessível, não sendo fortuito o sucesso que angaria na publicação de diversos livros sobre a temática. Sua publicação mais recente, intitulada *Snakes in Suits: When Psychopaths go to work* (2006) (Cobras de terno: quando os psicopatas vão ao trabalho) alcançou significativo sucesso editorial nos Estados Unidos e no Canadá.

Em entrevista concedida a Revista Veja em 29 de março de 2009, Hare pronuncia uma série de afirmações que marcam esse esforço em tornar o tema por ele estudado acessível e compreensível por quem quer que o leia. O autor diz, por exemplo, que "O psicopata é como o gato, que não pensa no que o rato sente. Ele só pensa em comida. A vantagem do rato sobre as vítimas do psicopata é que ele sempre sabe quem é o gato".

Se hoje o autor recebe críticas em função do modo como às vezes se refere ao indivíduo psicopata, ou seja, de um modo um tanto rasteiro e superficial, não foi dessa maneira como ele iniciou os seus estudos a respeito da psicopatia, muito pelo contrário. Na década de setenta, momento em que de fato se debruça sobre o tema, Hare levanta e defende a bandeira da cientificidade, contestando o trabalho de Harvey Cleckley, julgando-o como uma obra anacrônica, excessivamente empirista e pouco científica.

Robert Hare, embora tenha utilizado a trabalho de Cleckley como base para a elaboração do instrumento por ele desenvolvido para acessar a psicopatia, inseriu algumas importantes modificações teóricas no tocante ao delineamento do quadro, sendo duramente criticado por isso.

Hare é o criador do instrumento mais amplamente utilizado para a medição dos graus de psicopatia, o Hare Psychopathy Checklist (PCL-Hare, 1980/1991). Este teste é fruto da já comentada contestação do autor a respeito da confiabilidade e validade das ferramentas usadas para acessar o referido transtorno. Utilizando entrevistas semiestruturadas e estudos de casos, Hare realizou uma filtragem das características que surgiam com maior frequência nos indivíduos selecionados para a pesquisa e localizou vinte e dois critérios passíveis de serem vinculados a escores que possibilitariam medir o grau de psicopatia em um determinado sujeito. A amostra utilizada por Hare consistia em 143 homens brancos encarcerados, de 18 a 53 anos, estabelecendo uma média de idade de 26, 3 anos. Os critérios são:

- 1- loquacidade/ charme superficial;
- 2- diagnóstico prévio como psicopata;
- 3- egocentrismo/ superestima;
- 4- tendência ao tédio/ Baixa tolerância à frustração;
- 5- mentira patológica;
- 6 - manipulação/ Falta de sinceridade;
- 7- ausência de remorso ou culpa;
- 8- insensibilidade afetivo-emocional;
- 9- crueldade/ falta de empatia;
- 10- estilo de vida parasitário;
- 11- pobre controle comportamental e temperamento explosivo;
- 12- promiscuidade sexual;
- 13- transtornos de conduta na infância;
- 14- ausência de metas realistas a longo prazo;
- 15- impulsividade;
- 16- comportamento irresponsável como pai;
- 17- problemas conjugais frequentes;
- 18- delinqüência juvenil
- 19- risco em caso de liberdade condicional;
- 20- fracasso em aceitar responsabilidades pelas próprias ações;
- 21- diferentes tipos de delito;
- 22- abuso de álcool ou uso de drogas sem ser necessariamente causado pelo comportamento antissocial.

O autor divide esses traços em quatro dimensões primordiais: a interpessoal, a afetiva, a de estilo de vida e a referente à dimensão antissocial. Os escores variam de zero a quarenta pontos, sendo quarenta o mais alto grau de psicopatia. Ainda que a escala PCL-R tenha sido desenvolvida como uma escala de pesquisa clínica para medir o construto referente à psicopatia, Hare afirma que “... por causa de sua demonstrada habilidade em prever recidivas, violência e tratamento, a PCL-R é rotineiramente usada em assessorias jurídicas, sozinha ou, mais apropriadamente, como parte de uma bateria de variáveis e fatores relevantes para psicologia e psiquiatria forense” (Hare, 2008, p. 221).

Embora não se faça relevante nos atermos aos detalhes do modo como o teste foi estruturado, é importante dizer que a sua confecção é atribuída a uma compilação de ferramentas de medição, de contribuições da genética comportamental, da psicopatologia do desenvolvimento, de teorias da personalidade, da neurociência cognitiva e de estudos comunitários.

Hare estabelece uma distinção fundamental entre os critérios elencados em seu check-list e os presentes no DSM IV: “Os critérios do DSM-IV para TPA consistem quase que exclusivamente em indícios comportamentais, negligenciando o afetivo-interpessoal, aspecto que parece refletir muito na noção de uma personalidade distinta tal como descrito por Cleckley (1941/1976)” (Hare, 2008, p. 221).

Mesmo que Hare busque diferenciar o seu trabalho das construções presentes no DSM IV, é possível localizar um ponto em comum entre eles: tanto o DSM (a partir da sua terceira edição) quanto a escala PCL-Hare foram determinantes para o estreitamento da vinculação entre psicopatia e o comportamento antissocial. Em relação ao DSM, essa associação tornou-se bastante clara com o resgate já realizado, sendo necessário demonstrá-la também na obra de Robert Hare.

Rogers (1995), Cooke (2005) e Blackburn (2007) efetuaram as críticas mais contundentes no sentido de evidenciar não só um desvio na obra de Hare em relação à base teórica construída por Cleckley, como também a importância dada pelo psiquiatra canadense ao fator referente à antissociabilidade.

Rogers afirma que “enquanto a psicopatia tem recebido um aumento de atenção por parte de clínicos e cientistas nas últimas duas décadas, é importante notar que a definição do transtorno se desviou das primeiras conceituações fornecidas por Cleckley e outros teóricos antes dele” (Rogers, 1995, p. 81). Cooke, por sua vez, argumenta que a Escala PCL se desvia das raízes estabelecidas por Cleckley porque inclui o comportamento antissocial na conceituação e medição da psicopatia. Blackburn afirma, por seu turno, que enfatizar a

participação do crime na psicopatia tornou sua natureza obscura, fazendo com que sua característica fundamental, qual seja, a de relações interpessoais prejudiciais, fosse preterida em detrimento da necessidade de se fazer presente uma manifestação criminosa.

Otto Kernberg, psiquiatra e psicanalista filiado da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), também realizou críticas contundentes em relação ao fato de que o DSM III descartava o “transtorno de personalidade de tipo não agressivo” (Shine, 2000/2010, p. 24). Para o autor, tal tipo deveria ser incluído, uma vez que nele não estaria em jogo a manifestação criminal, mas sim um comportamento considerado por ele de “cronicamente parasístico e /ou espoliativo” (Idem, p. 24).

Os itens 9, 18, 19 e 21 presentes nos critérios de Robert Hare, foram os mais severamente criticados, sendo contestada a verdadeira necessidade da inserção de tais critérios. Vale ressaltar que a escala construída por Hare foi estabelecida a partir de entrevistas com indivíduos já inseridos em uma instituição penal, o que torna basilar a inclusão da questão criminal na construção do instrumento.

2.6 O retrocesso representado pelo Transtorno de personalidade Antissocial

A partir da retomada aqui empreendida para traçar uma evolução histórica da psicopatia, é possível fazermos algumas pontuações. Não seria inapropriado dizer que entrevemos uma espécie de retorno do Transtorno de Personalidade Antissocial às suas origens mais remotas, mais antigas que as contribuições de Kurt Schneider.

Como se buscou evidenciar, antes de Schneider, prevaleciam elaborações relativas a transtornos que se assemelhavam à psicopatia embebidas de julgamentos morais, de ponderações depreciativas e condenatórias nas quais vigoravam prognósticos bastante pessimistas em relação ao quadro.

É possível dizer que, com as sucessivas edições do DSM, principalmente a partir de sua terceira edição, e com a disseminação do uso da Escala PCL-Hare, o diagnóstico representado pela psicopatia foi se distanciando daquilo que foi pensado pelos seus principais idealizadores: Kurt Schneider e Harvey Cleckley. Se Schneider, na década de quarenta, falava das limitações de seus tipos psicopáticos, sendo capaz de perceber a inoperância das etiquetas diagnósticas e a cegueira que elas causavam aos psiquiatras, hoje percebemos o silenciamento dos sujeitos em enquadramentos diagnósticos altamente empobrecedores. Se em Schneider

observamos inúmeras nuances de manifestações psicopáticas sem qualquer julgamento moral, hoje observamos um engessamento, um enrijecimento dessas manifestações. Estas passam a ser quantificadas, classificadas, valoradas, medicadas e também punidas. Tanto em Schneider quanto em Cleckley, observamos a psicopatia como um desajuste social, como um transtorno que dificulta as relações interpessoais, mas não como um distúrbio no qual o comportamento antissocial e criminoso acaba assumindo a cena.

Enquanto Schneider e Cleckley abrem o leque de manifestações psicopáticas, o DSM e Robert Hare caminham em um sentido contrário, a saber, de um estreitamento de perspectiva na qual o indivíduo psicopata é resumido a um elemento, a antissociabilidade. A este elemento soma-se uma carga valorativa na qual, invariavelmente, é introduzida a questão referente à maldade, como se essa se restringisse a essa categoria de indivíduos. O antissocial passa a ser um indivíduo que não só rechaça o outro, como busca eliminá-lo.

No descritivismo e a-teoricismo do DSM, vemos uma categoria diagnóstica que passa a suscitar não só indagações, como também medo. Ao descrever uma série de manifestações sem buscar inseri-las em um contexto de inteligibilidade na qual o sintoma seja considerado em sua função subjetiva, o DSM cria espaço para uma mistificação, para uma obscuridade em relação à psicopatia. Em um domínio onde prevalece a nebulosidade, o que não faltam são fantasias que lançam o psicopata às paragens da monstruosidade.

2.7 O psicopata-monstro

Michel Foucault é quem nos diz que o atributo “monstro” sempre dá as caras em um cenário obscuro no qual algo de misterioso e inexplicável se passa. Em seu livro *Os Anormais* (1975/2002), o autor, a partir de múltiplas fontes teológicas, jurídicas e médicas, aborda o problema dos indivíduos perigosos que, no século XIX, esteve muito associado ao domínio da anormalidade. Entre os anormais figuravam os chamados “monstros”, figuras que adquiriram várias facetas, a depender do contexto histórico.

Foucault nos mostra que na Idade Média, o monstruoso se relacionava à mistura entre o domínio do humano e do animal. O monstro era uma figura que mesclava características de espécies diferentes, como o centauro, ser mítico que ilustra a união de dois seres distintos: o homem e o cavalo.

No Renascimento, por seu turno, a forma privilegiada de monstruosidade era os irmãos siameses. Crianças que nasciam com uma cabeça e dois torsos, um torço e duas cabeças, ou

com qualquer outra variação semelhante, eram consideradas figuras monstruosas que incitavam tanto horror quanto medo.

Na Idade Clássica, são os hermafroditas que tomam a cena e passam a ser apreciados como a monstruosidade por excelência, uma vez que eram possuidores de dois sexos, sendo impossível lhes atribuir a propriedade mais fundamental existente.

No final do século XVIII e início do XIX, percebe-se uma modificação na concepção do que seria o monstro. Se até então a monstruosidade sempre esteve situada no domínio da biologia, ou melhor, na transgressão da biologia, no século XIX o monstro passa a assumir uma nova faceta que não mais se relaciona à alteração somática e natural. Nesse período, o monstro se torna o “monstro moral”, figura que contem em si uma natureza criminosa.

Antes de prosseguirmos em direção ao monstro moral, entidade que nos interessa em particular, uma vez que defendemos que é dele que se fala quando falamos em psicopatas, cabe aqui um delineamento das características fundamentais do monstro, tal como foram pensadas por Foucault.

Tal sistematização se faz interessante, uma vez que Foucault discorre longamente e com um excesso de minúcias acerca do indivíduo monstruoso, sendo mais frutífero nos atermos àqueles pontos que de fato importam na associação entre o psicopata e o monstro.

1. o monstro é aquele que viola as leis da natureza. Ele é a transgressão dos limites naturais, das classificações e dos quadros;
2. o monstro aparece como um fenômeno extremo e extremamente raro. Ele combina o impossível com o proibido;
3. o monstro aparece no domínio biológico e jurídico, uma vez que ele não só transgride as leis da natureza, mas também as leis jurídicas. Diante de um hermafrodita, por exemplo, o direito tem que se posicionar, uma vez que esse indivíduo deverá ser registrado e gozar dos direitos e deveres fundamentais de qualquer cidadão. Ou seja, o monstro contradiz também a lei jurídica, deixando-a sem voz. O monstro, em sua exceção e raridade, produz um curto-circuito no terreno jurídico, deixando-o perplexo frente à ausência de ferramentas para situá-lo:

.... De fato, o monstro contradiz a lei. Ele é a infração levada a seu ponto máximo.... ele não deflagra por parte da lei, uma resposta legal. Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo em que viola a lei, ele a deixa sem voz. Ele arma uma arapuca para a lei que está infringindo. (p. 70);

4. diante do monstro, a resposta que usualmente é mobilizada é a violência, a vontade de supressão pura e simples. Mas tem-se também a mobilização de cuidados médicos e de atitudes piedosas;

5. o atributo “monstro” é usualmente convocado quando se faz presente uma anomalia ininteligível, ou seja, ao se denominar algo inexplicável como monstruoso, esvazia-se em certa medida a ausência de saber diante do enigma. Há nisso certa tautologia, uma vez que usa-se algo inexplicável (que é o próprio monstro) para se explicar algo igualmente inexplicável.

Entre os diversos monstros que pulularam ao longo da história, um deles é privilegiado por Foucault e, segundo ele, destaca-se como o mais atroz: “o monstro moral”. Este passa a imperar no século XIX, tendo como característica essencial possuir uma natureza criminosa intrínseca.

No século XVIII, o Direito passa por uma série de reformulações marcadas pela necessidade de se punir com mais eficiência. Se nos séculos precedentes vigorava a prática dos suplícios, ou seja, o indivíduo criminoso era penalizado por meio do exercício de atos cruéis e públicos, no século XVIII, o direito se rearranja, caminhando para uma majoração das penas executadas. Para cada crime, haveria uma pena prescrita. Desse modo, as engrenagens jurídicas tornaram-se muito mais fluidas, céleres, eficientes e econômicas. Mas, à medida que se estabeleceu um corpo regulatório no qual se prescrevia uma pena específica para cada crime, tornou-se necessário compreender as motivações articuladas ao ato delituoso. Só é possível punir de modo adequado se as conjunturas dos crimes sejam minimamente elucidadas. Não seria possível punir um criminoso em franco surto, por exemplo, à medida que o indivíduo não estava no gozo pleno de suas faculdades mentais, o que comprometeria sua compreensão em relação à ilicitude do ato.

É a partir desse rearranjo jurídico, ou seja, a partir dessa nova economia das penas, é que a psiquiatria começa a ser convocada pelos atores da seara jurídica para se pronunciar. O início da parceria entre direito e psiquiatria começa desse modo, como uma forma de tornar mais eficaz a punição.

O que se estabelece nessa ocasião é o casamento entre o Direito e a psiquiatria, matrimônio que embora parecesse desfrutar da mais bela harmonia, é confrontado com um monstro que, embora aparentasse uma normalidade inquestionável, comportava algo em si que o empurrava aos domínios da mais pura barbaridade. Este é o monstro moral, e ele, em função da

perplexidade que engendrava, fez vacilar o maquinário penal e também o aparato psiquiátrico, abalando um casamento que vinha se mostrando extremamente bem-sucedido.

E o que seria esse monstro moral que a princípio abalou e depois estreitou o vínculo entre Direito e psiquiatria? Esse monstro era um ser que cometia crimes bárbaros sem que nada os justificassem. É o monstro que, embora não fosse louco, uma vez que não exibia nenhuma perturbação da conduta e do pensamento, sendo também ausentes alucinações e construções delirantes, cometia crimes horrendos e inexplicáveis. É o monstro que se fazia como tal em função de um grande e bárbaro assassinato, um homicídio que emergia em um “grau zero de loucura” e que estarrecia a todos em função de sua ininteligibilidade. Para Foucault, o melhor exemplo desse monstro é Henriette Cornier. Esta, nas palavras do autor era

Uma mulher moça ainda – que teve filhos e que, aliás, os havia abandonado, que ela própria havia sido abandonada pelo primeiro marido – trabalha como empregada doméstica para certo número de famílias de Paris. E eis que um dia, depois de ter várias vezes ameaçado se suicidar, de ter manifestado idéias de tristeza, aparece na casa da vizinha, oferece-se para tomar conta da filhinha desta, de dezoito meses. A vizinha hesita, mas acaba aceitando. Henriette Cornier leva a menina para o quarto e ali, com um facão que havia preparado, corta-lhe inteiramente o pescoço, fica uns quinze minutos diante do cadáver da menina, com o tronco de um lado e a cabeça do outro, e, quando a mãe vem buscar a filha, Henriette Cornier lhe diz: ‘Sua fillha está morta’. A mãe, ao mesmo tempo, fica preocupada e não acredita, tenta entrar no quarto e, nesse momento, Henriette Cornier pega um avental, põe a cabeça no avental e joga a cabeça pela janela. Prendam-na e lhe perguntam: “Por quê?” Ela responde: ‘Foi uma ideia’. E não foi possível tirar praticamente mais nada dela. (Foucault, 1975/2002, p. 140-141)

Tal crime foi cometido em 1826 na França. Ele não foi o único do gênero, muitos outros emergiam mundo afora e Foucault nos dá vários exemplos disso.

Então, como se operou diante do crime de Henriette Cornier? Um dos primeiros passos foi convocar os psiquiatras. Estes se aproximaram de Cornier, entrevistaram-na, reviraram seu passado, conversaram com seus familiares, amigos e conhecidos. Para o espanto de todos, não havia qualquer indício de doença mental nem antes, nem após o crime. Cornier era uma deselegância - ela e seu ato eram incompreensíveis, um verdadeiro enigma para os psiquiatras e juristas da época. O que fazer com Cornier? Como punir um ato sem que se percebam os interesses subjacentes a ele? Daí surgiu “o embaraço central; daí essa espécie de desmoronamento, de paralisia da mecânica penal. Com isso (o direito) não pôde mais julgar; com isso, ele foi obrigado a se deter; com isso ele foi obrigado a questionar a psiquiatria” (Idem, p. 147).

É nesse momento que os votos entre psiquiatria e direito são renovados e estreitados. A psiquiatria trabalhará então com todo o seu empenho para detectar indícios de perigo em cada loucura, mesmo na mais suave, mesmo na mais inofensiva e imperceptível desordem. A psiquiatria, para se justificar, passa a mostrar que é capaz de perceber, ali onde nenhum outro

pode, um certo perigo; e ela deve mostrar que, se pode percebê-lo, é porque possui um conhecimento médico e científico.

Como a psiquiatria passa a proceder diante de crimes como o de Cornier e diante de outros semelhantes? O que ela fez nesse momento, por volta de meados do século XIX, em muito se assemelha com os movimentos observados por ela diante da ausência de saber.

A psiquiatria forja, então, uma classificação: a “monomania homicida”. Esta seria uma forma de loucura que nada mais é que o próprio crime, ou melhor, uma loucura cujo único sintoma é o crime. A monomania homicida surgiria a partir de toda uma dinâmica instintiva, na qual haveria uma propensão, um impulso, um automatismo que empurraria o indivíduo ao crime. O instinto seria, portanto, o elemento propulsor da monomania homicida. Com a invenção desta etiqueta, a psiquiatria se instala para sempre em solo jurídico, conferindo certa inteligibilidade para aquilo que não tinha explicação.

Diante de um crime imotivado, a psiquiatria declarava se tratar de uma monomania homicida e que essa era fruto de uma dinâmica móbil dos instintos: “Do ato sem razão, passamos ao ato instintivo” (p. 164). O autor sofisticava essa ideia dizendo que:

É a partir do instinto que toda a psiquiatria do século XIX vai poder trazer às paragens da doença e da medicina mental todos os distúrbios e todas as irregularidades, todos os grandes distúrbios e todas as pequenas irregularidades de conduta que não pertencem à loucura propriamente dita. É a partir da noção de instinto que vai poder se organizar em torno do que era outrora o problema da loucura, toda a problemática do anormal, do anormal no nível das condutas mais elementares e mais cotidianas... essa passagem do grande monstro ao pequeno perverso só pôde ser realizada por essa noção de instinto. (Foucault, 1975/2002, p. 165)

Com esse movimento, o grande assassino monstruoso se tornou menos inofensivo, afinal, ele tinha uma classificação e também uma explicação, nem que essa se mostrasse deveras ampla e pouco elucidativa.

Embora possa parecer que esse resgate da história do grande assassino monstruoso parece uma digressão, um elemento desconexo frente ao propósito aqui buscado, a saber, a evolução do conceito de psicopatia ao longo dos anos, ele não o é. A retomada da construção do monstro moral em Foucault tem como objetivo trazer luz para a associação tão comum entre psicopata e monstro.

O resgate empreendido na obra foucaultiana busca evidenciar o auge do equívoco em relação à psicopatia. Se a evolução do conceito de psicopatia aqui delineado nos mostrou como ele foi se transformando, aproximando-se ao domínio da criminalidade e da crueldade, o monstro surge como um dos mais pejorativos elementos na coleção de atribuições para designar o indivíduo psicopata. A associação entre o psicopata e o monstro só destaca o

grande equívoco em relação a esse conceito, inicialmente pensado de um modo no qual a barbaridade passava ao largo.

Assinalar a associação entre o psicopata e o monstro é um movimento necessário, contudo, é preciso avançar um pouco mais para abordar o elemento que, de fato, os engancham. Foucault demonstra que a entidade monstruosa sempre dá as caras em um cenário obscuro no qual algo de misterioso e inexplicável se passa. Diante de um crime a princípio sem razão e marcado pela barbaridade, um dos movimentos mais básicos é o da nomeação.

À medida que estamos mergulhados em um banho de linguagem, somos incitados a criar um nome para o horror que emerge em um crime bárbaro. No momento em que se nomeia algo que é inominável, garante-se um esvaziamento de angústia. Assim que um autor de um crime bárbaro é chamado de monstro, cria-se, tal como se criou com a invenção da nomenclatura do “monstro moral” e, posteriormente, do “monomaníaco homicida”, uma inteligibilidade mínima para um crime que foge à racionalização.

Como Foucault nos mostra, o monstro se situa em uma tautologia, uma vez que ele, que em si é inexplicável, é convocado para significar algo também inexplicável. Essa redundância não só empobrece a maneira como enxergamos crimes denominados de psicopáticos, como também cria um discurso marcado pelo obscurantismo.

Se tomarmos como exemplo o caso de Wellington Menezes (responsável pela “chacina de Realengo”), é possível observar algumas das características situadas por Foucault a respeito do monstro. Retomando: seu ato foi extremo e bárbaro; ele transgrediu a lei jurídica e, se fizermos o exercício de imaginar Wellington vivo após o seu ato, ele, se não deixasse o direito sem voz, certamente o embarçaria; ele mobilizou respostas violentas e engendrou o já referido efeito tautológico. Então, Wellington foi um monstro?

Sem dúvida, seu ato foi terrível, chocante, cruel e bárbaro. Sem dúvida, ficamos estarecidos diante da televisão e, indubitavelmente, ficamos tocados e emocionados. Contudo, devemos pensar em um ponto que nos parece fundamental no caso em questão: o monstro é aquele que transgride classificações e que insiste em não se encaixar em nenhuma categorização pré-estabelecida. Wellington, também nesse aspecto, vestiu a carapuça de monstro. Psiquiatras e psicólogos que foram convidados a comentar o ato ocorrido em Realengo centraram as suas discussões em torno dos seguintes questionamentos: que espécie de mente seria capaz de executar um ato de tamanha violência? Como classificar Wellington? No tocante a esses aspectos, uma constelação de denominações foi trazida à tona. Diagnósticos como “esquizofrenia paranóide”, “transtorno de personalidade antissocial” e também

“psicopata” coexistiram na mesma pauta de discussão. Diante do desacordo classificatório, um ponto parecia ser consensual: Wellington seria um monstro.

Na associação que aqui estabelecemos entre psicopata e monstro, um ponto surge como fundamental: a tautologia. Como já foi exposto, a tautologia é uma espécie de vício de linguagem que explica algo sem explicá-lo, com ela, se diz o mesmo com palavras diferentes. Percebe-se um ponto de semelhança entre o que ocorria nos crimes imotivados no século XIX (como o de Henriette Cornier) e os crimes bárbaros da atualidade: se naquela época criou-se o diagnóstico “monomania homicida” para explicar um crime sem motivação, hoje em dia, de modo semelhante, recorre-se prontamente ao diagnóstico de psicopatia para explicar um crime bárbaro e inexplicável.

Contudo, cabe aqui uma ressalva. Na época em que a monomania homicida foi forjada, a psiquiatria era uma prática incipiente, ainda se estabelecendo no terreno da Medicina. Desse modo, para se justificar, tal como demonstra Foucault, ela foi obrigada a se colocar em trabalho para compreender e classificar esses crimes bárbaros e imotivados que insistiam em escapar de qualquer esforço de inteligibilidade. O uso de uma tautologia como a “monomania homicida” se fez necessária porque o problema da psiquiatria “era constituir-se e impor seus direitos como poder e saber de proteção no interior da sociedade” (Foucault, 1975/2002, p. 151). O que estava em jogo, portanto, era a própria consolidação da psiquiatria, o que torna, em parte, mais compreensível o referido recurso tautológico.

Hoje, no entanto, não estamos em um contexto de consolidação da psiquiatria. Esta já se configura como um saber validado, ainda que em constantes aprimoramentos. Então, como justificar o recurso tautológico de invariavelmente denominar de psicopático um ato a princípio incompreensível? Por que a psiquiatria vem lançando mão tão incautamente de tal etiqueta diagnóstica para designar sujeitos autores de crimes bárbaros? A psiquiatria, prática há tantos anos estabelecida, já não deveria estar advertida da necessidade de zelo no estabelecimento de um diagnóstico tão carregado de estigmas?

É possível pensar que com o DSM e a sua prevalência como instrumento para a realização de diagnósticos psiquiátricos, privilegiou-se acentuadamente a observância de fenômenos sintomatológicos, deixando de lado a compreensão do modo singular como o sujeito se arranja no mundo. No enfoque dado aos elementos estritamente observáveis, a psiquiatria, não raro, se deixa enganar pela exuberância de um crime bárbaro, recorrendo aos critérios pré-estabelecidos presentes no DSM que, invariavelmente, caem como uma luva para enquadrar as manifestações observadas no indivíduo, manifestações que vêm sempre atreladas ao crime por ele perpetrado. O crime assume a tônica e o diagnóstico é construído sem a possibilidade

de colocá-lo um pouco de lado e fazer o sujeito falar sobre si. É o que Michel Foucault, também no livro *Os Anormais* (1975/2002), chama de “a semelhança do sujeito com seu ato” (p. 156). O criminoso se atrela ao seu ato, acaba se tornando ele próprio, não havendo outro caminho que não a sua desumanização em torno de um significante mestre: um psicopata.

Por fim, chegamos a uma das afirmações mais fundamentais de Jacques Lacan a respeito do indivíduo criminoso e que vem na contracorrente do pensamento psiquiátrico aqui esboçado a respeito do psicopata-monstro. O autor, em “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950), defende a ideia de que a psicanálise “ao irrealizar o crime, ela não desumaniza o criminoso”. (p. 137). Tal alegação surge em um contexto no qual o autor se refere a uma categoria de crimes por ele denominada de “crimes do supereu”. Lacan revela que há uma universalidade no que tange ao supereu, uma vez que todos nós estaríamos sujeitos a ele. O psicanalista francês defende a suposição de que nos “crimes do supereu” há uma trama subjacente animada por conflitos edípicos que seriam comuns a todos e que, em decorrência disso, há algo de irreal no crime à medida que ele escapa ao simples utilitarismo e se liga ao edipianismo. Lacan, desse modo, revela a necessidade de superar a concretude do crime, ou melhor, irrealizá-lo para que seja possível acessar o conflito inconsciente em jogo no ato.

Tal visão lacaniana, portanto, sublinha a necessidade de ir além do crime, do psicopata e do monstro. É preciso que o psicanalista, diferentemente de muitos psiquiatras, não se deixe cegar pela monstruosidade de um ato supostamente atribuído a um indivíduo psicopata. Assim, é fundamental que o psicanalista não incorra no erro de se aferrar ao crime sob o risco não só de perder as sutilezas diagnósticas e clínicas do caso, mas, sobretudo, de desumanizar o sujeito.

3 A PSICOPATIA NA PSICANÁLISE

Embora a psicopatia esteja bastante em voga na atualidade, são escassos os trabalhos em psicanálise que visam abordá-la. A psicanálise, por valorizar uma clínica na qual o sujeito é o protagonista que transmite um saber sobre o seu sofrimento, deixa de lado etiquetas diagnósticas que amiúde enquadram e silenciam o indivíduo, fato que, em certa medida, explica o porquê de seu retraimento em empreender pesquisas sobre a psicopatia. Somado a isso, a psicopatia não coincide com nenhuma das entidades nosológicas da clínica estrutural (neurose, psicose e perversão), o que torna ainda mais difícil a sua operacionalização.

Ainda que a psicopatia não seja um conceito propriamente psicanalítico, o aporte teórico da psicanálise possui uma série de elementos que em muito podem auxiliar na sua elucidação. É importante demarcar que, ainda que sejam profusos os trabalhos em psicanálise que possuem como escopo as relações existentes entre os indivíduos e o crime, não podemos nos valer apenas deles, uma vez que, como já foi explicitado no capítulo anterior, a psicopatia não se resume ao crime. Contudo, cabe aqui uma colocação que será esmiuçada mais adiante, qual seja, a de que a psicanálise, em seus tímidos pronunciamentos a respeito da psicopatia, também a associa ao domínio da criminalidade, abordando-a a partir da teoria existente acerca da perversão. Ainda que a perversão seja uma estrutura na qual as formas de satisfação do sujeito perverso não raro se confundem com o fora da lei, não podemos limitá-la a esse ponto. É preciso compreender, portanto, em que momento na teoria psicanalítica a perversão se associa ao domínio da maldade, crueldade e também da criminalidade. Se a maioria dos trabalhos em psicanálise que contemplam a psicopatia a associa à perversão e se a perversão possui as vestes da perversidade, podemos concluir que a psicanálise, de certo modo, franqueia a ideia de que a psicopatia é necessariamente criminosa.

O mal-entendido que ronda a perversão no bojo psicanalítico se relaciona com o fato de que a perversão se imiscui em domínios amplos e díspares, reverberando na dificuldade em defini-la. Essa confusão se acentua à medida que se observa uma sobreposição entre *perversão* e *perversidade*.

A perversão, enquanto estrutura clínica estabelecida pela psicanálise, não necessariamente se associa à perversidade: “perversidade não é o mesmo que perversão, muito embora, nos casos mais graves de perversão.... podem-se detectar evidências da perversidade tanto na transferência como nas demais relações objetais” (Ferraz, 2000, p. 21). Roudinesco complementa essa ideia dizendo que:

Embora vivamos num mundo em que a ciência ocupou o lugar da autoridade divina, o corpo o da alma, e o desvio o do mal, a perversão é sempre, queiramos ou não, sinônimo de perversidade. E sejam quais forem seus aspectos, ela aponta sempre, como antigamente, mas por meio de novas metamorfoses, para uma espécie de negativo da liberdade: aniquilamento, desumanização, ódio, destruição, domínio, crueldade, gozo. (Roudinesco, 2008, p. 11).

A perversidade, portanto, se associa a uma fenomenologia, a um conjunto de manifestações vinculadas às conotações morais e valorativas. É possível pensar que a sobreposição entre psicopatia e perversão resida nessa indissociabilidade entre perversão e perversidade. Os atos psicopáticos, pelo fato de frequentemente assumirem características cruéis, bárbaras e destrutivas, são lidos como atos perversos, embora a princípio comportem apenas acentuado grau de perversidade. Desse modo, é salutar efetuar uma distinção entre esses dois termos para que a psicopatia não seja compreendida inequivocamente como perversão.

Evidentemente, a suposição de que a psicanálise iguala a perversão à perversidade não deve ser tomada como uma verdade absoluta, uma vez que nem todos os trabalhos em psicanálise abordam a perversão somente naquilo que ela, supostamente, tem de mal. Não seria impróprio dizer que a vinculação entre psicopatia e perversão na psicanálise assinala a incompreensão que prepondera no seio psicanalítico acerca dessa misteriosa estrutura clínica. Contudo, por ora, não avançaremos nesse ponto; nosso intuito, nesse momento, é localizar no arcabouço teórico psicanalítico os momentos em que alguns dos principais teóricos em psicanálise discorreram sobre a psicopatia. Já é possível antecipar que esses momentos não são muitos...

Ainda assim, recorreremos primordialmente à obra freudiana, lacaniana e winnicottiana com o objetivo de resgatar em que contexto tais teóricos falaram da psicopatia. Em seguida, buscaremos retomar alguns autores mais contemporâneos com o escopo de compreender o modo como eles vêm abordando o problema de pesquisa representado pela psicopatia.

3.1 A psicopatia em Freud

Pelo fato de a psicopatia ter sido um conceito inserido propriamente no terreno da psicopatologia a partir dos trabalhos de Kurt Schneider, por volta da década de quarenta, seria impossível para Freud tecer considerações a seu respeito, uma vez que o pai da psicanálise faleceu em 1938. No entanto, tal como foi exposto no primeiro capítulo, o termo “psicopatia”

vem sendo usado desde o século XVII, ainda que em uma acepção bastante distinta da que hoje vigora. Freud não foi diferente nesse aspecto, também se referindo à psicopatia com certo grau de equívoco.

Embora Freud possua um artigo intitulado “Personagens psicopáticos no palco” (1906), não há ali qualquer sistematização acerca da psicopatia. Nesse texto, Freud discorre sobre os momentos nos quais a psicopatologia se faz presente nos palcos, explicitando os motivos que levam os indivíduos neuróticos a se identificarem com determinados personagens. Freud cita *Hamlet* como um personagem “completo”, uma vez que nele entrevemos uma dinâmica edípica recalcada que se faz reviver nos ânimos da plateia. O autor chega a dizer que o personagem Hamlet, embora não fosse um psicopata, transforma-se em tal no decorrer da trama.

No século XIX e início do XX, a expressão “psicopata” era comumente utilizada pela literatura médica em um sentido amplo para designar doentes mentais de uma maneira geral, não havendo, ainda, uma sistematização estritamente psicopatológica. Nesse texto freudiano, portanto, Freud lança mão do termo “psicopata” em consonância com a literatura vigente, utilizando-o em um sentido dilatado (Henriques, 2009).

Muitos psicanalistas que se arriscaram a trabalhar nesse espinhoso terreno representado pela psicopatia o fizeram privilegiando as ideias extraídas fundamentalmente de um artigo freudiano, de 1916, intitulado “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico”. De acordo com Sidney Shine, psicanalista paulista que elaborou um livro no qual resgata uma série de construções teóricas a respeito da psicopatia, principalmente de autores de orientação freudiana e também de alguns pós-freudianos filiados à APA, como Otto Kernberg, Freud, nesse artigo, “inaugurou toda uma linha de pesquisa e de exploração sobre os determinantes neuróticos de um ato criminoso” (Shine, 2000/2010, p. 32).

Desse modo, é interessante notar como a psicanálise invariavelmente tenta encaixar a psicopatia em uma das três principais nosologias diagnósticas (neurose, psicose e perversão), pinçando um determinado texto da ampla obra freudiana como um norte, a depender do modo como compreende a psicopatia. Ou seja, aqueles autores que defendem que a psicopatia se situa mais voltada ao âmbito da neurose, utilizam as ideias presentes no tipo de caráter referente aos criminosos em consequência de um sentimento de culpa como uma chave de leitura fundamental, tal como o fez Karl Abraham (1935). Para aqueles que defendem a psicopatia como uma psicose (Melitta Schimideberg, 1935) ou como uma perversão (Otto Fenichel, 1945 e Otto Kernberg, 1995), observamos também amparos específicos advindos da obra freudiana, contudo, não é o nosso objetivo, por ora, resgatá-los, sendo-nos mais relevante

percorrer a obra freudiana sem interferências para lá encontrar subsídios teóricos que nos ajudem a compreender a psicopatia em termos psicanalíticos.

Retomemos então o artigo que, de certa maneira, inaugura os determinantes psíquicos presentes em um ato criminoso: “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico” (1916). No terceiro capítulo deste texto, Freud discorre sobre os “Criminosos em consequência de um sentimento de culpa”. O interesse do autor por esse tipo de caráter se deu a partir de relatos frequentes de seus pacientes a respeito de períodos, mormente na juventude, em que se dedicaram a práticas ilícitas, como furtos, fraudes e incêndios voluntários. O autor, durante muito tempo, acreditou que tais atos não mereciam grandes considerações, uma vez que seriam partes iminentes à fraqueza das inibições morais, comuns à juventude, também de acordo com o mesmo.

Contudo, o trabalho analítico foi lhe mostrando que “tais ações eram praticadas principalmente por serem proibidas e por sua execução acarretar, para seu autor, um alívio mental” (Freud, 1916/1976, p. 375). O autor disserta ali, portanto, acerca de certos tipos de crime cujo móvel é a culpabilidade. Tais delitos seriam cometidos para atenuar um sentimento de culpa que seria prévio, e não posterior a eles.

Dessa maneira, Freud diz que há crimes que são cometidos com o intuito de ligar um sentimento inconsciente de culpa a algo concreto e situável, uma vez que a atuação criminosa suscitaria uma punição que possibilitaria a expiação da culpa, sendo o ato punitivo, portanto, parte integrante do sintoma delineado pelo próprio crime. O autor complementa sua teoria dizendo que tal sentimento de culpa adviria do complexo de Édipo, erguendo-se como uma reação às intenções criminosas de matar a figura paterna e ter relações sexuais com a mãe.

Embora Freud insira em tal artigo uma ideia que foi amplamente destrinchada por outros autores, o pai da psicanálise não se delonga muito em sua exposição, sendo bastante sucinto na defesa de sua hipótese, diferentemente dos outros dois tipos de caráter por ele trabalhado (“As exceções” e “Arruinados pelo êxito”) nos quais recorre a exemplos literários, como as obras *Ricardo III* e *Macbeth* de William Shakespeare.

É possível pensar que Freud não tenha se alongado muito no tipo de caráter aqui discutido, pois ele não considerava a sua ideia verdadeiramente original. O autor chega a dizer que o “criminoso em consequência de um sentimento de culpa” já era do conhecimento de Nietzsche em sua obra *Assim falou Zaratustra* (1885). Freud alerta o leitor que o filósofo fez referência ao chamado “criminoso pálido”, bastante semelhante aos pacientes “criminosos” de Freud.

Certamente, gostaríamos que Freud tivesse se detido com mais afinco a esse tipo de caráter. Embora o autor não tenha feito uso de outros recursos para ilustrá-lo, podemos fazer aqui um exercício para tal fim. Este, ainda que não traga a marca da pena freudiana, parece-nos ser bastante frutífero para ajudar a lançar luz sobre esse tipo de caráter. Com a licença do leitor, pulemos para um caso relativamente recente no qual podemos conjecturar que a culpabilidade prévia foi o móvel de uma atuação criminosa posterior que convocava uma punição.

3.2 Um exercício ilustrativo contemporâneo: O caso O.J Simpson

Orenthal James Simpson, ou simplesmente O.J Simpson, tal como ficou conhecido pelo o grande público, foi réu de um dos mais célebres julgamentos ocorridos na história americana e, quiçá, mundial. O público brasileiro pouco conhece a respeito dessa figura controversa, muito diferentemente dos estadunidenses que o idolatravam pela sua trajetória de sucesso no futebol americano. Querido nos campos, não foi difícil para O.J Simpson galgar espaço nas telas de cinema e da televisão, atuando em inúmeros filmes de ação, aventura e comédia. Seu percurso esportivo e artístico, contudo, foi subitamente interrompido por um crime pelo qual, a despeito das inúmeras evidências que o incriminavam, foi inocentado.

O.J Simpson foi acusado de matar a sua esposa, Nicole Brown, e o seu suposto amante, Ronald Goldman, na noite de doze de junho de 1994. A partir da perícia realizada na cena do crime e considerando que O.J já havia agredido fisicamente Nicole (assim como a ameaçado de morte) o ator passa a ser o principal suspeito. A partir do momento em que O.J foi formalmente acusado, ele se esconde, deixando antes com um de seus amigos uma carta em que manifesta o anseio de suicidar-se. Contudo, O.J é localizado pela polícia de Los Angeles e empreende uma fuga automobilística amplamente televisionada, em tempo real, por diversas emissoras dos Estados Unidos. Perseguido por quilômetros, O.J finalmente decide se entregar, dando início a um processo judicial bastante comentado, tumultuado e polêmico, uma vez que suscitou discussões acerca da questão racial, ponto considerado nevrálgico pelo povo americano.

O julgamento durou trezentos e setenta dois dias. No dia três de outubro de 1995, data na qual foi dada a sentença, a audiência foi televisionada e acompanhada por vinte milhões de

telespectadores. O júri, composto por nove negros, dois caucasianos e um hispânico, considerou O.J inocente pelo crime de duplo homicídio.

Em 2006, O.J suscita polêmica novamente: O ator escreve um livro intitulado *If i did it (Se eu tivesse feito)*(2007) no qual descreve, hipoteticamente, porém, com minúcias, como teria matado Nicole e Ronald. O livro engendrou um processo civil contra O.J, obrigando-o a retirar do mercado todos os exemplares.

Em 2007, O.J volta novamente ao banco dos réus, sendo acusado por uma série de crimes como assalto a mão armada, formação de quadrilha e sequestro. Desta vez, O.J foi condenado, sendo-lhe imputada a sentença de trinta e três anos de prisão.

A história dos envolvimento criminais de O.J Simpson foi aqui retomada, pois, como já foi dito, parece-nos bastante ilustrativa da ideia desenvolvida por Freud a respeito dos "Criminosos em consequência de um sentimento de culpa" (1916). Podemos enfim conjecturar que as atuações criminosas de O.J posteriores à sua absolvição seriam tentativas de se fazer punir, de finalmente ser condenado pelos seus atos criminosos. Tal suposição é fortalecida à medida que pensamos que os crimes de sequestro e assalto são basicamente de cunho utilitário, almejando-se por meio deles um ganho financeiro. Ora, não podemos esquecer que, ainda que O.J tenha gastado grande parte de seu patrimônio em sua defesa, ele ainda possuía uma fortuna considerável, parecendo-nos curioso, portanto, o seu envolvimento com tais tipos de crime. Se o dinheiro não nos parece uma motivação plausível para alguém que desfruta de uma substancial fortuna, o que estaria em jogo?

Tais questionamentos podem ser respondidos se nos valermos da ideia de Freud, sucintamente explanada acima. O.J foi o ator de uma sucessão de crimes para poder enfim responder por uma culpa que o ultrapassava e que não necessariamente se originava do crime de duplo homicídio pelo qual foi absolvido. Dizemos que as raízes dessa culpa podem não ter sido originadas quando do assassinato, pois este já pode ter tido como móvel um profundo sentimento de culpa. Freud defende que tal sentimento teria suas bases no edipianismo, contudo, não desfrutamos de informações suficientes acerca da história de vida de O.J para chegarmos à semelhante conclusão. Apresentamos aqui algumas suposições que nos parecem bastante propícias e ilustrativas à questão representada pelos crimes de culpabilidade, porém, não podemos fazer afirmações sob o risco de nos equivocarmos. Seria antes necessário ouvirmos o que O.J tem a dizer a respeito de seus crimes, só assim seria possível verificar se eles têm como base o edipianismo. Também não teríamos subsídios para afirmar, por exemplo, que O.J se trata de um caso de psicopatia. Contudo, não deixa de ser interessante ilustrar uma ideia freudiana, de 1916, com um caso atual e que suscitou tanta polêmica.

Retomando a obra freudiana, podemos fazer o seguinte questionamento: seria o texto “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico” (1916), mais precisamente o seu terceiro capítulo, o mais rico e adequado na obra de Freud para tecermos considerações a respeito da psicopatia? A partir das considerações presentes no primeiro capítulo no qual foi feito um resgate histórico do conceito referente à psicopatia, depreendemos que a psicopatia não deve se restringir ao domínio da criminalidade, afinal, nem todo psicopata é um criminoso. Dessa forma, ainda que o referido artigo traga interessantes elaborações a respeito da causalidade psíquica de alguns criminosos e, possivelmente, da causalidade psíquica presente em alguns psicopatas, não seria profícuo nos restringirmos a ele sob o risco de incorremos no equívoco que tentamos dissipar no primeiro capítulo a respeito da tão comum naturalização entre psicopata e criminoso. Ademais, é importante salientar que a associação entre culpa, crime e psicopatia, na seara freudiana, é um tanto gratuita. A todo o momento, Freud busca demonstrar a relação existente entre culpa inconsciente e castigo moral. Desse modo, decidimos nos debruçar sobre outro trabalho no arcabouço teórico freudiano que nos fornece subsídios mais amplos para pensarmos no problema representado pela psicopatia: *O mal-estar na civilização*, de 1930.

3.3 *O mal-estar na civilização*: o pessimismo freudiano e a agressividade inerente ao ser humano

A princípio, a ideia de resgatar esse ensaio como uma chave de leitura para compreender a psicopatia pode parecer um tanto imprópria, mas, certamente, não o é. Nesse, encontramos alguns dos principais conceitos utilizados pela psicanálise quando esta se pronuncia a respeito da psicopatia. No *Mal-estar na civilização* (1930), encontramos articulações a respeito da agressividade inerente ao ser humano, da pulsão de morte, do superego e do sentimento de culpa.

Esse ensaio freudiano, escrito em 1930, ou seja, posterior à segunda tópica, complementa algumas das ideias que haviam sido iniciadas no texto que inaugura esse segundo momento teórico de Freud: O “Além do Princípio do Prazer” (1920). Antes de entrarmos propriamente nas questões relativas ao Mal-estar na civilização e suas articulações com a psicopatia, cabe aqui retomar alguns pontos nodais do texto de 1920.

“Além do Princípio do Prazer” (1920) se insere em um contexto bastante particular na obra freudiana. Tal trabalho marca uma virada no percurso teórico de Freud, introduzindo novas perspectivas no tocante a um dos conceitos mais fundamentais da psicanálise: a pulsão. O ensaio inaugura um novo dualismo pulsional, inserindo um conceito essencialmente abstrato e controverso, a Pulsão de Morte. A díade que passa a vigorar (Pulsão de Morte X Pulsão de Vida¹⁰) não invalida, contudo, a vigente anteriormente (Pulsão do ego X Pulsão do objeto¹¹).

Não há como ignorar o contexto histórico no qual essa obra foi produzida, uma vez que ele certamente contribuiu para que Freud elaborasse o conceito de Pulsão de Morte. O mundo acabava de presenciar uma das mais sangrentas guerras já perpetradas pelo homem, conflito que, pela primeira vez, estendeu-se em âmbito mundial e contou com inúmeras evoluções tecnológicas que aumentaram sobremaneira o número de mortes. As barbaridades ocorridas na Primeira Guerra Mundial tocaram o pai da psicanálise, levando-o, inegavelmente, a um relativo desencanto em relação a natureza humana.

Associado a isso, observamos também um momento penoso na biografia de Freud, uma vez que, durante a elaboração do referido artigo, ele passava por uma difícil recuperação das inúmeras cirurgias mandibulares a que se submetera. Tais eventos, portanto, indubitavelmente marcaram a tonalidade sombria do “Além do Princípio do Prazer”. Com tal trabalho, Freud não só é levado a assumir a existência de algo “demoníaco” que habita a psique humana, como também foi obrigado a revisar alguns pressupostos fundamentais de sua teoria. Como se tudo isso já não fosse árduo suficiente, Freud ainda se vê alvo de críticas severas até entre seus pares, receosos em aceitarem um conceito que, embora estritamente especulativo, muda significativamente a teoria psicanalítica.

Freud parte de uma hipótese fundamental: haveria algo no aparelho psíquico que não é regulado pelo princípio do prazer. A fim de defender tal hipótese, vemos um Freud bastante confuso, quiçá, desesperado, afinal, ele sabia que a tarefa de defender o conceito de Pulsão de Morte não seria fácil. Desse modo, observamos o autor recorrendo à Biologia e às várias vertentes que a integram, como a citologia, a fisiologia e a botânica. Contudo, os argumentos mais interessantes partem do âmbito clínico e metapsicológico. Freud recorre essencialmente a quatro manifestações que não podem ser explicadas pelo Princípio do Prazer e que necessitam de uma elaboração que o complemente. São elas: a compulsão à repetição, o masoquismo, a reação terapêutica negativa e o sentimento de culpa neurótico.

¹⁰ Este conceito será explicado nos capítulos seguintes.

¹¹ Este conceito será explicado nos capítulos seguintes.

Freud confere especial atenção à compulsão à repetição, enfoque que lhe permite enxergar a pulsão de um modo distinto. O autor percebe que a pulsão não tende a uma evolução, muito pelo contrário, ela tende a retornar a um estado anterior, uma vez que lhe seria típico a tendência a não abandonar facilmente o que já lhe foi fonte de prazer.

É a partir desses elementos que Freud introduz uma concepção nova que faz da tendência à destruição um dado irreduzível, primordial e estrutural ao funcionamento psíquico. O autor chega a dizer que a Pulsão de Morte é o que há de mais pulsional, é ela que revela e quintessência da pulsão, ou seja, a sua tendência ao regresso, ao repouso absoluto do inorgânico. A Pulsão de Vida, como contraponto, tem como meta a ligação, ou seja, o objetivo de instituir coesão e unidades cada vez maiores, afastando a tendência disruptiva da Pulsão de Morte. Contudo, Freud alega que, por mais que exista tal dualismo, nunca nos deparamos com moções pulsionais puras, mas sim misturas das duas pulsões em proporções variadas.

As elaborações presentes no “Além do Princípio do Prazer” ganham complementações interessante a partir de “O Ego e o Id”, de 1923, e, como já foi dito, no *Mal-estar na civilização* (1930). Em 1923, ele faz alguns aprimoramentos em relação à Pulsão de Morte, evidenciando como ela pode se infiltrar em cada uma das instâncias psíquicas e as repercussões de sua presença. Encontramos o eco da Pulsão de Morte especialmente nas elaborações referentes ao superego e também na melancolia.

Voltemos então ao *Mal-estar na civilização* (1930). Como já foi exposto alguns parágrafos acima, não podemos desconsiderar o contexto histórico no qual a pulsão de morte e também esse ensaio foram escritos. O mundo estava se recuperando de uma das mais sangrentas guerras já deflagradas e o palco para Segunda Guerra Mundial já estava sendo armado. Além disso, Freud, então com setenta e quatro anos, já se encontrava bastante debilitado fisicamente, sofrendo de severas dores advindas de um câncer mandibular que veio a ser a razão de seu falecimento em 1939.

Desse modo, podemos compreender o colorido pessimista que permeia todo o ensaio. Neste, vemos Freud não só desencantado com a natureza humana, como também com si próprio, chegando a dizer, com certo embaraço, que estava apenas “desperdiçando papel e tinta” (Freud, 1930/1976, p. 139), uma vez que tinha uma forte impressão de estar escrevendo algo absolutamente evidente e pertencente ao conhecimento comum. Contudo, não podemos concordar com Freud, pelo menos no que diz respeito à sua crença de estar escrevendo algo banal. Em relação ao desencanto com a natureza humana, por sua vez, não há

como dele discordar, à medida que Freud demonstra ao longo do texto que há no homem uma forte inclinação para o mal e para a agressividade...

Embora Freud faça considerações bastante relevantes acerca das origens da civilização, sobre a felicidade e sobre o sofrimento nos primeiros capítulos do ensaio em questão, ateremo-nos às construções presentes a partir da quinta seção, uma vez que é a partir dela que encontramos os elementos essenciais para a discussão aqui empreendida. O autor inicia o quinto capítulo do texto se questionando: qual fator, para além do sacrifício da satisfação sexual, seria responsável pela perturbação dos ideais civilizatórios?

Freud começa a responder essa pergunta retomando um dos mandamentos mais elementares do cristianismo: “Amarás a teu próximo como a ti mesmo”¹². O autor se questiona acerca da possibilidade de se executar tal máxima, uma vez que, para o pai da psicanálise o:

amor é algo valioso, que eu não devo jogar fora sem reflexão.... Se amo uma pessoa, ela tem que merecer meu amor de alguma maneira.... Se, no entanto, devo amá-lo (com esse amor universal) meramente porque ele também é um habitante da Terra, assim como o são um inseto, uma minhoca ou uma serpente, receio então que só uma pequena quantidade de meu amor caberá à sua parte – e não, em hipótese alguma, tanto quanto, pelo julgamento de minha razão, tenho direito de reter para mim. Qual é o sentido de um preceito enunciado com tanta solenidade, se um cumprimento não pode ser recomendado como razoável? (Freud, 1930/1956, p. 130)

O autor complementa sua ideia dizendo que esse habitante qualquer da terra, tão genérico quanto uma minhoca, não seria digno de seu amor, pelo contrário, seria um candidato mais apto a receber sua hostilidade e, até mesmo, seu ódio. Novamente, em um tom pessimista, Freud alerta que esse indivíduo estranho a ele não hesitaria em prejudicá-lo se pudesse de algum modo fazê-lo. O autor vai mais fundo e diz que não seria necessário que esse indivíduo auferisse alguma vantagem, podendo satisfazer apenas um desejo qualquer, como o prazer extraído em tripudiá-lo, escarnecê-lo, insultá-lo, caluniá-lo. Freud assinala que se um dos mandamentos mais estruturais do cristianismo fosse modificado para “Ama a teu próximo como este te ama”, ele não lhe faria qualquer objeção.

A partir da problematização de uma das mais célebres máximas cristãs, Freud passa então a defender uma das hipóteses nodais do *Mal-estar na civilização*. O autor chega a dizer, agora com uma significativa dose de cinismo, que “as criancinhas”¹³, ou seja, a civilização em geral, não gosta de aceitar:

¹² Remetemos o leitor ao Seminário 7 de Lacan no qual ele faz interessantes considerações a respeito dessa mesma máxima cristã, relacionando-a ao gozo.

¹³ Freud usa esse termo como uma alusão a um poema de Goethe.

que os homens não são tão gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando são atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posse, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lúpus*. (Freud, 1930/1976, p. 133)

Freud chega a dizer que o homem pode, em qualquer circunstância, agir como uma “besta selvagem” (p. 133). Desse modo, haveria dentro dos seres humanos uma inclinação natural para a agressão, e que é justamente essa inclinação a responsável por perturbar nossos relacionamentos e obriga a civilização a elevados dispêndios de energia: “em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração” (p. 134).

Freud alega que a civilização necessita utilizar grandes esforços para estabelecer limites para os instintos agressivos dos homens e manter suas manifestações sob controle por meio de formações psíquicas reativas. Contudo, de acordo com o autor, a despeito dos inúmeros esforços civilizatórios, pouco teria sido conquistado.

Freud assinala um ponto que nos é especialmente interessante ao dizer que a civilização cega-se a essa tendência universal e intrínseca à violência, usando de grandes doses de violência contra os criminosos, não sendo capaz também de perceber aquelas manifestações cautelosas e refinadas da agressividade humana. O autor pincela, portanto, algumas breves considerações a respeito daquilo que pode ser delineado como o “bode expiatório”. Freud diz que essa tendência agressiva é escoada por meio da hostilidade contra os intrusos, ou seja, contra aqueles que são considerados diferentes. Freud alega que “é sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras para receberem as manifestações de sua agressividade” (p. 136).

A partir de tais elementos, cabem aqui algumas ponderações a fim de relacioná-las (ou distanciá-las) com o tema representado pela psicopatia. Como é possível observar, Freud mantém posicionamentos bastante contundentes a respeito da inclinação inerente do ser humano para a “ruindade, agressividade, destrutividade e também para a crueldade” (p. 142). Tal ponto nos parece fundamental na discussão aqui empreendida, pois Freud afirma que todos aqueles adjetivos que são comumente atrelados aos indivíduos psicopatas, fazem parte, na realidade, da própria constituição humana. O autor demonstra que o ser humano é

antissocial por natureza, não sendo esse atributo, portanto, exclusivo àqueles considerados psicopatas ou portadores do Transtorno de Personalidade Antissocial.

Com a já referida tonalidade pessimista, Freud, ainda que afirme estar orbitando em torno de obviedades, na verdade toca em um ponto que desagrade grande parte das pessoas. Mais uma vez, o autor aborda uma questão que, assim como a afirmação de que o homem não é senhor de sua morada - uma vez que há um inconsciente que nele habita e o determina - não é facilmente assimilável. A inclinação ao mal ao qual Freud se refere não se encaixa nos pressupostos religiosos amplamente dominantes nos quais a bondade, a paz e a solidariedade são os ideais a serem buscados e louvados.

Há, portanto, algo de monstruoso no ser humano, não havendo, portanto, um abismo entre “eles” (os psicopatas) e “nós” (os não psicopatas). A antissociabilidade seria universal, precisando ser combatida, como afirma o autor, com grande dispêndio de energia. Desse modo, o ímpeto exibido por muitos em estabelecer uma linha de separação entre os indivíduos bons e normais, em contraposição aos psicopatas (seres maus e anormais), só revela que essa tentativa de segregação é, na verdade, extremamente frágil à medida que qualquer um de nós seria capaz, em uma dada circunstância, de agir de um modo cruel, mal e agressivo; enfim, de um modo monstruoso. Contudo, é fundamental assinalar que, ainda que sejamos capazes de fazê-lo, grande parte da civilização abdica de tais impulsos. Freud alega que a civilização abre mão dessa inclinação agressiva em função de dois elementos fundamentais: primeiramente, devido ao medo de uma autoridade externa responsável por executar uma ação punitiva e, em segundo plano, em razão de uma “autoridade interna”, ou melhor, por medo da consciência. É justamente nesse ponto que Freud insere ponderações relativas ao superego e ao sentimento de culpa que dele se deriva.

No *Mal-estar na civilização*, Freud refina, ainda que de modo discreto, importantes articulações elaboradas no *Ego e o Id* (1923). O autor, ainda que não o diga, deixa bastante evidente que o superego possui uma vertente pulsional, ou seja, ele é tocado pela pulsão de morte, não se configurando apenas como um agente censor que orienta o sujeito a agir de acordo com os preceitos morais.

No ensaio aqui discutido, Freud defende que parte da quota agressiva do homem é “introjetada, internalizada; ela é, na realidade, enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido do próprio ego.... [a agressividade] é então assumida por uma parte do ego que se coloca contra o resto do ego, como superego” (p. 146). O autor complementa a sua ideia dizendo que “o superego...., sob a forma da ‘consciência’, está pronto para por em ação contra o ego a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre

outros indivíduos, a ele estranhos” (p. 146). Nessa articulação, Freud finalmente insere a questão relativa ao sentimento de culpa, afirmando que “a tensão entre o severo superego e o ego, que ele se acha sujeito, é por nós chamada de sentimento de culpa”. (p. 146).

Não é incomum observar em trabalhos psicanalíticos que contemplam a questão referente à psicopatia o enfoque nos dois conceitos retomados acima: superego e sentimento de culpa. Amiúde, ouvimos que os psicopatas são desprovidos de culpa, sendo esta uma afirmação que circula e é repetida até mesmo por indivíduos leigos no assunto.

A ilustração da força de tal afirmativa pode ser esboçada quando observamos o sucesso de vendas do livro de Ana Beatriz Barbosa, intitulado *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado* (2008). Com aproximadamente meio milhão de cópias vendidas, Ana Beatriz disseminou pelo público brasileiro a concepção de que os psicopatas não possuem sentimento de culpa, muito embora essa concepção não seja de sua autoria. Já na capa do livro, há uma espécie de alerta ao leitor que revela o caráter de “manual de sobrevivência” da obra em questão: “como reconhecer e se proteger de pessoas frias e perversas, sem sentimento de culpa, que estão entre nós”.

Vale lembrar, a título de curiosidade, que Ana Beatriz já serviu de assessora da Rede Globo de Televisão quando a emissora buscou retratar em uma de suas telenovelas uma psicopata. Na novela “*A Favorita*” (2008), a personagem Flora, interpretada por Patrícia Pillar, foi construída a partir da sintomatologia delineada no DSM IV a respeito do Transtorno de Personalidade Antissocial. Flora seria uma psicopata perfeita, preenchendo todos os requisitos estabelecidos pelo Manual. A personagem era uma mulher obstinada, dissimulada, mentirosa e fria. A mesma cometia agressões, estelionatos, chantagens, ameaças e até mesmo assassinatos. Contudo, jamais esboçava qualquer sinal de culpa, muito pelo contrário, regozijava-se com seus atos de maldade. O autor da novela consultava Ana Beatriz para saber se era psicopatologicamente verossímil retratar Flora daquela maneira.

Essa breve retomada de aspectos leigos do transtorno em questão encontra respaldo em construções teóricas consideradas de grande relevância no seio psicanalítico. Kate Friedlander (1945), por exemplo, afirma que o psicopata possui um “superego deficitário”, o que resultaria em um código moral permeado por falhas. Mellita Schimideberg (1935), por sua vez, alega que o indivíduo antissocial não sofre de uma “hipotrofia do superego”. A autora afirma que:

apesar da falta de sentimento de culpa, estes pacientes eram todos muito infelizes e fortemente inibidos em atividades sociais e sublimatórias; suas ações associadas invariavelmente serviam também aos propósitos do superego; e seus sentimentos de culpa eram expressos através da projeção. (Schimideberg, 1935, p. 35)

Vale ressaltar que Schimideberg, filha de Melanie Klein, seguia os pressupostos teóricos de sua mãe, fazendo uma distinção bastante específica entre superego e ideal do ego. A abordagem kleiniana considera o superego como “imagos dessexualizadas e incorporadas em estágios precoces do desenvolvimento, sentidas como cruéis e evocadoras do medo” (Shine, 2008, p. 54). O ideal do ego, por seu turno, se configura por “imagens narcisicamente amadas, mais próximas aos objetos reais, ou seja, os pais” (Idem). Schimideberg alega que nunca encontrou em sua experiência clínica, primordialmente com crianças, uma ausência total de superego em indivíduos antissociais, por outro lado, verificava uma falha total ou parcial no desenvolvimento do ideal do ego.

Otto Kernberg (1984/1995), por outro lado, afirma existir no indivíduo antissocial um superego sádico que se expressaria no meio exterior através de grandes quotas de agressividade. O autor alega que é como se

o paciente se identificasse com um poder primitivo, impiedoso, totalmente imoral, que somente consegue obter satisfação da expressão de uma agressão não mitigada, sem requerer qualquer racionalização para o seu comportamento e qualquer aderência a este ou àquele valor consistente, a não ser o exercício desse poder. (Kernberg, 1984, p. 239)

Retomemos novamente as contribuições freudianas que ensejaram a sucinta retomada esboçada acima. Freud conclui, portanto, que a civilização só pôde se constituir quando o homem foi capaz de dominar esse perigoso desejo de agressão que lhe é imanente ao enfraquecê-lo, desarmá-lo, estabelecendo no seu âmago um agente para cuidar dele – o superego. Freud incorpora uma sofisticação a essa suposição alegando que o indivíduo só se submete a essa agência repressora e, por vezes, cruel, pois teme perder o amor das pessoas que o cercam. O sentimento de culpa surge, dessa maneira, quando ansiamos fazer algo que é considerado mal pelo superego, julgamento que só é possível de se ser circunscrito quando se leva em conta os outros amados. Freud conclui que o sentimento de culpa nada mais é que “o medo da perda de amor, uma ansiedade ‘social’” (Freud, 1930/1976, p. 148).

Em o *Mal-estar na civilização*, portanto, Freud coloca o superego como um dos pilares da civilização. Sem essa instância, o homem estaria à revelia de sua ruindade, sem recursos para tratá-la. O sentimento de culpa, por sua vez, é uma consequência dessa instância, agindo também como um freio diante das más intenções que poderiam comprometer o bom funcionamento civilizatório.

Dessa forma, embora Freud não fale em nenhum momento de seu ensaio a respeito de psicopatas, ele nos fornece subsídios poderosos para que possamos fazê-lo. Como já havia sido dito, o *Mal-estar na civilização* não parece ser uma escolha óbvia como chave de leitura para o tema aqui trabalhado. Contudo, nele há uma discussão que nos é fundamental, a saber, a existência de uma agressividade intrínseca ao ser humano, não sendo algo, portanto, exclusivo àqueles classificados como psicopatas. Freud é hábil em demonstrar que há algo de obscuro em todos nós, algo essencialmente antissocial e que habita o âmago de cada indivíduo.

Tais construções nos parecem preciosas, uma vez que entram em consonância com o que foi discutido no capítulo prévio. No primeiro capítulo, buscamos enfatizar o fato de que a psicopatia foi se tornando um diagnóstico psiquiátrico no qual os elementos referentes à antissociabilidade e à criminalidade assumem a tônica, havendo um desvio do modo como foi delineado inicialmente. Freud evidencia-nos algo que muitos são incapazes de suportar – o fato de que não somos tão bons quanto supomos, que somos capazes de agir de modo agressivo, mal e até mesmo criminoso em uma determinada circunstância. O autor, manuseando conceitos por ele forjados, mostra-nos que só não nos entregamos a tais inclinações hostis, pois há uma instância que nos barra a fazê-los, o superego, e que dele advém um sentimento que nos é nocivo, a culpa. Não somos tão maus como poderíamos ser, pois somos temerosos em relação às consequências que podem advir de um mau comportamento: a punição de autoridades externas e a perda do amor daqueles que nos são próximos.

Dessa maneira, podemos elucubrar que o autor poderia pensar o Transtorno de Personalidade Antissocial como uma afecção que, em certa medida, nos é estrutural. A antissociabilidade está colocada para todos, mas cada um encontra o seu modo de tratá-la, ou não. Também não seria inapropriado dizer que Freud, assim como alguns de seus seguidores que de fato se preocuparam com a questão representada pela psicopatia, também defenderia que há uma falha no funcionamento superegótico, uma vez que o sentimento de culpa nos chamados psicopatas não surge da mesma maneira que nos indivíduos “normais”. Quando pensamos na questão referente ao medo de se perder o amor daqueles por quais temos apreço, vários autores pós-freudianos já abordaram tal questão. Há uma profusão de trabalhos nos quais a influência dos pais, principalmente a privação afetiva, é vista como a gênese do comportamento antissocial. Contudo, por ora, não iremos nos alongar nessa questão, uma vez que iremos fazê-lo em breve com as contribuições de Winnicott.

Com o intuito de concluir as contribuições freudianas que nos parecem relevantes para lançar luz no problema aqui estudado, resgatamos também um trabalho pouco lido de Freud, intitulado “Por que a guerra?”, de 1932, ou seja, contemporâneo ao ensaio acima esmiuçado. Tal texto é na verdade uma troca de cartas entre Freud para Einstein com o escopo de discutir o tema da guerra, mais precisamente os motivos que levam o homem a guerrear.

São incomuns as oportunidades de nos depararmos com debates movidos não só por intelectos privilegiados, mas por mentes autoras de ideias que mudaram o rumo dos homens no mundo. As reflexões de Freud e Einstein, cada uma à sua maneira, repercutiram na concepção de homem, seja ao evidenciar, como já dissemos, que não somos senhores de nós mesmos, uma vez que há determinações inconscientes que nos atravessam, seja ao pensar que o conceito de tempo e espaço são relativos em um universo infinito e em constante expansão.

A troca de correspondências entre os dois autores revela o indício de temor por parte de Einstein dos possíveis usos de sua Teoria da Relatividade, medo que se concretizou em um dos mais nefastos episódios da história mundial, a saber, a construção da bomba atômica que foi usada em 1945 no Japão, aniquilando milhares de pessoas em Hiroshima e Nagasaki.

Einstein, inquietado e preocupado com a beligerância do homem e com as consequências de sua moção destrutiva, inicia o seu debate com Freud com a seguinte pergunta: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra?”.

Tanto Einstein quanto Freud insinuam que um modo possível de mediar as relações humanas seria a construção de uma instituição internacional de cunho legislativo e judiciário para arbitrar os eventuais conflitos entre as nações. Einstein acredita que tal instituição deveria ser gerida a partir de um princípio nodal: a busca da segurança internacional que envolveria a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada medida, à sua liberdade de ação e à sua soberania. Tais características se concretizaram, em 1946, com a construção da União das Nações Unidas, a ONU, herdeira da antiga Liga das Nações.

Embora Einstein mostre-se intrigado em relação aos interesses políticos e econômicos atrelados aos conflitos bélicos, ele exhibe uma maior inquietação no que concerne ao universo psíquico humano, questionando Freud tanto acerca das motivações que levam um homem a se recrutar, a despeito do risco constante da morte, como também se haveria como a humanidade controlar o desejo de ódio e destruição que ela encerra em si.

Freud inicia a sua resposta a Einstein de modo tímido, aproximando-se da questão levantada pelo físico pelas bordas. Freud sabia que a réplica a Einstein não seria fácil, uma vez que o cerne da questão por eles debatida era de acentuada complexidade, questão que, por sinal, vinha sendo objeto de estudo de Freud no período em questão. O pai da psicanálise

mostrava-se bastante movido pelo tema da guerra, sendo profusos os trabalhos que a contemplaram. Dentre eles encontramos os textos “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte” (1915), “O Futuro de uma Ilusão” (1927) e o já mencionado “Mal-Estar na Civilização” (1930).

Freud, em um esforço que parece visar uma cientificidade, conjuga elementos que combinam a biologia e antropologia para explicar que os homens primitivos faziam uso da violência para resolverem os seus conflitos de interesses. Nesta trilha, Freud descreve um breve traçado histórico no qual busca evidenciar como os homens saíram da condição de violência de um indivíduo só até ao estado de lei no qual há a união de uma comunidade em prol de interesses comuns. Contudo, Freud sublinha que, ainda que aparentemente a violência tenha sido superada por esse arranjo social, ela ainda persiste – aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade.

Freud, ao recorrer a algumas de suas ideias presentes no texto “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), busca retomar o ponto levantado por Einstein acerca dos interesses de poder envolvidos nas guerras. Para trazer certa luz a esse ponto, Freud apela às suas teorizações acerca do papel da liderança em um dado grupo, bem como às referentes aos vínculos libidinais presentes entre os seus membros e a identificação destes com o líder. Desse modo, Freud dirá que a violência entre os homens é suplantada pela transferência a uma unidade maior que se mantém unida por laços emocionais entre seus membros. No entanto, Freud reconhece que esse arranjo é falho, uma vez que os seres humanos não são plenamente capazes de abrir mão de sua liberdade social de utilizar a sua força para fins violentos. A partir disso, Freud dirá que estaremos sempre sujeitos a situações de desigualdade nas quais se torna inevitável a dialética do opressor/oprimido. Desse modo, Freud conclui que a solução de conflitos de interesses não é evitada sequer dentro de uma comunidade.

Quando o olhar se estende para além das comunidades, ou seja, para a relação empreendida entre diferentes nações, o que evidenciamos é o acentuamento desses conflitos, sendo inúmeras as guerras entre diferentes povos. Freud assinala, entretanto, que, enquanto algumas guerras apenas trouxeram malefícios, outras serviram para o estabelecimento da paz.

Em um dado ponto de sua resposta a Einstein, Freud demonstra compartilhar da mesma ideia do físico alemão ao dizer que as guerras só seriam evitadas se a humanidade se unisse para estabelecer uma autoridade central a qual seria conferida o direito de arbitrar sobre todos os conflitos de interesse. Tal instância, diferentemente da Liga das Nações, deveria possuir poder próprio, bem como agir de modo neutro, fim devesas difícil de ser alcançado.

Feitas as considerações de cunho mais político, Freud se propõe então a contemplar os pontos levantados por Einstein acerca do móvel que levaria os jovens a se alistarem como soldados, a despeito dos riscos envolvidos em tal atitude. Einstein suspeitava que por trás disso houvesse uma espécie de instinto de ódio e destruição que seria intrínseco à natureza humana. Freud avaliza essa suspeita e a enriquece, à medida que discorre brevemente acerca de sua teoria pulsional, mais precisamente a respeito do dualismo representado pela pulsão de vida e pulsão de morte: “De acordo com nossa hipótese as pulsões humanas são de apenas dois tipos: aquelas que tendem a preservar e a unir – que denominamos eróticas.... e aquelas que tendem a destruir e matar, as quais agrupamos como pulsão agressiva ou destrutiva.” (Freud, 1932/1976, p. 252).

Freud, com o intuito de enfatizar que não devemos estabelecer juízos éticos de bem e mal, diz que nenhuma dessas pulsões é menos essencial que a outra, e que os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambas. Desse modo, Freud alerta para o fato de que, quando os seres humanos são incitados à guerra, pode haver um leque de motivos para se deixarem levar, havendo entre eles motivos nobres e outros vis. Dentre estes últimos, há certamente o desejo da agressão e da destruição, contudo, a realização desse desejo é facilitada por uma mistura com outros motivos eróticos e idealistas. É como se a presença de certos ideais tornasse justificado o amplo exercício da destrutividade.

À medida que evidencia que a pulsão de morte pode trabalhar em benefício da vida, uma vez que o indivíduo, ao dirigir a sua moção destrutiva para fora, preserva a sua própria vida, Freud revela que há uma funcionalidade em tal pulsão, sendo inútil a tarefa de tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens. Contudo, Freud aponta que se pode tentar desviar os impulsos agressivos num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra. Tal movimento poderia encontrar êxito caso combatêssemos Tânatos com o seu antagonista, Eros. Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos entre os homens, sejam laços amorosos ou identificatórios, atua contra a guerra.

Uma vez que Freud nos mostra que há uma inclinação agressiva inerente ao homem, o mesmo se pergunta, portanto, por que haveria uma revolta tão poderosa dos indivíduos contra a guerra. Se a agressividade nos é constitutiva, por que não a aceitamos como mais uma das muitas calamidades da vida? Rechaçando eventuais atitudes fatalistas que poderiam derivar de tal assunção, Freud diz que reagimos à guerra com revolta, pois toda pessoa tem direito à sua própria vida, pois a guerra:

põe um término a vidas plenas de esperanças, porque conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra a sua vontade, a matar outros homens e porque destrói objetos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade.... Penso que a principal razão por que nos rebelamos contra a guerra é que não podemos fazer outra coisa. Somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos. E sendo assim, temos dificuldade em encontrar argumentos que justifiquem nossa atitude. (FREUD, 1932/1976, p. 257)

Na conclusão de sua réplica a Einstein, portanto, Freud exhibe um profundo rechaço às atividades beligerantes, chegando a escrever uma frase que adquiriu força própria, ou seja, se tornou uma daquelas frases célebres que frequentemente são lembradas e proferidas sem que se saiba, em alguns casos, quem as cunhou, qual seja: “tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.” (Freud, 1932/1976, p. 259).

Como podemos observar, essa troca de correspondências apenas sublinha e complementa as construções articuladas por Freud no *Mal-estar na civilização* (1930), marcando, de maneira inequívoca, a compreensão freudiana de que o ser humano é intrinsecamente inclinado à agressividade e à antissociabilidade. Para Freud, portanto, não seria equivocado dizer que somos todos, em certa medida, psicopatas, ainda que no sentido atual e alargado do termo.

3.4 Winnicott e a tendência antissocial

D. W Winnicott foi um dos maiores expoentes no campo da psicanálise infantil. Pediatra de formação, Winnicott bebeu da fonte freudiana e também da kleiniana. Melanie Klein não só lhe foi contemporânea como também sua compatriota; ademais, Winnicott e Klein exibiam especial interesse pela clínica com crianças, seara que não incitava grande entusiasmo no pai da psicanálise, uma vez que o mesmo se questionava se haveria na clínica infantil uma das molas-mestra da análise, a saber, a transferência.

Winnicott se ocupou de uma série de questões, em especial com relação ao vínculo existente entre a mãe e o bebê, aquele considerado pelo autor uma unidade indissolúvel. No entanto, Winnicott, tal como Freud, também não deixou de se tocar pelo seu contexto histórico, principalmente pelas mudanças ocorridas na sociedade durante e após a Segunda Guerra Mundial.

O pediatra tinha um grande interesse e preocupação pelas crianças que se tornaram órfãs da guerra, uma vez que seus pais morreram seja em combate, seja como vítimas do nazismo que ceifava a vida de milhões de judeus. Winnicott, em um de seus principais trabalhos, *Privação e Delinquência* (1987/2005), construção que nos é de especial importância, pois discute a “tendência antissocial”, aborda a questão das “crianças evacuadas”, ou melhor, discorre sobre as consequências psíquicas das crianças que foram obrigadas a saírem de seus lares e, muitas vezes, privadas do convívio com seus pais biológicos, encontrando outros cuidadores em instituições especializadas em acolher meninos e meninas vítimas de desapossamentos.

Os organizadores da obra em questão chegam a dizer que:

A Segunda Guerra Mundial, para Winnicott, foi um divisor de água sob muitos aspectos, mas talvez em nenhum tenha sido mais evidente do que na ampliação e florescimento de sua teoria do desenvolvimento em algo verdadeiramente original e verdadeiramente teu. (2005, p. 3)

Ou seja, os elementos que iremos resgatar na obra do psiquiatra britânico, embora tenham marcas, como já foi dito, das contribuições freudianas e kleinianas, são frutos de elaborações muito próprias ao autor, tendo o estatuto de uma teoria.

Para os organizadores de *Privação e Delinquência* no Brasil, esta obra se configura como uma ruptura em relação ao que vinha sendo pensado, no bojo psicanalítico, a respeito da delinquência e da criminalidade. Embora, inicialmente, antes da escrita da obra aqui ventilada o autor acreditasse que uma das fontes da delinquência seria a culpa inconsciente, compreensão bastante em consonância com o artigo freudiano de 1916, “Criminosos em consequência de um sentimento de culpa”, tal percepção é modificada à medida que Winnicott vai avançando em seu trabalho intelectual.

Foi a própria clínica do pediatra, principalmente aquela realizada na época da guerra, que lhe propiciou elementos que, de fato, trazem a marca da originalidade em sua elaboração teórica, ou seja, a genuinidade na construção a respeito da relação intrínseca entre privação e delinquência. No tocante a essa vinculação, não podemos esquecer-nos da relevância dos trabalhos de John Bowlby¹⁴ que, em 1940, observou um vínculo direto entre roubo e privação

¹⁴ John Bowlby (1907-1990) foi um psiquiatra britânico que trouxe grandes contribuições teóricas na área do desenvolvimento infantil. Seu trabalho referente à teoria do apego, que contou com valiosas contribuições de Mary Ainsworth, constituiu-se como a espinha dorsal de suas construções teóricas. Ainsworth foi sua aluna e testou clinicamente várias de suas teorias, dando-lhes um respaldo prático. Bowlby iniciou a sua prática em uma escola para crianças “mal-ajustadas”, fato que foi determinante no seu percurso teórico. Nessa escola, Bowlby teve a oportunidade de estudar uma série de casos nos quais crianças que apresentavam comportamento antissocial, como roubos e rompantes de agressividade, eram fruto de histórias de privação e separação precoce de suas mães. A teoria do apego, ainda que tenha sido reformulada ao longo dos anos, contando mais tardiamente com aportes da psicologia cognitiva e evolucionista, tem como elemento basal a questão referente ao

em crianças que foram separadas de suas mães nos primeiros anos de suas infâncias. (Bolwby, 1940/1990).

Antes de entrarmos propriamente nas contribuições de Winnicott a respeito das tendências antissociais, vale sublinhar, de antemão, um dos pontos considerados essenciais para o autor no tocante ao fenômeno antissocial. É possível dizer que Winnicott atribuía um valor psicológico positivo ao comportamento antissocial em crianças, uma vez que o autor o via como uma reação seja à perda da pessoa amada, seja à perda de segurança. No entanto, para o autor, para que esse fenômeno adquirisse um valor verdadeiramente positivo, seria fundamental que os cuidadores de crianças com tal sorte de manifestação provessem uma resposta adequada. Tal compreensão assenta-se no âmago da clínica winnicottiana, uma vez que o psiquiatra acreditava que o indivíduo que sofre é o que mais facilmente pode ser ajudado.

Em 1939, Winnicott escreveu um texto que teria como escopo orientar os professores no manejo com crianças agressivas. O trabalho intitulado “Agressão e suas raízes” é um dos pilares da obra sobre a qual estamos nos detendo: *Privação e delinquência*. No mesmo, o autor expõe uma linha de pensamento que em muito se aproxima à de Freud, no sentido em que aborda a agressividade como um componente intrínseco aos seres humanos.

Winnicott discorre sobre o mal-estar que a monção agressiva causa quando se faz presente, sendo, de acordo com o autor, uma tendência natural ao homem escondê-la, disfarçá-la, desviá-la e também atribuí-la a agentes externos. Além disso, Winnicott marca a dificuldade em detectar as raízes da manifestação agressiva. O autor, ao considerá-la instintiva, recorre à teoria kleiniana para defender a ideia de uma “voracidade” inerente ao homem, ou seja, a uma fusão entre o amor e o apetite que pode ser “cruel, dolorosa e perigosa” (p. 97). No entanto, Winnicott sublinha que esse perigo é contingencial, não sendo intencional ao bebê: “o objetivo do bebê é a satisfação, a paz de corpo e de espírito. A satisfação acarreta a paz, mas o bebê percebe que, para sentir-se gratificado, põe em risco o que ama.” (p. 97). O autor alerta que, normalmente, o bebê chega em uma espécie de conciliação, permitindo-se uma gratificação que não coloque sua mãe em grande perigo. Todavia, Winnicott defende que a consequência dessa conciliação é uma quota de frustração e de ódio que normalmente é dirigida para fora, para algo ou alguém que suporte ser odiado. Nesse ponto, Winnicott, ainda que sem dizê-lo, aproxima-se da ideia freudiana referente à “pulsão de destruição”, um

vínculo materno mais precoce, demonstrando como pode ser prejudicial para a criança a quebra dessa sorte de ligação. Bowlby foi capaz de delinear a forte relação existente entre crianças hospitalizadas e intitucionalizadas precocemente com o comportamento antissocial futuro.(Bowlby, 1990).

refinamento teórico da pulsão de morte na qual o indivíduo se torna capaz de exteriorizá-la, tornando-a mais acessível, manifesta e ruidosa, em contraposição ao silêncio típico à pulsão de morte. O pediatra defende que um dos maiores desafios na construção da personalidade é:

tornar o indivíduo capaz de drenar cada vez mais o instintual. Isso envolve a capacidade crescente para reconhecer a própria crueldade e avidez, que então, e só então, podem ser dominadas e convertidas em atividade sublimada. Só se soubermos que a criança quer derrubar a torre de cubos, será importante para ela vermos que sabe construí-la. (p. 102)

Como é possível observar, Winnicott recorre ao brincar como um recurso para lidar, na infância, com as forças cruéis e destrutivas que habitam cada um dos indivíduos. O psiquiatra inglês diz que, quando tais forças:

ameaçam dominar as forças de amor, o indivíduo tem de fazer alguma coisa para salvar-se, e uma das coisas que ele faz é pôr para fora o seu íntimo, dramatizar exteriormente o mundo interior, representar ele próprio o papel destrutivo e provocar o seu controle por uma autoridade externa. O controle pode ser estabelecido, desse modo, na fantasia dramatizada, sem sufocação séria dos instintos, ao passo que o controle interno necessitaria ser geralmente aplicado e resultaria num estado de coisas conhecido clinicamente como depressão. (p. 99-100).

Como já foi colocado, Winnicott sempre privilegiou a clínica infantil. Entretanto, o autor diz que as fantasias destrutivas que podem tomar o sujeito também podem ser canalizadas de um modo positivo nos adultos por intermédio do trabalho. O autor complementa dizendo que o domínio da agressividade é sempre limitado, havendo sempre um resto desse componente agressivo. Para Winnicott, “é um problema constante de crianças e adultos encontrar formas seguras de eliminar a maldade” (p. 100). De acordo com o autor, o indivíduo normal está sempre fazendo aquilo que os “anormais só podem fazer por tratamento analítico” (p. 100), ou seja, “os normais”, sem a ajuda de um analista, teriam recursos próprios para lidar com a maldade que lhe é inerente e também a todos os indivíduos, sejam eles psiquicamente sadios, ou não.

Winnicott afirma que a agressividade na vida adulta não é algo a ser curado, e sim, algo a ser notado e consentido. O autor alega que, se a quota agressiva for incontrolável, é necessário que a psicanálise recue para deixar que a lei se encarregue. Nesse ponto, como é possível observar, Winnicott destaca o valor positivo da agressividade e a sua indispensabilidade para a vida humana. O autor avalia que “toda agressão que não é negada, e pela qual pode ser aceita a responsabilidade pessoal, é aproveitável para dar força ao trabalho de reparação¹⁵ e

¹⁵ Este mecanismo foi tratado como um importante conceito para Melanie Klein. A autora o concebia como um modo do “sujeito procurar reparar os efeitos produzidos no seu objeto de amor por suas fantasias destruidoras”(Laplanche & Pontalis, 2001, p. 447). A reparação é fruto da angústia e da culpabilidade inerentes à

restituição.” (p. 101). Winnicott considera que os índices desses movimentos são os jogos, o trabalho e a arte, uma vez que para o autor é o remorso inconsciente pelo dano causado o que mobiliza o anseio de “começar a corrigir as coisas” (p. 101).

À medida que Winnicott trata a agressividade como um componente inerente e até mesmo positivo na estruturação da psique (uma vez que ela movimenta as ações de reparação), ele se questiona quais seriam as raízes da agressão. Embora inquietado com essa indagação, o autor diz que localizar as origens da agressividade não é uma tarefa fácil, em razão da complexidade do tema. Contudo, Winnicott consegue circunscrever que a agressão tem dois significados: por um lado, é uma reação direta ou indireta à frustração; por outro, é uma das muitas fontes de energia de um indivíduo. O psiquiatra, ainda que acanhado com a amplitude da questão por ele colocada, conclui que “a agressão está sempre ligada, desta maneira, ao estabelecimento de uma distinção entre o que é e o que não é o eu” (p. 104). Winnicott acredita ser fundamental que os cuidadores acompanhem, com sensibilidade, essa fase do desenvolvimento infantil, pois eles poderão propiciar à criança a possibilidade de lidar com o choque de reconhecer a existência de um mundo situado fora do seu controle. O autor concebe que:

dando-se tempo para os processos de maturação, a criança se tornará capaz de ser destrutiva e de odiar, agredir e gritar, em vez de aniquilar magicamente o mundo. Dessa maneira a agressão concreta é uma realização positiva. Em comparação com a destruição mágica, as ideias e comportamentos agressivos adquirem valor positivo e o ódio converte-se num sinal de civilização, quando se tem em mente todo o processo do desenvolvimento emocional do indivíduo, e especialmente suas primeiras fases. (Winnicott, 1987/2005, p. 109-110)

É interessante observar como Winnicott concebe a atuação agressiva como um sinal positivo, à medida que, exteriorizado, torna-se apto a engendrar consequências, como a contenção dos comportamentos hostis. Portanto, para o autor, a exteriorização da agressividade não é apenas algo inerentemente humano, como também se configura como um bom sinal, principalmente quando em crianças, já que se delinham como sintomas passíveis de serem tratados. Para Winnicott, é mais saudável uma criança com comportamentos agressivos do que uma criança quieta e contida. O psiquiatra compreende que, no primeiro caso, entretanto, é essencial que os cuidadores estejam sensíveis a esses comportamentos, propiciando à criança uma liberdade segura e consistente para o extravazamento dessas atuações agressivas.

criança nas quais ela tenta manter ou restabelecer a integridade do corpo materno. A reparação permitiria ao ego uma identificação estável com o objeto benéfico. (Laplace & Pontalis, 2001).

Winnicott, além de se preocupar com a questão da agressividade, tratando-a de modo bastante semelhante à Freud, ou seja, observando nela uma indissociabilidade ao humano, também se debruçou sobre a própria tendência antissocial. Nesse ponto, cabe aqui um breve delineamento daquilo que o autor compreende como tendência antissocial. Esta se esboçaria essencialmente por meio de duas vias de comportamento: o furto e a destruição. Na primeira via, a criança procuraria alguma coisa em algum lugar, e, não a encontrando, busca-a em outro lugar, movimento que sinalizaria a sua esperança. Na segunda via, ou seja, na destrutividade, a criança procuraria uma estabilidade ambiental. Ao desestabilizar um dado ambiente, ao tentar destruí-lo, a criança estaria buscando um espaço seguro que suporte o seu estado de excitação e tensionamento.

Novamente, a abordagem do autor acerca de tal tendência se assentou no universo infantil. Winnicott, ao observar crianças afetadas pela tendência antissocial, crianças que, a seu ver, eram aquelas em processo de se tornarem delinquentes, tentou relacionar o modo como se posicionavam com a questão do sentimento de culpa. O autor afirma que, em casos de crianças antissociais, é muito comum que se ouça afirmações no sentido de que elas não possuem “senso moral – nenhum senso clínico de culpa” (p. 124). Winnicott, de pronto, refuta essa ideia, afirmando que pôde rechaçá-la à medida que teve a oportunidade de realizar uma profunda investigação psiquiátrica e psicanalítica em casos de crianças consideradas antissociais. O autor defende que o sentimento de culpa em tais crianças é bastante visível, especialmente no “estágio anterior àquele em que os ganhos secundários passaram a dominar”. Para o psiquiatra britânico, haveria um estágio prévio aos ganhos secundários, estágio no qual se delineia um pedido de ajuda. Winnicott diz que a criança, antes de se tornar antissocial, “se sente louca porque de dentro dela vem uma compulsão para roubar, para destruir” (p. 124). Desse modo, é como se a criança fosse compelida, a contragosto, a lançar um pedido desesperado de SOS, um sinal que, quando não ouvido, deixa-lhe apenas o recurso antissocial como resposta.

O autor chega a configurar um padrão que, para ele, pode ser observado na grande maioria das crianças antissociais. O padrão seguiria os seguintes passos (Winnicott, 1966/2005, p. 124):

- (a) As coisas corriam bastante bem para a criança;
- (b) Alguma coisa perturbou essa situação;
- (c) A criança foi exigida além de sua capacidade;
- (d) A criança reorganizou-se com base em um novo modelo de defesa de ego, inferior em qualidade;
- (e) A criança começa a ter esperanças de novo e organiza atos antissociais na esperança de compelir a sociedade a retroceder com ela para a posição em que as coisas deram errado, e a reconhecer esse fato;

(f) Se isso for feito (seja por um período de complacência ou diretamente numa entrevista psiquiátrica), então a criança pode retornar ao período que antecedeu o momento de privação e redescobrir o objeto bom e o bom ambiente humano controlador que, por existir originalmente, tornou-se capaz de experimentar impulsos, inclusive destrutivos.

Desse modo, é interessante observar como no trecho acima e também em outros de sua obra, Winnicott associa o comportamento antissocial à esperança. Tal associação é bastante incomum, senão contrária ao que comumente é escrito a respeito do comportamento antissocial. Vários autores, amiúde, articulam a psicopatia ou o Transtorno de Personalidade Antissocial a um prognóstico desanimador, ou melhor, a uma concepção de afecção marcada por um acentuado grau de pessimismo (Harris & Rice, 2006).

Também no padrão esboçado acima, Winnicott sistematiza a sua grande hipótese a respeito das crianças antissociais, qual seja, a de que elas, ao agirem de um modo antissocial, estão, na verdade, compelindo a sociedade a agir sobre elas, a estabelecer uma forma de contenção que de algum modo reorganize o seu ambiente e lhes possibilite se reestruturarem sem o uso de defesas antissociais.

Talvez antecipando críticas dirigidas à associação entre comportamento antissocial e esperança, Winnicott faz questão de rechaçar “atitudes sentimentalistas”(p. 128) em relação ao delinquente. O autor argumenta que o crime produz “sentimentos de vingança pública” (p. 128) e que muitas pessoas não aceitam que possuem tal sorte de emoção. Winnicott diz que muitos indivíduos podem declarar que preferem ver um criminoso tratado do que punido, contudo, o autor vê nesse movimento um sentimentalismo que pode ser bastante desastroso. O autor não se furta em dizer que “seria perigoso adotar-se um objetivo puramente terapêutico nas decisões judiciais” (p. 129). O mesmo defende que, ainda que exista algo de essencialmente semelhante em todos os delinquentes, algo que se configurou em suas infâncias, não devemos agir de modo a vitimizá-los, acreditando que o tratamento pode ser viável e recomendável em todo e qualquer caso.

Desse modo, ainda que Winnicott articule o comportamento antissocial à esperança, ele não o faz de modo inocente, muito pelo contrário. O pediatra vê nesses comportamentos um pedido de ajuda da criança, um clamor por socorro que deve ser ouvido e atendido em um tempo hábil. Winnicott acredita que, quando uma criança se vê em um ambiente sem referências no qual pode fazer o que bem entender, ela, de fato, não se sente livre. A criança, “ao constatar que o quadro de referência de sua vida se desfez, ela deixa de se sentir livre. Torna-se angustiada e, se tem alguma esperança, trata de procurar outro quadro de referência fora do lar”(p. 130).

Para o pediatra, esse seria o ponto de semelhança em todos os delinquentes: ao não encontrarem segurança em casa passam a buscar fora do lar “as quatro paredes” (p. 130) que lhe faltaram. O autor discorre que é comum que a criança obtenha em suas relações e nas escolas o que lhe faltou em sua própria casa, ou seja, de algum modo, normalmente, ela acaba encontrando a contenção segura das quatro paredes de um lar suficientemente bom. Winnicott alega que:

A criança antissocial está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu envolvimento emocional. (Winnicott, 1946/2005, p. 130)

O psicanalista acrescenta ainda uma relação entre o indivíduo delincente e a ausência de uma figura paterna rigorosa e forte. O autor julga que “somente quando a figura paterna rigorosa e forte está em evidência, a criança pode recuperar seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se” (p. 131). Nesse ponto, o autor sublinha a questão da privação, mais especificamente a privação de amor.

Winnicott busca frisar que, nos casos em que a segurança e o amor não são providos pelos cuidadores, a criança (ou o adolescente e o adulto) irá transgredir contra a sociedade com o objetivo de restabelecer ou até mesmo criar um controle exterior. Winnicott diz que uma criança antissocial pode parecer muito saudável quando se encontra sob forte controle, no entanto, se lhe for dada a liberdade, “ela não tardará em sentir a ameaça da loucura” (p. 131). O autor acredita que o melhor para essas crianças seria colocá-las em lares que lhes provejam segurança, chegando a defender que a inserção de crianças antissociais em lares melhores estruturados seria mais benéfica que a própria psicoterapia. O pediatra acreditava que, restabelecida essa configuração de segurança, a criança finalmente seria capaz de abrir mão dos comportamentos antissociais, e, como consequência, tornar-se-ia capaz de se envolver emocionalmente, sentindo culpa e reparando seus erros eventuais.

É importante ressaltar que Winnicott, amiúde, faz referência ao comportamento antissocial, não usando, via de regra, o termo “psicopatia”. Embora seja possível perceber que há em sua obra uma grande proximidade entre esses termos, não seria equivocado dizer que o autor privilegia o uso da terminologia “tendências antissociais”, estabelecendo uma forte relação entre essas e o comportamento infantil que pede socorro.

Quando o autor menciona o indivíduo “psicopata”, ele faz alusão ao adulto com tendências antissociais permanentes e estáveis. Winnicott, nesse aspecto, possui um posicionamento consonante com o cerne de suas elaborações a respeito da privação e delinquência: ele diz

que, nos casos de indivíduos psicopatas, “a sociedade” acaba assumindo o dever de dele se encarregar, não sendo uma tarefa para os psicanalistas. O autor sustenta, portanto, que a sociedade, com os equipamentos que lhe são próprios - como a execução de leis que penalizem o comportamento criminoso dos psicopatas - possibilite a punição e a restrição de tais indivíduos.

Desse modo, novamente, há uma vinculação entre psicopata e o comportamento criminoso, caso em que há uma resignação e um pessimismo bastante evidentes, diferentemente do que se observa nas elaborações referentes ao comportamento antissocial em crianças. Ainda em relação à circunscrição do termo referente à tendência antissocial, Winnicott diz que:

a tendência antissocial não é um diagnóstico. Não se compara diretamente com outros termos diagnósticos, como neurose e psicose. A tendência antissocial pode ser encontrada num indivíduo normal ou num indivíduo neurótico ou psicótico. Por uma questão de simplicidade, irei referir-me apenas a crianças, mas a tendência antissocial pode ser encontrada em todas as idades. (Winnicott, 1956/2005, p. 138)

O autor complementa tal pensamento dizendo que, caso a criança continue com seu padrão de delinquência, irá se tornar um jovem adulto psicopata. Em relação a este, como já colocado, poucos seriam os recursos. Para o autor, só lhe resta ser remetido a tribunais, a institutos correcionais e a prisões. Winnicott acredita que, no caso de psicopatas, estabelece-se um padrão de repetição, ou melhor, um padrão de reincidência criminal sob o qual a psicanálise possuiria pouca, senão nenhuma incidência efetiva.

A guisa de conclusão, podemos dizer que Winnicott possui construções bastante originais e relevantes no tocante à criança antissocial. Parece-nos bastante interessante a articulação entre ela e a esperança, sendo-nos notável o modo como o autor concebe o comportamento antissocial como um pedido de socorro aos pais, bem com à sociedade. Também nos parece essencial o fato de que Winnicott veja na privação do amor um elemento extremamente deletério na constituição psíquica da criança, havendo uma vinculação bastante estreita entre a sua falta por parte dos cuidadores e a delinquência. Nesse ponto, parece que o amor entra como um recurso capaz de minar a agressividade que nos é inerente. Mais uma vez, observamos, portanto, um acentuado grau de proximidade entre o pensamento freudiano e winnicottiano, não só na concepção da inerência da agressividade nos sujeitos, como também no ponto relativo à ausência do amor e suas consequências. Como podemos lembrar, Freud dizia que só não somos tão agressivos ou maus como poderíamos ser, pois tememos perder o amor daqueles que amamos. Dessa maneira, Winnicott só torna mais claro e evidente como a privação do amor traz repercussões no próprio modo como o indivíduo, principalmente a

criança, lida com a lei. A falta de amor levaria ao rompimento das barreiras das normas, ruptura que aponta o anseio do delinquente em retornar a um estado de coisas no qual o amor e a estabilidade se faziam presente. Contudo, esse anseio em recuperar o amor e a segurança por meio da delinquência pode ser constantemente frustrado, fato que levaria ao delineamento de um padrão consistente e estável de comportamento antissocial, quadro que seria a própria psicopatia. Não há nunca a garantia de que por meio da delinquência o amor e a estabilidade sejam reconquistados, muito pelo contrário.

Na atualidade, dificilmente os psiquiatras infantis percebem nas tendências antissociais um pedido de socorro, muito menos a marca da esperança. Hoje em dia, a criança antissocial não só é vista, em muitas circunstâncias, como um futuro psicopata, como também um alvo fácil para a medicalização precoce. Diagnostica-se cada vez mais cedo e, como consequência disso, estigmatiza-se cada vez mais cedo. O resgate das contribuições winnicottianas aqui cotejadas nos parece valioso especialmente quando temos em mente o atual contexto psiquiátrico. Não seria arriscado dizer que a psiquiatria atual apaga a fumaça no menor sinal de incêndio, não sendo possível, portanto, perceber as causas do incidente... Se para Winnicott a criança emite um sinal de SOS com suas práticas antissociais, a psiquiatria atual, por sua vez, não permite nem mesmo que ela o faça, fazendo de tudo para silenciar, o quanto antes, qualquer manifestação que saia dos parâmetros delineados nos manuais diagnósticos.

Nesse contexto, a esperança, tão falada por Winnicott, esvai-se, deixando apenas o estigma do diagnóstico de Transtorno de Conduta. Como já foi colocado no capítulo anterior, de acordo com os parâmetros do DSM, não é possível que um indivíduo menor de dezoito anos receba o diagnóstico de Transtorno de Personalidade Antissocial. No entanto, tem sido cada vez maior o número de crianças diagnosticadas com o Transtorno de Conduta que nada mais é que um padrão persistente de condutas antissociais, agressivas e desafiadoras em crianças. De acordo com o DSM IV R, caso tal padrão se estenda até os dezoito anos, há grandes indícios de que se configure um novo diagnóstico: o Transtorno de Personalidade Antissocial. Se Winnicott, na década de quarenta, via nos “pequenos psicopatas” a marca da esperança, a psiquiatria atual enxerga, sobretudo, a marca da maldade, do desajuste, daquilo que deve ser combatido o quanto antes para que se mantenha o bom funcionamento da sociedade.

3.5 A psicopatia para Lacan: as condutas simbólicas do psicopata e o discurso do canalha

Não são muitos os trabalhos de abordagem lacaniana que falam sobre a psicopatia. Como foi possível observar, vários autores de orientação essencialmente freudiana se dedicaram ao problema representado pelo psicopata, aproximando-se deste a partir de conceitos existentes na obra de Freud.

Como já observado no início deste capítulo, podemos pensar que o receio de Lacan e também de seus seguidores em falar sobre a psicopatia talvez se relacione com a dificuldade em pensá-la em termos diagnósticos, uma vez que ela não se insere propriamente em nenhum dos diagnósticos estruturais sistematizados pelo autor (neurose, psicose e perversão). Ademais, ao se diagnosticar um indivíduo como psicopata, há uma inegável estigmatização e um engessamento do sujeito em um grupo de manifestações prescritas pelos Manuais Diagnósticos e Estatísticos da Psiquiatria atual, levando-o a um silenciamento empobrecedor que só mina a possibilidade do surgimento de manifestações singulares ao sujeito.

No entanto, podemos encontrar na obra lacaniana elementos interessantes para pensá-lo e elucidá-lo. Se estivéssemos abordando a psicopatia a partir de suas manifestações criminosas, poderíamos retomar uma série de trabalhos de Lacan para nos auxiliar. Contudo, como já foi colocado em inúmeras circunstâncias, um dos objetivos desta dissertação é problematizar a naturalização da psicopatia como uma manifestação essencialmente criminosa. Ainda que a psicopatia possa ser criminosa, ela não o é em todos os momentos, não devendo se limitar a tal concepção.

O início da trajetória clínica de Lacan, por seu turno, se deu pela vertente do crime e pela sua associação com a loucura, sendo uma temática que inquietou o psiquiatra e psicanalista francês em vários momentos de sua obra¹⁶. A sua tese de doutorado que marca a sua efetiva entrada na seara psicanalítica aborda o caso de uma paciente psiquiátrica atendida por Lacan, Marguerite Anzieu (chamada de Aimeé em sua tese) que fora internada após esfaquear uma famosa atriz de teatro da época que, de acordo com a mesma, perseguia-a e participava de um complô para assassinar o seu filho. Em tal tese, intitulada *Da psicose paranoica e suas relações com a personalidade* (Lacan, 1932/1987), Lacan aborda a questão da passagem ao ato na paranoia, trabalhando, entre tantos outros elementos, a questão da “paranoia

¹⁶ O autor também toca na questão do crime em textos como “Complexos familiares” (1938), “Agressividade em psicanálise” (1948) e também em seu *Seminário 10 – A angústia* (1962-1963) no qual discute a passagem ao ato e o *acting out*.

autopunitiva”, ou seja, a questão concernente ao alívio dos sintomas psicóticos (ou da cura pelo crime) a partir da punição legal.

O texto lacaniano intitulado “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950) é considerado uma das mais relevantes elaborações do autor a respeito do crime e a sua possível articulação com a psicanálise. Tal trabalho trata-se de uma conferência escrita em colaboração com Michel Cénac¹⁷. A conferência, articulada na ocasião da uma reunião de psicanalistas de língua francesa, insere-se na discussão, inicialmente promovida por Alexander e Staub¹⁸, acerca da presença da psicanálise no meio jurídico e criminológico.

Serge Cottet (2008) é quem demarca que tal trabalho faz parte do período “sociológico” de um Lacan pré-estruturalista, período que se situaria entre os anos de 1938 e 1953. No texto em questão, como será demonstrado, há o eco de “Os complexos familiares na formação do indivíduo” (1938/2003), bem como de uma inspiração durkheimiana. Ademais, não podemos nos esquecer de que a conferência acima foi escrita no contexto pós Segunda Guerra Mundial, período em que houve um significativo aumento da delinquência na Europa em razão de sua desestruturação econômica e social. Todos esses elementos estão no pano de fundo de uma rica discussão na qual Lacan, ainda que pontualmente, faz o uso direto do termo “psicopatia”.

De um modo geral, no referido texto, Lacan retoma o conceito freudiano de “supereu”, trabalhando no sentido de evidenciar que tal instância pode empurrar ao crime e à transgressão. Lacan trabalha a ideia de “crimes do supereu”, na qual é verificável uma releitura de Freud acerca do crime como um modo de alcançar uma punição real para a expiação de uma culpa inconsciente.

Nesse texto e também no referente a “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia” (1950), (compilado de respostas à conferência anterior que se transformou em

¹⁷ Michel Cénac (1891-1965) foi um psiquiatra e psicanalista francês que possuía um especial interesse pela criminalidade e seus possíveis vínculos com a psicanálise. Lacan e Cénac se unem na escrita da referida conferência com o principal intuito de ir contra ideias que pressupõem a existência de um instinto criminoso.

¹⁸ Franz Alexander e Hugo Staub foram um dos mais significativos e produtivos psicanalistas a se dedicarem à seara criminológica. Chegaram a forjar o termo “criminologia psicanalítica” com o intuito de sublinhar a especificidade necessária à psicanálise em seu trabalho no campo forense. A dupla acreditava ser fundamental a presença de um psicanalista nos trabalhos de perícias e também junto ao juiz na ocasião de um julgamento. Para eles, o psicanalista deveria lá estar para auxiliar o juiz em sua decisão, auxiliando-lhe no esclarecimento dos motivos que engendraram o crime. Os psicanalistas adotaram tal posição por julgarem extremamente difícil o trabalho de um juiz, uma vez que ele deveria decidir uma pena em relação a um ato que, muitas vezes, lhe é incompreensível e misterioso. Desse modo, para Alexander e Staub, o criminoso deveria ser julgado a partir de sua personalidade e dos motivos atrelados ao ato criminoso. De acordo com os mesmos, “uma justiça esclarecida pela psicanálise seria uma justiça justa” (Salum, 2009, p. 78). Ademais, é importante salientar que os psicanalistas compreendiam o criminoso com um doente, indistintamente. Em suma, eles defendiam a ideia de que todos os criminosos deveriam ser admitidos em instituições de tratamento nas quais a psicanálise fosse a base da condução do caso. (Idem)

um artigo) Lacan dá grande ênfase à psicanálise como um meio de ampliar os campos de tratamentos possíveis do criminoso, dizendo que só ela, “por saber como revirar as resistências do eu, é capaz de libertar a verdade do ato, comprometendo a ele a responsabilidade do criminoso, através de uma assunção lógica que deverá conduzi-lo à aceitação de um justo castigo”. (Lacan, 1950/1998. p. 129). O foco dos textos lacanianos a respeito da criminologia se ancora na noção de responsabilização do sujeito criminoso pelo seu ato, sendo essa a via pela qual o homem se faz reconhecer em relação aos seus semelhantes. (Lacan, 1950/1998). Só por meio da responsabilização seria possível considerar, de fato, o lado humano que habita o autor de crimes, o que leva Lacan a dizer: “se a psicanálise irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso” (Lacan, 1950/1998, p. 131).

“Introdução teórica às funções da psicanálise na criminologia” (1950) é um trabalho bastante rico no qual Lacan, a partir de uma série de referenciais teóricos, busca delinear de que modo a psicanálise pode contribuir no terreno criminológico. A tarefa de esmiuçar esse texto é deveras árdua e exigiria uma extensão elaborativa que poderia tirar o foco do objetivo deste capítulo. Caso nos alongássemos nesse texto, trabalhando todo o seu alcance, correríamos o risco de cair em uma digressão que pouco auxiliaria no levantamento bibliográfico dentro do campo psicanalítico no tocante à psicopatia. Desse modo, iremos nos concentrar nos momentos em que Lacan faz o uso dos termos “psicopata” e “psicopatia”, pretendendo, a partir desses recortes, avançar no sentido de compreender de que modo o autor os concebe.

Há dois momentos principais nos quais Lacan se refere ao problema de pesquisa aqui trabalhado. São eles:

1. Reencontramos, pois, as fórmulas límpidas que a morte de Mauss¹⁹ traz de novo à luz de nossa atenção: as estruturas da sociedade são simbólicas; o indivíduo, na medida em que é normal, serve-se delas em condutas reais; à medida que é psicopata, exprime-as por condutas simbólicas. Mas é evidente que o simbolismo assim expresso só pode ser parcelar, ou, quando muito, pode-se afirmar que ele marca o ponto de ruptura ocupado pelo indivíduo na rede das agregações sociais. A manifestação psicopática pode revelar a estrutura da falha, mas essa estrutura só pode ser tomada por um elemento na exploração do conjunto. (Lacan, 1950/1998, p. 134)

2. Se nossa experiência com os psicopatas levou-nos à articulação da natureza com a cultura, nela descobrimos essa instância obscura, cega e tirânica que parece ser a antinomia, no polo biológico do indivíduo, do ideal do Dever puro que o pensamento kantiano coloca como contraparte da ordem incorruptível do céu estrelado. Sempre pronta a emergir da desordem das categorias sociais para recriar,

¹⁹ No livro intitulado *Sociologia e Antropologia* (1926/2003), Marcel Mauss, no texto intitulado "O efeito físico no indivíduo da idéia de morte sugerida pela coletividade", explora as relações entre psicologia e sociologia. Mauss, nesse trabalho, chamava a atenção para um tipo específico de morte: aquela causada de modo abrupto simplesmente pelo fato de os indivíduos em questão acreditarem que iam morrer (Cavalcanti, 2009). Mauss dizia-nos: "A influência do social sobre o físico conta [nesse caso] com uma mediação psíquica evidente; é a própria pessoa que se destrói, e o ato é inconsciente." (Mauss, 1926/2003, p. 349)

segundo a bela expressão de Hesnard, o Universo mórbido da falta²⁰ [*faute*], essa instância só é apreensível, contudo, no estado psicopático, isto é, no indivíduo. (Lacan, 1950/1998, p. 138).

Primeiramente, antes de nos debruçarmos sobre os referidos trechos, encontramos um problema epistemológico. Não é possível saber, ao certo, sobre qual referencial teórico Lacan se ancora ao se referir à psicopatia. A princípio, não podemos afirmar que ele o faz de um modo estritamente psicopatológico, ou seja, se ele se baliza pelo que foi trabalhado por teóricos que se ocuparam com essa temática, como Kurt Schneider e Emil Kraepelin, ou se ele o faz de um modo amplo, tal como muitos, inclusive Freud, o fizeram. Não podemos esquecer que diversos autores, principalmente antes da década de quarenta, ou seja, antes dos “Tipos Psicopáticos” delineados por Schneider, usavam o termo “psicopata” em um sentido dilatado, ou melhor, como sinônimo de “doente mental”.

Como é sabido, Lacan, em inúmeras circunstâncias, se furta em dizer os referenciais teóricos que o norteiam, tornando a sua leitura, por vezes, um tanto obscura e enigmática. Além do mais, não nos valem de notas de pé de página explicativas que buscam facilitar a vida do leitor, esboçando o contexto e o referencial teórico usado pelo autor. No livro *Escritos* (1966/1998), obra que contém o texto sobre o qual estamos no ocupando neste momento, Lacan não faz qualquer referência a Kurt Schneider. Contudo, Lacan faz menção a Emil Kraepelin que, como já foi esboçado no primeiro capítulo, foi o mentor intelectual de Schneider. Lacan não só se referencia à Kraepelin, como o faz em um texto intitulado “De nossos antecedentes”, trabalho que, como o próprio título indica, traça uma retrospectiva, indicando como se deu a entrada de Lacan no terreno da psicanálise, mostrando-nos quais autores foram fundamentais para o trabalho intelectual do mesmo. Lacan chega a dizer que Kraepelin tinha um talento clínico elevado, fato que nos indica o respeito que o psicanalista possuía pelo psiquiatra alemão. Contudo, não é possível afirmar que Lacan tenha lido *A psicopatologia clínica* (1948/1968) de Kurt Schneider, trabalho que é tido por nós como fundamental para a inserção da psicopatia no terreno da psicopatologia, marcando a ruptura com o modo moralista com que ela vinha sendo tratada antes dos esforços de Schneider.

Ainda tentando delinear o contexto epistemológico no qual o texto se insere, vale destacar, como foi sucintamente demonstrado por Serge Cottet, que o trabalho sobre o qual nos debruçamos se insere em um período bastante particular na obra lacaniana, uma vez que se

²⁰ Em seu livro, *Universo mórbido da falta* (1949), Ângelo Hesnard busca trabalhar a questão da falta e o modo como essa retorna sobre os indivíduos, retorno que poderia determinar uma neurose, uma psicose ou uma perversão, a depender do modo como se dava. Para Hesnard, uma conduta mórbida se equivaleria a uma culpabilidade que anseia por uma atenuação. O autor acreditava que acolher essa culpabilidade seria o mesmo que colocar o doente num estatuto de ser humano, ou seja, não mais considerá-lo um estranho. Foi a partir dessas considerações que Lacan retirou a sua assertiva de a psicanálise humaniza o sujeito. (Salum, 2009)

observa a transição do diálogo funcionalista com Durkheim para o diálogo estruturalista com Lévi-Strauss. Mark Zafiroupolos, sociólogo e psicanalista francês, é quem nos norteia de um modo bastante claro nas sendas dessa transição.

Em um texto intitulado “Nossa arqueologia crítica da obra de Lacan: Lacan e as ciências sociais; Lacan e Lévi-Strauss” (2009), Zafiroupolos afirma que o retorno a Freud realizado por Lacan só ocorreu, de fato, a partir de 1951. O psicanalista defende a ideia de que, antes dessa data, Lacan estava muito distante da psicanálise, dedicando-se primordialmente à sociologia francesa, mais precisamente à Émile Durkheim. Para Zafiroupolos, o Lacan anterior a 1951 acreditava sobremaneira que o “declínio sócio-histórico do pai de família se ancorava na contração da família ocidental” (Zafiroupolos, 2009, p. 6). O autor defende que tal suposição se sustenta fundamentalmente no fato de Lacan acreditar no funcionalismo de Durkheim, ou seja, no fato de ele crer na lei da contração familiar. O sociólogo francês julgava que, assim que a família ocidental se deslocou da perenidade de suas formas amplas e harmoniosas para a forma conjugal, estabeleceu-se uma anomia societal, ou seja, uma profunda desordem no âmago da organização da sociedade. Durkheim explicou uma série de fenômenos balizado pela lei da contração familiar, como o suicídio e o individualismo.

Zafiroupolos marca a importância do fato de Lacan finalmente ter percebido que a lei da contração familiar era falha. O psicanalista nos mostra que Lacan, ao fazer uma mudança radical de uma “galáxia conceitual” (p. 8) funcionalista para outra estruturalista, foi, enfim, capaz de perceber a prevalência das leis do simbólico e da linguagem sobre as famílias. Zafiroupolos marca que essa nova concepção só pôde ser alcançada a partir do contato com o estruturalismo de Lévi-Strauss.

A marcação desse movimento de transição teórica subjacente ao texto que aqui comentaremos, faz-se importante para situar e orientar o leitor na discussão que será aqui empreendida. O próprio fato de Lacan inserir a psicopatia em um momento em que flertava com o funcionalismo durkheimiano já nos é um indício precioso, uma vez que, tal como já foi ponderado, muitos fenômenos anômicos, ou melhor, desarmônicos, foram explicados por Émile Durkheim como fruto da decadência familiar e do patriarcalismo. Estaria a psicopatia inserida nesse rol de fenômenos? Tal discussão será melhor elaborada em seguida.

Traçada essa questão epistemológica, não seria inapropriado dizer que Lacan trata o psicopata de um modo bastante particular. Acreditamos que ele não fala do psicopata do modo como Schneider o fez, tampouco de um modo generalista. É possível pensar que Lacan, ao se referir ao indivíduo psicopata, ele o faz a partir de algumas premissas, entre elas, a de

que o psicopata é um criminoso e de que o crime por ele perpetrado é carregado de um profundo simbolismo.

Ainda que tenhamos dito que não iremos esmiuçar o texto referente à “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, não podemos nos furtar de contextualizar os momentos nos quais Lacan faz menção ao psicopata, à psicopatia e ao ato psicopático. Nos dois momentos fundamentais em que Lacan faz uso dessas terminologias, momentos previamente expostos algumas linha acima, o autor o faz no terceiro dos cinco tópicos que compõem o trabalho em questão. O tópico é intitulado “Do crime que exprime o simbolismo do supereu como instância psicopatológica: se a psicanálise irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso”. Detemo-nos, portanto, nesse tópico, tendo como escopo elucidar de que maneira Lacan compreendia o indivíduo psicopata.

Lacan inicia esse tópico nos falando acerca do simbolismo que todo crime carrega, sendo impossível dissociá-lo, desde Freud, da culpa. Lacan chega a dizer que uma das contribuições mais valiosas que Freud nos deu foi a de nos revelar que com “a Lei e o Crime começava o homem” (p. 131). O autor diz que a gênese do Édipo nos indica que suas engrenagens são lubrificadas pelos crimes mais abomináveis na humanidade: o incesto e o parricídio. Lacan vai elaborando o seu pensamento no sentido de nos evidenciar que com o Édipo e a sua mórbida estrutura, somos levados a nos deparar com o seu herdeiro mais ilustre: o supereu.

Como bem sabemos, a ideia de que o supereu é herdeiro do complexo de Édipo não é lacaniana, e sim, freudiana. Contudo, Lacan visa sublinhar que o supereu está longe de ser apenas uma instância censora e reguladora que nos orienta a agir de um modo moral. Lacan tem o intuito de frisar aquilo que também fora forjado por Freud, ou seja, de que o supereu possui um aspecto mórbido, que ele possui raízes na pulsão de morte e que, em função disso, pode empurrar o homem às paragens do mal. É ao delinear esse aspecto pulsional do supereu que Lacan delimita a ideia de “crimes do supereu”. Lacan, ao dizer que todos nós somos obrigados a reconhecer e a assentir à existência da lei, não sendo-nos permitido desconhecê-la, afirma que o criminoso, à medida que reconhece a lei e sabe que à sua transgressão está atrelada uma punição, estaria, de fato, procurando um castigo devido.

Para Lacan, portanto, os crimes do supereu são aqueles que revelam um caráter que força a sua execução, são crimes que exprimem uma força, ou melhor, uma coação a qual o sujeito é incapaz de resistir. Os crimes do supereu são executados como que por meio de um empuxo à transgressão, como se o indivíduo fosse impelido a fazê-lo, coagido. Tal coerção, entretanto, o levaria a uma punição que de alguma maneira apaziguaria esse impulso incontrolável. Lacan complementa a sua ideia dizendo que tais condutas tornam-se perfeitamente claras à luz da

interpretação edipiana. O autor assinala, por fim, que o que marca a morbidez dos crimes do supereu é o seu caráter simbólico.

Tendo circunscrito tais aspectos, podemos enfim elucidar o que Lacan diz no primeiro momento em que faz menção ao psicopata: “as estruturas da sociedade são simbólicas; o indivíduo na medida em que é normal, serve-se dela em condutas reais; na medida em que é psicopata exprime-as por condutas simbólicas” (p. 174). A partir de tal suposição, Lacan busca demonstrar que o psicopata possuiria um “simbolismo autônomo” (Lévi-Strauss, 2003, p. 17), um avatar individual do Édipo que se exprime por meio do crime.

De acordo com Serge Cottet, a ideia existente no primeiro momento em que Lacan fala da psicopatia resume a teoria antropológica do simbolismo de Marcel Mauss. Nesse ponto, há uma grande semelhança entre o que foi pensado por Mauss e por Lacan, tal como podemos observar no excerto abaixo, presente no prefácio da famosa obra do sociólogo intitulada *Sociologia e Antropologia* (2003), escrito por Lévi-Strauss:

as condutas individuais normais não são jamais simbólicas por elas mesmas: elas são elementos a partir dos quais um sistema simbólico, que só pode ser coletivo, se constrói. São apenas as condutas anormais que, por serem dessocializadas e de certo modo abandonadas a si mesmas, realizam, no plano individual, a ilusão de um simbolismo autônomo. (Lévi-Strauss, 2003, p. 17)

O indivíduo normal, portanto, seguiria as normas simbólicas da sociedade de uma maneira que poderia ser compartilhada e compreendida por quem quer que seja, uma vez que não escamoteiam um universo singular. Condutas reais, aqui, podem ser compreendidas como condutas inteligíveis e lógicas; condutas claras e universais. O psicopata, por sua vez, agiria de um modo que não poderia ser apreensível para todos²¹, uma vez que suas ações camuflariam um universo particular e velado, um universo que seria acessível, por seu turno, por meio de interpretações psicanalíticas que abarcariam o modo singular como a trama edípica se estrutura no psicopata.

Desse modo, Lacan, ao falar do psicopata, o associa a uma singularidade ímpar, a uma plêiade de manifestações que carregam a marca indelével da particularidade. Ainda assim, podemos nos perguntar: essa singularidade não seria extensível a todo sujeito? Acreditamos que sim, contudo, é possível pensar que para Lacan há uma singularidade inequívoca no ato psicopático, mais precisamente em sua veste criminosa. O crime seria o grande revelador de um universo singular e dessocializado. Não é fortuito, portanto, que, mais adiante em tal

²¹ Nos capítulos seguintes, trataremos alguns exemplos de casos nos quais podemos pensar a existência de um simbolismo autônomo, como no caso do Sr. M e de Schaefer, trabalhados por Jean Claude Maleval, bem como nos casos de Albert Fish e Jeffrey Dahmer, ambos célebres assassinos em série.

trecho, Lacan afirma que o psicopata revela um ponto de ruptura com o socialmente compartilhado, como se dele se destacasse e fizesse revelar essa hiância, essa singularidade por meio do crime. Também não é fortuito o fato de Lacan igualar, no segundo trecho extraído, “estado psicopático” à “indivíduo”; ou seja, o primeiro é absolutamente singular, individual, ímpar, essencialmente único à medida que privatiza a universalidade do Édipo.

Podemos clarear essas ideias ao retomarmos um caso que, embora citado por Lacan no texto em questão, não é relatado no mesmo. Falamos do caso de Mme. Lefebvre publicado por Marie Bonaparte. A psicanalista francesa, também conhecida por ser sobrinha-bisneta de Napoleão Bonaparte, ou seja, representante da antiga nobreza na França, tornou-se uma figura notória na psicanálise mundial. A sua fama adveio não só de seus esforços em inserir a psicanálise no âmbito da criminologia, como também pelo seu papel de protetora de Freud na época da Segunda Guerra Mundial, chegando a arrancá-lo das garras da Gestapo, salvando a ele e à sua família. (Roudinesco, 1997/1998).

O “Caso da Mme. Lefebvre” foi publicado por Marie Bonaparte em 1931 na *Revue française de Psychanalyse* e causou um grande estardalhaço na comunidade psicanalítica francesa. O caso diz respeito a uma mulher de sessenta anos que matou a sua nora grávida de cinco meses e meio com um disparo de arma de fogo. De acordo com os relatos clínicos de Bonaparte, Mme. Lefebvre teve problemas com a sua nora desde o início do matrimônio com seu filho, fato que levou ambas a tomarem a decisão de evitarem se encontrar. Em uma das raras visitas ao filho, em 1925, Lefebvre sugere realizar um passeio com sua nora e, no meio deste, saca uma arma que havia adquirido com intuito de matá-la e o faz. No tribunal, a sogra declara que apenas cumpriu com o seu dever, que matou a sua nora como “se arranca uma erva ruim, um grão ruim, como se mata uma besta selvagem” (Tendlarz, 2008, p. 68). Lefebvre foi condenada à prisão perpétua e, no cárcere, levava uma vida religiosa e sem qualquer ressentimento pelo ato perpetrado.

Marie Bonaparte, inquietada com a aparente irracionalidade do caso, decide intervir e realizar entrevistas com a condenada, fazendo uso das recentes descobertas freudianas. A psicanalista utiliza o complexo de Édipo como o principal recurso teórico para tentar elucidar o caso. Bonaparte conclui que o assassinato da nora grávida era, na verdade, uma reatualização da própria trama edípica da assassina. À época, a psicanalista alegou que Lefebvre colocou em ato o desejo de morte dirigido contra sua mãe na ocasião em que ela estava grávida de sua irmã mais nova. Ou seja, o crime, que a princípio carregava a marca da ausência de inteligibilidade, era, de fato, a atuação dos desejos fundamentalmente

característicos ao complexo de Édipo: o ciúme do pai e o desejo de morte da mãe, no caso das meninas.

Tal caso, portanto, é extremamente ilustrativo do que Lacan pretendia dizer ao mencionar que o psicopata se exprime por meio de condutas simbólicas. O ato de Lefebvre, embora real, ou seja, embora concreto, carrega um simbolismo absolutamente autônomo, particular ao universo fantasístico da assassina. É por isso que ele, para Lacan, seria um ato psicopático. Além de psicopata, tal crime seria um perfeito exemplar de um crime superegóico, uma vez que, por seu intermédio, Lefebvre se viu “curada”. Marie Bonaparte chega a dizer que para a assassina, o ato foi libertador, não havendo nela qualquer conflito psíquico expressivo após o homicídio.

É importante sublinhar que, para Lacan, a manifestação psicopática é reveladora de uma falha entre o social e o indivíduo. O autor, retomando considerações expressas nos *Complexos familiares na formação do indivíduo* (Lacan, 1938/2003), defende que essa falha é consequência da redução do grupo familiar à sua configuração conjugal. Lacan acreditava até então que, na redução da família à sua forma reduzida (pai, mãe e filhos), haveria a acentuação de seu poder capturador sobre o indivíduo em contraposição ao declínio do poder social. (Salum, 2009). Ou seja, o declínio da família seria um importante catalisador de condutas psicopáticas, uma vez que deflagraria o poder do simbolismo individual, o incremento dos atos dessocializados e referidos a si mesmos. No entanto, não podemos esquecer que tais articulações se inserem (como bem nos demonstrou Zafiroupolous) em um contexto teórico no qual Lacan bebia da fonte durkheimiana, ou seja, do funcionalismo. Em 1953, com o texto “Função e campo da fala e da linguagem”, Lacan abandona o arcabouço teórico funcionalista para se nortear pelo estruturalismo lévistraussiano, movimento que mostra ao psicanalista que existem relações estruturais entre a linguagem e as leis sociais, levando-o a abandonar a crença na falência de um pai real como causa da desordem social.

Podemos finalizar as nossas considerações a respeito do texto “Introdução teórica às funções da psicanálise na criminologia” (1950) frisando o fato de que Lacan não tem a intenção de tratar o psicopata a partir de um viés clínico, tampouco diagnóstico. O psicopata lacaniano não é o psicopata concebido pela psiquiatria clássica, pela psicopatologia, muito menos pelos Manuais Diagnósticos e Estatísticos da psiquiatria contemporânea; ou seja, ele não é uma entidade diagnóstica. O autor, por sua vez, tem a intenção de demonstrar o curto-circuito entre o social e o individual nas manifestações psicopáticas. Há também certa relação de igualdade entre crimes do supereu e os crimes psicopáticos, uma vez que, para Lacan, ambos assinalam a individualização da trama edípica.

Por fim, podemos dizer que, embora Lacan de certo modo iguale a psicopatia à manifestação criminosa, relação de equivalência que buscamos desmistificar, ele o faz de um modo no qual a estigmatização do indivíduo psicopata passa ao largo. Em um dos mais célebres trechos presentes no texto sobre o qual nos debruçamos, Lacan diz que a psicanálise, “ao irrealizar o crime, ela não desumaniza o criminoso” (p. 137). Ao dizê-lo, Lacan busca assinalar que o psicanalista não vai levar em consideração o crime em si, mas as engrenagens psíquicas que o engendram, buscando tocar nos elementos que compõem o simbolismo individual que por ele é escamoteado. Lacan, portanto, pretende colocar em evidência a necessidade de se aproximar da manifestação criminosa (ou psicopática) de um modo cauteloso, buscando enxergar nela aquilo que há de mais particular no sujeito que a executa em sua relação com a trama social e simbólica que lhe é correspondente.

3.6 A canalhice como uma patologia cínica: o psicopata como um avatar do canalha

Ainda em relação às contribuições lacanianas para a elucidação do tema em questão, faz-se necessário retomar o que o autor disse a respeito do “canalha”. Este termo tem uma aparição muito pontual no ensino de Lacan, e o autor não faz grandes desenvolvimentos a seu respeito.

Lacan faz referência ao canalha em duas circunstâncias. A primeira delas se encontra em *O saber do psicanalista* (1971-1972/ 2001) e a segunda está presente em *Televisão* (1974/1993). A primeira referência foi resgatada em uma publicação para circulação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife, no entanto, tal trabalho já se encontra disponível e oficializado no *Seminário 19: Ou pior...*(1972/2012). Na nota liminar da edição francesa do “Saber do psicanalista”, nos é dito que o trabalho em questão foi proferido na capela do Hospital Saint-Anne e tinha o objetivo de retomar um contato mais direto com os jovens psiquiatras. A lição VII, pronunciada em primeiro de junho de 1972 é a que nos interessa especialmente, uma vez que há nela um longo excerto acerca do canalha.

O referido trecho se insere em uma discussão a respeito dos quatro discursos articulados por Lacan – o discurso do mestre, da histórica, da universidade e do psicanalista – sendo este último o que recebe maior destaque na ocasião. Embora seja uma citação longa, acreditamos ser necessário expô-la integralmente, uma vez que será importante para a compreensão das articulações que virão a seguir. Em tal elaboração, que toca na questão da psicanálise didática, o psicanalista discorre:

Eu já falei do que se passa na psicanálise, deve-se de todo mundo precisar realmente certos pontos que já abordei; portanto creio termos chegado a um ponto que me permite tratá-lo brevemente; é que é o único discurso – e rendamo-lhe homenagem – no sentido em que cataloguei quatro discursos, é o único que é tal que a canalhice leva necessariamente à imbecilidade. Se se soubesse de imediato que alguém que vem pedir a vocês uma psicanálise didática é um canalha, diriam a ele: “nada de psicanálise para você, meu caro! Você se tornaria um bobo”. Mas, não se sabe, isso é cuidadosamente dissimulado, sabe-se de todo modo, ao fim de um certo tempo, na psicanálise, a canalhice estando sempre presente, não hereditárias, não é da hereditariedade que se trata, trata-se do desejo do Outro de onde o interessado surgiu. Falo do desejo, nem sempre do desejo dos pais, pode ser dos avós, mas se o desejo do qual ele nasce é o desejo de um canalha, será um canalha infalivelmente. Eu nunca vi exceções, e é por isso mesmo que sempre fui tão terno com as pessoas que eu sabia que iam me abandonar, ao menos nos casos em que eu os psicanalisara, porque bem sabia que elas se haviam tornado inteiramente idiotas. [...] Não posso dizer que eu o tivesse feito de propósito, como lhes disse, é necessário. É necessário quando uma psicanálise é levada até o fim, o que é menor das coisas para a psicanálise didática. Se a psicanálise não é didática, então é uma questão de tato, vocês devem deixar para o cara bastante canalhice para que ele se safé daí por diante convenientemente. É propriamente terapêutico, vocês devem deixá-lo sobrenadar. Mas para a psicanálise didática, não podem fazer isso, porque Deus sabe em que daria. Suponham um psicanalista que permaneça canalha, isso assombra o pensamento de todo mundo. Fiquem tranquilos, a psicanálise, contrariamente ao que se crê, é sempre verdadeiramente didática, mesmo quando é alguém idiota que a pratica e direi até que, quanto mais, melhor. Enfim, o maior risco é ter psicanalistas idiotas. Mas é como acabo de dizer, afinal, semiconveniente, porque de todo modo, o objeto a no lugar do semblante é uma posição que pode sustentar-se. Eis aí? Pode-se ser idiota de origem também. É uma distinção bastante importante. (Lacan, 1972/2001, p. 119)

No trecho acima, Lacan chega a dizer que haveria um quinto discurso que, ainda que não tenha sido trabalhado por ele como os quatro já citados, parece-lhe bastante relevante: o discurso do canalha. A importância de tal discurso se assenta no campo da formação de um analista. O autor afirma, de modo categórico, que não devemos aceitar um canalha em análise, principalmente quando essa tem o escopo da psicanálise didática.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário explicitar brevemente o que configura uma psicanálise de cunho didático. Não foi Lacan o responsável por conceber o termo e a ideia que subjaz à referida sorte de psicanálise. Gustav Jung, autor que foi alvo de grandes críticas por parte de Lacan, foi quem primeiro articulou, em 1922, a ideia da imprescindibilidade de toda pessoa que quisesse praticar a psicanálise se submetesse primeiro a ela. A análise didática foi alvo de grandes críticas, sendo inúmeras as contestações a ela dirigidas, principalmente quando, em 1925, ela foi tornada uma exigência na formação dos psicanalistas pelo então presidente da IPA (International Psychoanalytical Association).

Lacan foi um dos maiores oponentes da psicanálise didática nos termos em que fora elaborada pelos membros da IPA. Em 1964, quando da fundação de uma escola de psicanálise dissociada da IPA, o psicanalista francês aboliu a clássica distinção entre análise pessoal (ou terapêutica) e psicanálise didática, extinguindo o regulamento imposto pela IPA que obrigava os candidatos à analistas a escolherem seus didatas em uma lista previamente estabelecida. Tal abolição tinha o intuito de estremecer um curso prescrito, tornando o psicanalisando livre

para escolher o psicanalista a partir de seus critérios. Com isso, Lacan demarcou o fato de que uma análise não precisaria ser pensada a priori como uma psicanálise didática, esta poderia se configurar ou não a partir do curso da análise (Roudinesco&Plon,1998). A partir dessa linha de pensamento, Lacan delinea a ideia do “passe”, termo que designa a passagem de um analisando para um analista, a partir do testemunho do passante dirigido à escola de psicanálise. Desse modo, ainda que Lacan tenha mantido a terminologia referente à “psicanálise didática”, ele o fez a partir de seus próprios termos, articulando-a a ideia do passe.

Retomando a questão da canalhice, Lacan diz que uma análise não seria aconselhável a um canalha, especialmente se essa tiver o cunho didático. Contudo, Lacan sublinha que, tal como foi exposto, não é possível saber se uma análise é a princípio didática, ela pode ser apenas de cunho terapêutico. Lacan afirma que uma análise didática, quando aplicada em um canalha, torná-lo-ia em um “bobão”, em um “idiota”. Lacan aconselha, por fim, que seria mais interessante para a comunidade analítica incitar a análise de cunho terapêutico em tais casos, fazendo com que o canalha escapasse, “sobrenadasse” do âmbito da psicanálise com sua quota suficiente de canalhice. O autor afirma que nada seria mais assustador que uma análise executada por um canalha. Caso este viesse a concluir a sua análise didática, iríamos nos deparar com um idiota que, embora menos inofensivo que um canalha-psicanalista, traria, igualmente, um grande desserviço à prática psicanalítica.

O outro contexto no qual Lacan se refere ao canalha encontra-se em um trabalho ímpar na obra do autor. O trecho a seguir encontra-se em *Televisão (1974/2003)*, obra que condensa elaborações que foram formatadas em um livro, muito embora a proposta inicial tenha sido a de uma transmissão televisiva do pensamento lacaniano. *Televisão* é, de fato, uma entrevista realizada com Lacan que foi veiculada pela televisão francesa em 1974. O entrevistador era ninguém menos que Jacques Alain Miller, seu genro e discípulo mor, bem como detentor dos direitos autorais da obra lacaniana e grande propagador da mesma.

Em *Televisão*, Lacan é provocado a responder indagações formuladas com o intuito de abordar um amplo leque de elementos essenciais à teoria e prática psicanalítica. Em um texto bastante denso e rico, Lacan responde às indagações propostas por Miller com acentuado grau de prolixidade, eloquência e humor, não se furtando em respondê-las, amiúde, de modo truncado e, por vezes, obscuro. *Televisão* é um texto bastante complexo, não sendo-nos uma prioridade abordá-lo em seus pormenores. Iremos fazê-lo do modo como viemos trabalhando,

ou seja, nos focando nos elementos que podem esclarecer o problema de pesquisa aqui proposto: a psicopatia.

É a partir da pergunta “que devo fazer”²² que Lacan acaba chegando, novamente, no ponto por ele abordado um ano antes e que se encontra resgatado acima. Mais uma vez o autor fala a respeito da necessidade de se recusar a psicanálise aos canalhas. Novamente, pedimos licença ao leitor para expor mais uma vez uma citação um tanto longa. Contudo, tal como anteriormente, tal movimento será necessário para as elaborações ulteriores. Lacan divaga:

A psicanálise permitir-lhe-ia esperar, seguramente clarificar o inconsciente do qual o senhor é sujeito. Mas todos sabem que aí não encorajo a ninguém, ninguém cujo desejo não esteja decidido. [...] E ainda mais, desculpe-me por falar de senhores de má companhia, penso que é preciso recusar o discurso psicanalítico aos canalhas: é certamente isso que Freud disfarçava com um pretenso critério de cultura. Os critérios de ética infelizmente não são mais seguros. Seja como for, é a partir de outros discursos que eles podem ser julgados, e se ousar articular que a análise deve ser recusada aos canalhas é porque os canalhas se tornam burros, o que é certamente uma melhora, mas sem esperança para retomar seu termo. [...] Além do mais, o discurso analítico exclui o senhor que já não esteja na transferência, por demonstrar essa relação com o sujeito suposto saber – que é uma manifestação sintomática do inconsciente. (Lacan, 1974/1993, p. 74-75)

A partir dos dois trechos nos quais Lacan faz menção ao canalha, não nos é evidente de que maneira podemos relacioná-lo ao psicopata. Para isso, faz-se necessário, antes de adentrarmos propriamente nas colocações lacanianas, determo-nos à etiologia e ao significado da palavra “canalha”.

“Canalha” vem do latim “*canalia*” que significa “bando de cães”. A partir de várias fontes, encontramos diversos significados subjacentes à referida palavra, entre elas: ralé, ínfima plebe, patife, vulgar, infame, velhaco, desleixado, travesso, exemplo de pessoa desonesta, desprezível, vil e sem moral. Em relação à origem latina da palavra, cabe aqui uma consideração que nos parece fundamental, a saber, a relação do “*canalia*” com o cinismo.

O cinismo foi uma corrente filosófica fundada por um dos discípulos de Sócrates, Antístenes. Contudo, a figura mais célebre dessa escola foi Diógenes de Sínope. A essência dessa filosofia se baseava no desapego aos bens materiais, bem como na ousadia do falar e pela ação impudorada. A ascese e a virtude seriam meios para se alcançar a felicidade. O cinismo era mais do que uma forma de pensamento, tratava-se de uma retórica performativa na qual o cínico expressava, em atos, o seu lema de “viver conforme a natureza”. (Audi, 1995/2011)

Diógenes era mestre nessa retórica performativa, tornando-se uma figura lendária ao agir de uma maneira bastante extravagante e bizarra, quebrando com os padrões de convivência

²² Nesse momento de *Televisão*, Miller repete as três perguntas consideradas fundamentais por Kant em sua filosofia: “Que posso saber? Que devo fazer? Que é-me permitido esperar?” (Lacan, 1973/1993, p. 63)

compartilhados pelos atenienses. Há várias anedotas nas quais Diógenes teria sido visto pelas ruas de Atenas andando com uma lamparina em plena luz do dia, dizendo que estava procurando por um homem honesto... Também há relatos nos quais Diógenes (que adotava uma vida de mendicância) pedia dinheiro para estátuas, alegando que o fazia, pois, com tal conduta, continuava a não ser visto e pelo fato de acostumá-lo a não receber algo de alguém, atitude que sublinhava a sua ânsia pela virtude da independência. Também há indícios de que Diógenes vivia dentro de um tonel de vinho, modo de vida que vangloriava a autossuficiência e o abandono completo de apetrechos externos considerados desnecessários.

Para Diógenes, o homem poderia aprender sobremaneira com o cão, animal admirável pelos cínicos, pois é capaz de viver em qualquer lugar, uma vez que se alimenta de qualquer coisa e é hábil em identificar imediatamente o que temer e o que amar. A temática do cão é bastante comum na escola cínica, sendo o próprio termo “cínico” advindo da palavra *kynos* que, em latim, significa “cão”.

Ricardo Goldenberg, psicanalista argentino que se estabeleceu em São Paulo, escreveu um ensaio denominado *No círculo cínico ou Caro Lacan, por que negar a psicanálise aos canalhas?*(2002). Neste, Goldenberg defende a ideia de que o discurso do cínico vem dominando as nossas relações sociais. Para o autor, a máxima “levar vantagem em tudo” substituiu a moral kantiana que regia: “Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal”. Goldenberg crê que o cinismo é um modo de ser e de estar na civilização atual, modo decorrente do desenvolvimento do capitalismo na alta modernidade. Goldenberg afirma que o cinismo:

É também uma modalidade de vínculo social caracterizado pela manipulação, sendo que, embora se acredite livre, o manipulador não está menos preso que o manipulado na trama instrumental. É finalmente... uma relação com o inconsciente tal que ele só existe para os outros, o que faz com que o interessado se imagine autônomo, livre de qualquer outra determinação que não sua boa ou má vontade. (p. 14-15)

O autor complementa que a fruição dessa manipulação do semelhante caracteriza-se como o próprio deleite do canalha. Goldenberg encara a canalhice como uma patologia do cinismo, uma vez que o cínico, como tal, não é necessariamente um canalha. Embora o cínico e o canalha possuam um parentesco, já que ambos se configuram como “saídas possíveis em frente da evidência de que o Outro do saber não é nada” (p. 37), eles se distinguem à medida que o canalha age de modo a tirar proveito da “credulidade neurótica”, da ingenuidade do indivíduo neurótico. O canalha não resistiria à tentação de manipular o outro e de se eximir se

eximir das consequências de tal manipulação. Goldenberg afirma que muitas vezes o canalha procura um psicanalista para que justifiquemos as suas condutas, para que o “freudexpliquemos” (p. 50), para desaboná-los de suas ações vis.

Goldenberg faz menção ao uso que o político Paulo Maluf fez do lema “rouba, mas faz”, vendo nesse estratégia a perfeita ilustração da canalhice. Com essa bandeira, Maluf escancara a sua desonestidade, mas desabona-se à medida que a utiliza como uma justificativa para manipular e usufruir ilegalmente do bem público. Ela supera o cinismo, pois é a verve cínica posta em ato, ato inegavelmente manipulador da crença e da boa fé daqueles que nele votaram, sendo, portanto, a quintessência da canalhice.

O canalha e o psicopata são, em suma, figuras relativamente semelhantes. Nestor Yellati, em um texto intitulado “Psicópata, antisocial, canalla” (2008), define a posição canalha a partir do momento em que um sujeito ocupa o lugar do grande Outro em relação aos pequenos outros²³. Tal definição em parte se superpõe a certas descrições do psicopata, uma vez que a ele também se atribui a capacidade de manipular o outro. O psicopata, tal como o canalha, tem a capacidade de, ao ocupar o lugar de grande Outro, mandar sobre o desejo e o gozo do pequeno outro.

No entanto, o autor faz uma diferenciação que nos parece essencial: enquanto o canalha se coloca na posição de grande Outro, o perverso se coloca na posição de objeto para gerar angústia no outro. (Yellati, 2008). No próximo capítulo, apresentaremos uma sofisticação dessa ideia. Podemos antecipar que alguns psicopatas podem encarnar a posição de grande Outro apenas como um engodo. Ele encarnaria o Outro gozador, mas, ao observamos com delicadeza a dinâmica estabelecida, observamos que ele está especularmente identificado com sua vítima/objeto, nos casos homicidas, por exemplo. Ou seja, ele atua com as suas vítimas a invasão à qual é submetido continuamente em sua posição de objeto, esta tipicamente ocupada por indivíduos psicóticos. Tratar-se-ia, portanto, de uma inversão especular da relação: embora a vítima ocupe o lugar de objeto, quem está nesse lugar é o próprio psicopata, uma vez que está identificado a ela. Tal dinâmica será melhor esclarecida no próximo capítulo quando adentrarmos na questão referente à particularidade da fantasia na psicose.

²³ Há uma diferença crucial na teoria lacaniana entre “outro” e “Outro”. O primeiro diz respeito aos outros empíricos, ou seja, àquele lugar ocupado pelo outro imaginário, pela alteridade especular. É com o outro que estabelecemos nossas interações sociais mais diretas. O “Outro”, por seu turno, se constitui com um sistema estrutural de leis que organizam previamente a maneira como o “outro” se apresenta (Safatle 2007). No Seminário 2, Lacan introduz pela primeira vez o termo grande Outro, distinguindo-o do pequeno outro: “Há dois outros por distinguir, pelo menos dois – um outro com maiúscula e um outro com minúscula, que é o eu. O Outro, é dele que se trata na função da fala”. (Lacan, 1955, p. 198).

Contudo, é importante demarcar, de antemão, a existência de três formas de gozo que aqui buscamos distinguir: o gozo perverso, o gozo canalha e o gozo do psicótico sádico, este último, muitas vezes tratado como um psicopata. No primeiro, o perverso se coloca no lugar de objeto para dividir o Outro, para lhe causar angústia. No segundo, o canalha se coloca no lugar de grande Outro para mandar e legislar sobre o desejo do Outro. Já no gozo do psicótico sádico, que será trabalhado com maior minúcia adiante, o sujeito faz as vezes de grande Outro, porém, diferentemente do canalha, ele não o é, pelo contrário, ele é o próprio objeto, estando identificado specularmente com sua vítima que, na dinâmica em questão, é lançada ao estatuto de objeto. Desse modo, observamos modos de gozo distintos, diferentes matizes em relação a ele que nos parecem preciosas em nossa pesquisa.

Jacques Allain-Miller também faz menção ao canalha. O autor, ao se referir a tal figura, toma outro exemplo que, para ele, é também paradigmático. O autor diz que “Stalin era um grande canalha”, pois nele se observava:

Nenhum escrúpulo, nenhuma decência, sem vacilação, sem falta-a-ser, o homem de aço, o perfeito canalha, o intocável, fechado em si mesmo, o esplendor do canalha, seu brilho maléfico provém de quem não possui alteridade. O canalha não aceita o Outro com maiúscula, ele é o Outro com maiúscula. Ele não tem o Outro com maiúscula, não aceita ao Outro com maiúscula que não é mais que ficção – ele não é nenhuma ficção -, nem aos pequenos outros que não valem nada. Não se trata de narcisismo, por que para Narciso faz falta a cena do espectador. Tampouco podemos chamá-lo de cínico, elevada *asceses* espiritual e higiênica. (Miller, 1995-1996/2001, p. 184)

Como é possível observar, autores de orientação lacaniana (Goldenberg, 2002, Yelatti, 2008 e Miller, 1995-1996) se debruçaram sobre o problema representado pelo canalha encarando este como uma importante figura discursiva. Seja com Maluf ou com Stalin, essa forma discursiva traz o colorido da malandragem e da manipulação do desejo do Outro. O canalha cria uma legislação própria, encarna a lei e regozija-se ao fazer uso das normas criadas por ele e que apenas lhe beneficiam.

As teorizações relativas ao canalha parecem-nos extremamente interessantes no âmbito da psicopatia. É possível pensar que o psicopata, antes de criminoso, tal como muitos o limitam, pode ser um canalha. Maluf e Stalin seriam grandes psicopatas criminosos, mas reparem que, quando falamos em psicopatia, essas figuras não são os mais óbvios exemplares a surgirem em nossas mentes, uma vez que não são considerados homicidas monstruosos. É inegável que o mal causado por Maluf foi tão severo quanto o ceifamento de vidas e, no caso de Stalin, não há dúvidas de que ele tenha sido responsável pela morte de milhões de pessoas, sendo o autor direto de muitas delas.

Curioso é que ambas as figuras citadas como canalhas estão situadas no âmbito político, fato que nos leva a seguinte indagação: estaria o senado, as assembleias legislativas, as câmaras de vereadores e etc. mais abastecidas de psicopatas que as nossas cadeias, penitenciárias e centros de internação para adolescentes e jovens adultos²⁴? Seria um político corrupto um exemplar mais ilustrativo do psicopata que um *serial killer*, por exemplo?

Iremos manter esse questionamento em aberto, uma vez que no capítulo seguinte traremos elementos novos à discussão, tornando-a um pouco mais complexa. É possível antecipar que a canalhice seria uma espécie de modelo explicativo da psicopatia, porém, não seria o único. A canalhice e sua particularidade de gozo não seriam, a nosso ver, a melhor forma de explicar o fenômeno dos assassinatos seriais nos quais há, na literatura criminológica, a perfeita ilustração da psicopatia. Será necessário, portanto, adentrarmos em uma nova trilha na qual a fantasia na psicose, com toda a sua especificidade, surge como um elemento fundamental.

Voltemos à senda lacaniana, certamente mais densa que as trilhadas pelos seus sucessores. Retomemos, então, o porquê da recusa lacaniana em aceitar um canalha em análise. Podemos pensar que essa recusa se assenta em três princípios fundamentais:

1. no fato de não torná-lo um “idiota”;
2. no fato de que ele não está aberto ao inconsciente, e, conseqüentemente, à transferência;
3. no fato de não instrumentá-lo com o saber que se adquire na análise.

Trabalhemos o primeiro motivo. Quando Lacan fala da recusa em aceitar os canalhas em análise, ele diz que tal ato deve se assentar no fato de não permitir que se idiotizem. Seria, para Lacan, melhor um canalha do que um idiota? Novamente, nos vemos em um imbróglio, pois não é possível afirmar inequivocamente de que idiota Lacan nos fala. Mais uma vez, podemos contar com o auxílio de seus comentadores. É possível pensar que o idiota falado por Lacan é o idiota Eichmanniano. É do idiota enquanto um ser banal que fala Lacan. É novamente Ricardo Goldenberg quem nos deixa a dica, dizendo que:

Lacan pensa, em todo caso, que viram burros [os canalhas] (eis o motivo aduzido para negar-se a psicanalisá-los). O adjetivo presta-se ao equívoco ao introduzir um duvidoso ar inofensivo, porque a obtusidade em que

²⁴ Algumas das conclusões articuladas nesse tópico foram propiciadas pela participação da pesquisadora no Estágio em Docência realizado com a Prof. Dra. Márcia Rosa. A disciplina ministrada pela professora na graduação do Departamento de Psicologia da UFMG intitulada “Um possível tratamento da psicopatia” (segundo semestre de 2011) foi de grande valia na articulação do presente trabalho, sendo fundamental reconhecer o mérito da professora nesse sentido.

se está pensando não é a de um príncipe León Nikolaievich²⁵, mas a de um Adolf Eichmann. (Goldenberg, 2002, p. 36)

Não há como falarmos de Adolf Eichmann sem nos reportarmos a Hanna Arendt. Esta autora, de origem judia, buscou abordar a temática do mal a partir da ética e da política, superando os resquícios religiosos que não raro contaminam essa questão. Inspirada pela noção kantiana de “mal radical”²⁶, Arendt pretendeu compreender as raízes da violência eclodida durante a Segunda Guerra Mundial, sendo os crimes nazistas o aspecto mais terrificante do horror deflagrado.

A autora elabora então a noção da “banalidade do mal”, ou seja, a ideia de que o mal não é algo absoluto e com raízes profundas, mas que ele comporta certa banalidade. Tal noção é fruto de reflexões posteriores ao Julgamento de Adolf Eichmann, um dos maiores criminosos de guerra que já existiram. Arendt, tocada pelo terror da Segunda Guerra Mundial, decide comparecer a esse julgamento, realizado em 1963 em Jerusalém.

A autora pensava que lá iria encontrar “um homem no mínimo perverso ou até mesmo um exemplar da malignidade humana” (Souki, 1998, p. 37). Contudo, ela se depara com alguém “absolutamente comum, que apenas poderia ser caracterizado como tendo um ‘vazio de pensamento’.... Eichmann não era um monstro, mas um homem com extremo grau de heteronomia, um indivíduo que era um produto típico do estado totalitário” (Idem, p. 37). Com esse breve recorte, buscamos demonstrar que havia em Eichmann uma banalidade tão profunda, uma sujeição tão cega e um “vazio de pensamento” tão enraizado que não teríamos grandes problemas em denominá-lo de “idiota”.

Talvez um canalha seja menos nocivo que um idiota como Adolf Eichmann, caso ele não acatasse ordens tão cegamente. No entanto, a partir de um ângulo distinto, um canalha seria capaz de dar ordens a um idiota, afinal, como pudemos observar, é isso que ele faz com grande maestria: manipula o outro. Não é fortuito o fato de que Miller tenha trazido o exemplo de Stalin para ilustrar o perfeito canalha. Stalin era exímio em dar ordens, insurgindo-se contra aqueles que não o acatavam, seja mandando-os para o exílio, seja executando-os friamente.

²⁵ Esta é uma referência aos personagens de León Tolstói, também conhecido como príncipe León Nikolaievich (pois tinha uma origem nobre), uma vez que eram comuns os personagens em suas obras que retratavam indivíduos parvos e idiotas, normalmente advindos de nobreza czarista.

²⁶ A doutrina kantiana do mal radical surge em 1793 na primeira parte da obra *A religião dentro dos Limites da Simples Razão*. A ideia do mal radical residia na concepção de uma natureza má do homem. Para Kant, “o mal radical é o próprio diabo que reside em nós, condenando o imperativo categórico a ser apenas uma lei puramente formal da qual o poder radical do mal tira toda a sua eficácia” (Souki, 1998, p. 18).

Em uma biografia de Josef Stálin recentemente traduzida para o português, *O Jovem Stálin* (2008), o historiador e escritor inglês, Simon Sebag Montefiore, nos mostra episódios da vida do ditador que ilustram a sua “canalhice”. Há trechos na biografia na qual o autor se refere à espécie de quotas de homicídios que deveriam ser preenchidas pelos administradores regionais russos, uma vez que Stalin acreditava que seu país deveria punir com severidade quem quer que não seguisse a sua política balizada pelos princípios socialistas. Stalin mandava executar, sem qualquer pudor, lavradores que escondiam comida, uma vez que eles tinham o dever de repassar uma porcentagem da produção de alimentos para o estado, ainda que, muitas vezes, estivessem passando fome. Também há o relato de um episódio no qual Stalin manda matar todos os familiares de sua esposa, após esta ter cometido suicídio. Acredita-se que Nadezhda Alliluyeva tenha tirado a sua própria vida por não mais aguentar os abusos e violências a ela dirigidas pelo marido. Stalin mata a família de Nadezhda, pois não queria que a população russa ficasse sabendo que sua esposa se suicidou. O ditador, para mascarar o suicídio de sua esposa, emitiu uma mensagem oficial de que ela teria morrido de uma grave doença.

Dessa forma, a pergunta colocada algumas linha acima ainda permanece sem resposta. Um idiota pode ser tão nocivo quanto um canalha, a depender de seu compromisso com a idiotice - no caso de Eichmann, o seu compromisso com a doutrina nazista. Um canalha pode ser tão nocivo quanto um idiota, a depender de seu compromisso com a canalhice, no caso de Stalin, o seu compromisso com a *sua* leitura do socialismo. Podemos dizer que poucos idiotas foram tão idiotas quanto Eichmann, assim com poucos canalhas o foram como Stalin. Estamos falando aqui de exemplos extremos, talvez um canalha medíocre seja mais nocivo que um idiota medíocre.

Digressões à parte, é importante destacar que Lacan nos dá balizas clínicas, mais precisamente norteamentos em relação à direção do tratamento (ou a recusa em fazê-lo). O psicanalista não deve receber um canalha em análise sob o risco de idiotizá-lo, e, quando é idiotizado, não se quer ver um idiota ocupando a posição de analista, tampouco carregando a bandeira da causa analítica.

O segundo motivo reside, como já falamos, no fato de que o canalha não está aberto ao inconsciente, e, conseqüentemente, à transferência. Lacan explicita esta suposição no trecho já resgatado acima, qual seja: “o discurso analítico exclui o senhor que já não esteja na transferência, por demonstrar essa relação com o sujeito suposto saber – que é uma manifestação sintomática do inconsciente” (Lacan, 1974/1993, p. 75). O senhor, no caso, se

trata do canalha, uma vez que é sobre ele que Lacan, naquele momento, discorre em *Televisão*.

Como Goldenberg nos diz, tanto o cínico quanto o canalha expressam a inexistência do Outro e, a partir disso, são incapazes de supor saber ao psicanalista. O sujeito suposto saber tem um papel fundamental na teoria lacaniana, sendo considerado por Lacan o “pivô”, ou seja, o eixo a partir do qual se articula a transferência e, como consequência, todo o processo analítico: “desde que haja em algum lugar o sujeito suposto saber – S.s.S- há transferência” (Lacan, 1964/1985, p. 222).

Lacan nos evidencia que o saber que o analisando supõe ao analista é o saber sobre o seu sofrimento, o saber sobre o seu inconsciente, o saber sobre o seu gozo e sobre o seu desejo. À medida que o canalha encarna o próprio saber, ele se desabona de seu inconsciente, achando-se “esperto” ou “malandro” demais para ser enganado pelos tropeços, pelos atos falhos, pelos lapsos, pelos aturdimentos, pelos sonhos; ou seja, pelas peças que o inconsciente nos prega. Como diz Goldenberg, o canalha só recorre ao analista para que seja “freudexplicado”, ou seja, para que o analista o exima de suas canalhices, movimento que deve ser rejeitado peremptoriamente pelo psicanalista.

Contudo, há também um outro motivo para que o canalha procure a análise, e esse motivo se articula ao terceiro princípio para que ele seja recusado no contexto analítico. O motivo se associa ao fato de o psicanalista não dever instrumentá-lo com o saber que se adquire na análise. Imaginemos um canalha na posição de analista: ele seria hábil em fazer uso do suposto saber a que a ele é dirigido e poderia agir com toda a má fé que lhe é particular, eximindo-se e autorizando-se a atuar de acordo com seus princípios, e não a partir dos princípios éticos necessários à prática do analista.

Como exemplo, podemos retomar o caso que repercutiu enormemente na comunidade psicanalítica brasileira na década de setenta, momento em que o Brasil passava pela Ditadura Militar. No livro *Não conte a ninguém* (1994), Helena Besserman discorre com detalhes o episódio no qual um médico e analista didata, Amílcar Lobo, teria participado de torturas e mortes realizadas pelo regime militar, sendo encoberto pelo seu psicanalista, Leão Cabertine. Tal fato, embora tenha sido denunciado pela própria Helena Besserman à IPA, não foi alvo de apurações, sendo negligenciado de modo extraordinário pela Instituição (Mezan, 1998). Tal episódio gerou toda uma discussão acerca da ética do psicanalista, havendo um temor na época de que analisandos refratários ao regime militar pudessem ser denunciados pelos seus analistas. Amílcar Lobo e Leão Cabertine, portanto, podem se configurar como bons

exemplos do mal que um canalha pode causar ao ocupar a posição de analista, engendrando, portanto, uma discussão de cunho ético.

A partir de agora, iremos passar para o que delineamos como um modelo explicativo distinto da psicopatia, modelo que, tal como foi esboçado algumas linhas acima, seria capaz de explicar melhor os casos considerados paradigmáticos da psicopatia, ou seja, o caso de assassinos sádicos e também de alguns assassinos seriais. No capítulo que se segue, tentaremos oferecer uma explicação ao que foi reiteradamente dito ao longo desta dissertação, ou seja, buscaremos demonstrar como muitos indivíduos considerados psicopatas são, de fato, psicóticos. Iremos não só exemplificar esse fato, como também forneceremos os subsídios teóricos usados para que possamos fazer essa afirmação.

4 O USO DE DEFESAS SADOMASOQUISTAS NA PSICOSE E A DINÂMICA DO GOZO NA FANTASIA PSICÓTICA COMO UM MODO DE SE COMPREENDER A PSICOPATIA

Realizado o levantamento bibliográfico que delineamos como o mais relevante acerca da psicopatia na psicanálise, buscaremos, a partir de agora, nos debruçar sobre outra perspectiva que em muito pode nos auxiliar na elucidação do problema representado pela psicopatia. Como foi possível observar, cada um dos autores resgatados traz uma contribuição própria, sendo-nos valioso observar de que modo cada um concebe esse fenômeno que tanto nos intriga.

No entanto, ao longo do levantamento efetuado no capítulo prévio, não tocamos em elementos que nos parecem inovadores e diferenciados no tocante aos estudos a respeito da psicopatia, a saber, a sua compreensão a partir de defesas perversas na psicose e sobre o modo como se configura a fantasia na psicose, ideia trabalhada pelo psicanalista francês, Jean Claude Maleval. É importante destacar que este não diz que as psicopatias são manifestações de defesas ou suplências perversas na psicose, tal articulação foi pensada por nós e surge como um dos pontos mais relevantes de nossa pesquisa. Maleval trabalha no sentido de defender a hipótese do uso de defesas perversas na psicose ao analisar casos como o do Sr. M e de Albert Fish, como veremos. Entretanto, ao focarmos na psicopatia e nos casos assim nomeados, a discussão lateral na qual Maleval envereda adquire grande relevância e se torna uma chave de leitura que pode reorientar a prática criminológica. Tal trilha compreensiva permite elaborarmos a hipótese de que, mais do que associada à perversão, à maldade ou à monstrosidade, de fato, e, recorrentemente, a psicopatia pode ocultar um quadro de psicose, estabilizado sob um gozo perverso. Essa é uma hipótese que nos parece salutar, pois desloca social e culturalmente a imagem do “monstro” que gravita em torno das associações leigas e técnicas da psicopatia, permitindo que o sujeito, que subjaz sob o “monstro”, possa aparecer. Há, pois, a dimensão clínica, mas também a epistêmica, a política e a técnica em jogo nessa discussão que, historicamente, se construiu sob bases ideológicas e discursivas que comprometeram e restringiram seu curso.

A fim de nos debruçarmos sobre a psicopatia, balizados pelas contribuições teóricas de Maleval, será necessário, primeiramente, nos determos em alguns pontos para que possamos alcançar uma compreensão mais ampla acerca da ideia do autor. Far-se-á necessário clarear os conceitos de defesa e fantasia, bem como compreender de que modo eles podem se vincular à

perversão. Desde já, é importante dizer que Maleval faz uma distinção pouco clara entre suplência e defesa, parecendo-nos que a questão da defesa é, de fato, mais relevante no texto em questão. Além disso, far-se-á necessário tocarmos na questão relativa à fantasia na psicose, uma vez que tal elemento, tal como será exposto, constitui-se como um importante componente na discussão a ser empreendida.

Ainda em relação aos delineamentos teóricos que serão necessários na presente discussão, podemos encaixar uma breve referencia à perversão enquanto estrutura clínica. De antemão, já advertimos o leitor que não iremos fazer um levantamento bibliográfico relativo à perversão, uma vez que tal empreitada nos tomaria um tempo do qual não dispomos na atual discussão. Apenas buscaremos esboçar os principais mecanismos referentes a tal estrutura com o intuito de instrumentar o leitor com os elementos considerados essenciais para compreensão da perversão. Pelo fato de não nos ser possível nos delongarmos na discussão a respeito da referida estrutura clínica, aconselhamos o leitor a se remeter às referências bibliográficas utilizadas (essencialmente freudianas) para que seja possível alcançar uma maior compreensão relativa ao tema. Façamos, portanto, esse breve situamento teórico. Logo em seguida, iniciaremos a discussão elaborada por Jean Claude Maleval.

4.1 A perversão: um breve delineamento em Freud

É possível dizer que o tema relativo à perversão foi passando por sucessivas e importantes alterações ao longo da obra freudiana. É Janine Chasseguet-Smirgel (1984/1991) quem nos mostra que há três momentos significativos da teorização da perversão por Freud.

O primeiro deles diz respeito à ideia de que “a neurose é o negativo da perversão” (Freud, 1905, p. 80), articulação proposta nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Ao formular tal axioma, Freud pretende dizer que a neurose e a perversão não estariam tão apartadas em relação ao universo fantasmático como se supunha. Freud revela que as fantasias de cunho perverso, ou seja, com um colorido sádico e/ou masoquista estão presentes em neuróticos e perversos com um único diferencial: nos neuróticos elas seriam recalçadas, enquanto nos perversos seriam atuadas. Ainda em relação aos *Três Ensaios*, é importante salientar que Freud busca defender que a perversão resultaria de uma fixação infantil em um estágio pré-genital da organização libidinal, ou seja, ela decorreria de uma impossibilidade da

corrente genital da sexualidade se impor sobre as demais. Tal compreensão se modifica no segundo momento crucial em relação à perversão na obra freudiana.

Esse segundo contexto diz respeito à formulação do complexo de Édipo e ao fato de Freud colocá-lo como gênese não só das neuroses, mas também da perversão, ideia que pode ser encontrada no artigo “Batem numa criança” (1919). Este foi à sua época um texto inovador, e, ainda nos dias de hoje, pode ser visto como um trabalho controverso. Para a sua elaboração, Freud fez um amplo trabalho de articulação entre teoria e clínica. É possível dizer que o pai da psicanálise, já inculcado com o problema representado pelo masoquismo, refina a sua escuta e passa a perceber em certos relatos de fantasia de seus pacientes elementos que poderiam lhe auxiliar a desvendar o complexo arranjo perverso. Ainda que o autor admita que tenha se focado no relato de fantasia de apenas seis pacientes (cifra de baixíssima relevância em termos estatísticos), ele argumenta que contou com inúmeros outros casos clínicos que o auxiliaram na elaboração desse trabalho.

Freud parte de uma observação clínica aparentemente simples, a saber, a existência corrente de uma fantasia de que “batem numa criança” em relatos de pacientes que buscam tratamento para uma histeria ou uma neurose obsessiva. A partir de tal observação, Freud irá desenvolver toda uma gramática da fantasia, distinguindo os diferentes sujeitos e objetos que a integram, bem como as modificações a que estão sujeitas, tanto em relação ao gênero do sujeito e o objeto, como também no que concerne aos tempos verbais (voz ativa, passiva e reflexiva). Freud defende, dessa maneira, a existência de três tempos no que tange à fantasia de surra (em relação às mudanças nas fantasias de surra, Freud limita suas descrições às mulheres):

1. “meu pai bate na criança/ meu pai bate na criança que eu odeio.” A criança que apanha nunca é quem fantasia. Não há uma definição inequívoca quanto à natureza da fantasia, ou seja, se é de caráter sádico ou masoquista;
2. “sou castigada por meu pai”. Possui caráter indubitavelmente masoquista, constituindo-se como a fantasia mais importante e mais preta de consequências. Não chegaria jamais a ser lembrada, sendo uma construção possibilitada apenas pelo trabalho analítico;
3. neste terceiro tempo não haveria uma axioma. A pessoa que bate nunca é o pai e a pessoa que fantasia não aparece. Geralmente são várias as crianças que apanham, e o sexo predominante é o masculino. A característica essencial dessa fantasia é uma forte e inequívoca excitação sexual que serve ao fim masturbatório.

Quanto ao teor e ao significado dos diferentes tempos, Freud os elabora da seguinte forma:

1. “meu pai não ama esse outro, ama somente a mim”. Neste caso a fantasia satisfaz o ciúme da criança e possui íntima relação com a sua vida amorosa. Já se observaria o domínio da genitalidade e, como causalidade, o Complexo de Édipo;
2. “não, ele não me ama, pois bate em você” torna-se expressão direta da consciência de culpa ligada aos desejos incestuosos. Aqui esses desejos são reprimidos e confiados ao inconsciente. A fantasia tornou-se masoquista em função da consciência de culpa;
3. embora pareça ter se tornado sádica, sua satisfação é de cunho masoquista, pois todas as crianças indefinidas são substitutos dela mesma.

Toda essa gramática da fantasia adquire diferentes desdobramentos, no entanto, ela permite a Freud importantes conclusões no tocante aos mecanismos repressivos, ao Complexo de Édipo e à gênese do masoquismo.

O terceiro modelo compreensivo da perversão é-nos de especial interesse, uma vez que se relaciona ao conceito referente à *Verleugnung* (recusa) que será discutido mais adiante. Contudo, o ponto mais importante em relação a esse modelo compreensivo é o fetichismo. Este também é o título de um artigo de 1927 no qual Freud elabora a ideia de que o fetichismo é um substituto para o pênis da mãe. A existência do pênis materno se articula como uma ideia na qual a criança acredita até o momento em que se depara com a realidade da castração da mãe. Dessa maneira, diante de uma percepção terrificante, do vislumbre de uma realidade que põe sua onipotência em risco, a criança pode se valer de um mecanismo que busca se contrapor ao choque por ela sentido, qual seja, o mecanismo da *recusa* (*Verleugnung*). Desse modo, a percepção real se mantém, enquanto a afirmação inconsciente de que o pênis materno continua a existir faz com que a sua representação se desloque para outro objeto – o fetiche. Este significa “o triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela” (Freud, 1927/1976, p. 181). O fetiche acaba adquirindo, portanto, um papel nodal no gozo perverso.

Embora a ideia relativa à recusa como o mecanismo de defesa privilegiado na perversão tenha sido de grande valia na metapsicologia, ela impôs um questionamento que não poderia ser desconsiderado: como é possível reconhecer e negar, simultaneamente, a castração? A resposta para tal indagação é construída no artigo inacabado de Freud, “A divisão do ego no processo de defesa” (1938/1940). Neste, Freud revela que a contradição acima pode se manter

quando ocorre uma *divisão do ego* (*splitting*), fazendo com que este funcione em dois registros diferentes e antagônicos, sem que um anule ou influencie o outro:

[o ego] responde ao conflito por duas reações contrárias, ambas válidas e eficazes. Por um lado, com o auxílio de certos mecanismos, rejeita a realidade e recusa-se a aceitar qualquer proibição; pelo outro, no mesmo alento, reconhece o perigo da realidade, assume o medo desse perigo como um sintoma patológico e subsequentemente tenta desfazer-se do medo.... Ambas as partes na disputa obtêm sua cota: permite-se que a pulsão conserve sua satisfação e mostra-se um respeito apropriado pela realidade. Mas tudo tem de ser pago de uma maneira ou de outra, e esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa. (Freud, 1927/1976, p. 309)

Assim, seria possível manter uma atitude que se ajusta à pulsão e outra que se ajusta à realidade. Desse modo, é imprescindível que o leitor compreenda que a recusa resulta na divisão do ego. Mais do que é isso, é fundamental destacarmos o fato de que Freud compreende, ainda que tardiamente, que a recusa não é uma forma de defesa exclusiva à perversão: ela também se faz presente na neurose e na psicose. É em “Fetichismo”(1927) que Freud aceita essa extensão, dizendo que a recusa era muito menos rara do que ele supunha: “Também comecei a suspeitar que ocorrências [da recusa] na infância de maneira alguma são raras, e acreditei ter sido culpado de um erro em minha caracterização da neurose e da psicose” (p. 183). O erro, portanto, relaciona-se ao fato de Freud acreditar que a recusa estava apartada do domínio da neurose e da psicose. Freud, de certo modo, se retrata e complementa dizendo que haveria apenas uma diferença quantitativa no que tange a um maior ou menor grau de distanciamento do ego da realidade.²⁷

Mais adiante, retomaremos a questão referente à recusa a fim de melhor compreendermos a ideia que será em seguida exposta e elaborada, a saber, o uso de defesas perversas na psicose.

4.2 Introdução à discussão elaborada por Jean Claude Maleval:

A partir de Maleval, principalmente por intermédio de seu trabalho intitulado “Suplencia perversa em un sujeto psicótico” (2010), buscaremos defender a hipótese de que muitos casos que são concebidos e tratados como casos de psicopatia são, na verdade, casos de psicose.

²⁷ Em *Perversão* (2000/2008), Flávio Carvalho Ferraz realiza um valioso levantamento bibliográfico relativo à perversão, localizando todos os momentos em que o tema surge na obra freudiana. Ferraz também traz as colaborações de autores pós-freudianos, como Robert Stoller, Joyce McDougall, Janine Chasseguet-Smirgel e Masud Khan. Também é muito valiosa a trilha talhada por Patrick Valas em seu livro *Freud e a Perversão* (1990), trabalho que, assim como o de Shine, condensa e situa os principais momentos nos quais Freud fala a respeito da perversão.

Com o intuito de iniciarmos a discussão, tomemos um exemplo relativamente recente: a tragédia ocorrida em Realengo²⁸. Esse incidente engendrou uma série de discussões que buscavam, fundamentalmente, compreender que espécie de conformação psíquica seria capaz de executar um ato de tamanha violência. Como de costume, psiquiatras e psicólogos foram convidados pelas mais diversas mídias para comentar sobre o fato, comentários que, invariavelmente, tocavam na questão diagnóstica: afinal, como classificar Wellington Menezes?

Uma constelação de denominações foi trazida à tona, variedade que assinala não só um desacordo entre os profissionais, mas também um desconhecimento, um não-saber frente à irrupção de uma passagem ao ato tão violenta. Diagnósticos como “esquizofrenia paranóide”, “Transtorno de Personalidade Antissocial” e também “psicopata” (como já foi exaustivamente demonstrado, essa não é uma classificação existente nos manuais diagnósticos psiquiátricos, sendo substituída pelo Transtorno de Personalidade Antissocial) coexistiram na mesma pauta de discussão.

Ainda que não seja possível fazer qualquer tipo de diagnóstico definitivo, ainda assim, cabem aqui alguns questionamentos concernentes à questão diagnóstica. Tais indagamentos, por sua vez, podem ser expandidos, não se restringindo somente ao caso de Realengo, mas também a outros nos quais foram observados modos de funcionamento que sugeriram uma psicose, mas que, simultaneamente, era inegável a presença de certos traços perversos, principalmente no tocante à vertente sádica.

No caso de Wellington, muito se falou a respeito do modo como ele escolhia a criança que iria matar, escolha que vinha acompanhada de um riso que muitos interpretaram como sádico. Somado a isso, houve também a veiculação de vídeos nos quais o autor do crime falava sobre si e sobre as suas intenções, o que também não ficou isento de comentários que sugeriram certo exibicionismo, também perverso. Embora consideremos que tais características presentes no caso de Wellington possam ser compreendidas no domínio da psicose, buscamos citá-las para marcar o fato de que a psicose, por mais evidente que possa nos parecer, amiúde, é confundida com a perversão.

Existem casos bastante conhecidos e estudados nos quais se verifica uma estrutura psicótica com traços de perversão. Nesta trilha, podemos evocar dois casos bastante

²⁸ No dia onze de abril de 2012, Wellington Menezes executou doze crianças dentro de uma escola municipal na zona oeste do Rio de Janeiro.

emblemáticos nos quais dois assassinos, Gilles de Rais²⁹ (1404-1440) e Henri-Désiré Landru³⁰ (1869 -1922) que, por mais bárbaros e cruéis que fossem seus atos, características que amiúde direcionavam os estudos sobre os mesmos rumo às veredas da perversão, exibiam, de fato, um funcionamento psicótico. Nicolas Brémaud e Francesca Biagi-Chai são psicanalistas franceses que se ocuparam em esmiuçar o caso Gilles de Rais e Landru, respectivamente, e, para além da intensidade de seus atos, para além de sua desmesura e “monstruosidade”, buscaram compreender a lógica subjetiva dos criminosos em questão com o intuito de diferenciar o que é da estrutura e o que é da ordem do traço.

Em “Suplência perversa em un sujeito psicótico” (1995/2010), Jean Claude Maleval é bastante preciso ao admitir a presença de defesas perversas que permitem a sujeitos psicóticos uma estabilização. Maleval inicia a sua exposição nos dizendo que os estudos a respeito das modalidades de suplência para remendar a forclusão do Nome do Pai são relativamente recentes. O autor aponta que essa escassez de trabalhos talvez se relacione ao fato de que a suplência se assenta em um campo teórico elaborado tardiamente por Lacan, mais precisamente em 1976, quando o mesmo escreve o seu Seminário XXIII e discorre acerca da escrita como uma forma de estabilização para o escritor irlandês James Joyce.

Maleval já nos apresenta, bem no início do texto, a existência de certa inclinação de indivíduos psicóticos a praticarem atos perversos, revelando-nos que o próprio Joyce apresentava tendências perversas em sua vida sexual. O psicanalista nos diz que Joyce demonstrava um fetichismo pelo material fecal de sua esposa, Nora, pedindo-lhe também para que o perseguisse e o açoitasse com um chicote.

4.3 O caso do Sr. M : um “masoquismo atípico”?

No texto citado, Maleval retoma um caso clínico que foi amplamente estudado por psiquiatras franceses na década de sessenta. O caso do Sr. M foi reiteradamente tratado como um caso de perversão no qual um “masoquismo atípico” tomava a cena. Sr M foi

²⁹ Gilles de Rais, também conhecido como Barba-Azul, foi um nobre francês que se tornou notório por ter matado cerca de oitocentas crianças. Barba-Azul, além de estuprar grande parte delas, regozijava-se ao abrir os seus ventres e ao observar suas entranhas, chegando a manter relações sexuais com os cadáveres de suas vítimas. Quando questionado acerca das razões que o impulsionavam, o marechal dizia que o fazia pelo seu deleite e que nada lhe era mais satisfatório do que ver a vida se esvaindo rumo à morte.

³⁰ Landru matou cerca de onze vítimas, grande parte delas mulheres. Tornou-se um notório estelionatário, mantendo relações com centenas de viúvas para roubá-las e, em seguida, matá-las.

acompanhado durante vários anos por um psiquiatra chamado Michel de M'Uzan que o recebeu a partir do encaminhamento de um radiologista.

O paciente já tinha sessenta e cinco anos quando de sua primeira consulta, exibindo inúmeras tatuagens, marcas e cicatrizes por todo o seu corpo. Sr. M relata ao médico uma série de práticas mutilatórias nas quais se envolveu, discorrendo minuciosamente sobre episódios em que marcava a sua pele com ferro quente, era sodomizado enquanto se suspendia por meio de correntes e argolas que perfuravam as suas costas, bem como fazia uso dos mais variados objetos cortantes. Em tais práticas, Sr.M chegou a arrancar o seu mamilo esquerdo e um dos dedos de seu pé, assim como a perfurar a sua glândula com uma argola de larga espessura e também a deixar várias agulhas instaladas dentro de sua pele. O paciente também se envolvia em práticas sexuais nas quais era humilhado e ferido das mais diversas formas, demonstrando uma resistência extrema às sevícias sofridas. O mesmo também relatou a ingestão de fezes e urinas durante vários anos:

El Sr. M tiene sesenta y cinco años cuando se encuentra con Michel de M'uzan³¹, y ha cesado sus prácticas masoquistas hace veinte años. Le presenta un cuerpo totalmente cubierto, con la excepción del rostro, de tatuajes y de marcas los cuales no dejan ninguna duda respecto de su búsqueda de la degradación. Múltiples inscripciones humillantes lo ofrecen al Otro en tanto que objeto feminizado: “Soy una puta: sírvanse de mí como de una hembra, gozarán bien”, “Soy una puerca: culéenme”, “soy un retrete vivo”, “No soy ni varón ni mujer, sino una puerca, una puta, una carne de placer”, etc. Por otra parte, las cicatrices y los rastros de sevicias no son menos sobrecogedores. “La tetilla derecha, comenta de M'uzan, ha desaparecido literalmente, quemada con un hierro al rojo, atravesada con púas, arrancada. El ombligo ha quedado transformado en una especie de cráter, le introdujeron plomo fundido y lo mantuvieron [...] mediante un palo metálico calentado al rojo. En la espalda le habían cortado tiras de piel para pasar por ellas unos ganchos a fin de que el Sr. M. pudiera estar suspendido mientras un hombre lo penetraba. [...] Le introdujeron agujas por todas partes, en el tórax [...]. El aparato genital no había escapado a las prácticas [...]. Un anillo de acero, de varios centímetros de diámetro, había sido colocado de manera fija en la extremidad de la verga, después de haber hecho del prepucio una especie de cojín lleno de parafina. En el cuerpo del pene habían clavado una aguja imantada; era, si me atrevo a decir -comenta de M'uzan- un rasgo de humor negro, pues el pene, en una demostración de su potencia, tenía el poder de desviar la aguja de la brújula”³². Los objetos introducidos en el cuerpo del Sr. M., tal como esta última característica lo testifica, contribuyen a subrayar su virilidad. Sin embargo, es muy sorprendente que pueda conservarlos permanentemente sin un sufrimiento intolerable. (Maleval, 2010, p. 2)

A partir de uma minuciosa construção do caso clínico, Maleval busca desconstruir o diagnóstico de perverso-masoquista atribuído ao Sr. M. Para isso, o autor realiza articulações teóricas relativas à identificação do paciente com o objeto a e distinções entre o fantasma perverso e psicótico. No entanto, um ponto será destacado no artigo de Maleval para aqui ser elucidado: o uso de defesas sadomasoquistas na psicose. O psicanalista francês chega até mesmo a dizer que existiria certa “conivência da estrutura psicótica com atos sadomasoquistas

³¹ Michel M'Uzan foi o psiquiatra que o acompanhou durante vários anos e quem escreveu o trabalho sobre o Sr. M intitulado “Un caso de masoquismo perverso. Bosquejo de una teoría”.

³² *Ibidem*.

extremos” (Maleval, 2010, p. 11). O psicanalista complementa dizendo que: “A observação do Sr. M me parece que tem o mérito de estabelecer a existência de defesas perversas que permitem a sujeitos psicóticos se enfrentarem com o desejo do Outro sem que isso ocasione o marasmo da psicose declarada.” (Idem, p. 11). Passemos enfim, ao texto em si, para em seguida, determo-nos nos pontos teóricos mais relevantes e articulá-lo propriamente ao problema representado pela psicopatia.

4.4 “Suplencia perversa em un sujeto psicótico”: uma discussão diagnóstica

Maleval, a partir do caso clínico citado, busca demonstrar a presença de uma relação bastante particular com o corpo exibido pelo Sr.M (e outros indivíduos psicóticos), relação que parece sinalizar uma falha imaginária na qual o corpo se desprende, deixa-se cair. O psicanalista discorre que, quando há essa falha e o individuo psicótico não é capaz de fazer uso de uma suplência, seu corpo tende a cair ao estatuto de dejecto, ou melhor, ao de objeto. Essa falha do imaginário se equivale, como nos revela Maleval, a uma tessitura precária do casulo narcísico, não sendo possível, como consequência, uma representação plena e integrada do corpo. O autor complementa dizendo que quando o corpo é apenas objeto, surgem sentimentos de horror e angústia, o que é ilustrado com perfeição pelo modo como Artaud³³ falava de seu corpo, denominado-o de “carne sangrante”. Ademais, Maleval nos revela que o mal-estar que sentimos diante do corpo auto-degradado de um paciente já é por si só um índice diagnóstico, sendo um importante sinal para que o psicanalista fique atento quanto à possibilidade de um quadro psicótico.

Maleval nos mostra, a partir do caso M., como não há o esvaziamento do gozo no corpo, não ocorrendo, portando, o deslocamento do gozo para fora do corpo por intermédio da regulação da função fálica. Esta, grosso modo, pode ser compreendida como uma regulação propiciada pela incidência da castração simbólica, agindo de modo a localizar e limitar o gozo fora do corpo. A função fálica orienta o sujeito em relação à escolha dos sexos e em relação ao seu desejo. Maleval, durante toda a sua exposição do caso, busca convencer o leitor de que

³³ Antonin Artaud (1896-1948) foi um escritor e poeta que se tornou célebre por fazer um uso bastante particular da língua. Artaud foi considerado “louco” no período em que viveu, tendo sido internado por vários anos em manicômios, chegando a se submeter ao eletrochoque. A poesia, ou seu “sintoma literário”, foi o elemento constante em sua diversificada produção. “Poeta, ensaísta político, dramaturgo, roteirista, ator e artista plástico; Foucault o coloca como um dos pilares da literatura e mesmo do pensamento moderno” (Borges, 2007, p. 1).

manifestações consideradas classicamente perversas podem ser, na verdade, fenômenos psicóticos.

O psicanalista demonstra que o Sr.M, diferentemente de indivíduos perversos, não possui um imaginário estofado de fantasias, pelo contrário - nele se observa uma profunda aridez fantasmática (mais adiante faremos uma diferenciação entre a fantasia perversa e a fantasia psicótica). Maleval nos diz que muitas das modificações corporais realizadas pelo paciente não foram fruto de uma invenção que lhe foi própria, uma vez que o Sr.M pesquisava de modo contumaz sevícias e torturas realizadas em diferentes contextos e momentos históricos, principalmente aquelas perpetradas no período da Inquisição. O paciente, portanto, não tinha um campo fantasmático floreado, e sim, escasso em elaborações, fato que novamente sinaliza a falha no registro imaginário do Sr.M. Neste não havia a teatralização fantasmática, movimento tão caro aos perversos. Elas eram simplesmente atuadas, sem qualquer floreio, contextualização ou cenário. No caso do Sr, M, observa-se, como destaca Maleval, a existência do ato puro: “É notável que aquilo que no perverso é simulacro de castração, no Sr. M advém a mutilação real”. (Idem, p. 4)

Maleval nos diz que as mutilações nos perversos são raras, diferentemente do que se observa na clínica das psicoses. O autor sinaliza que muitos indivíduos psicóticos chegam a arrancar seus próprios membros, havendo tal manifestação no caso aqui exposto. O Sr. M não só arrancou o seu mamilo direito e o dedo mindinho de seu pé, como também efetuava alargamentos em seus orifícios, chegando a alargar o seu ânus com o intuito de que ele se assemelhasse a uma vagina. Nas suas relações sexuais, tendia a assumir uma posição de submissão, pedindo para seus parceiros para tratá-lo como uma “rameira” (p. 4). Embora o psiquiatra que o atendeu acreditasse que essa manifestação marcava a existência de um masoquismo perverso, Maleval a concebe de outra maneira, alegando que ela pode ser compreendida a partir do conceito relativo ao empuxo à mulher.³⁴ Este pode ser concebido como uma tendência à feminização em indivíduos psicóticos. Tal empuxo não deve ser confundido com a inscrição da subjetivação feminina na partilha dos sexos, mas sim como uma crença, de cunho delirante, do indivíduo estar se tornando uma mulher ou de estar à mercê de um Outro que goza de seu corpo em uma posição feminina. O empuxo à mulher também pode se manifestar quando um psicótico é chamado a responder a partir de uma posição feminina ou masculina, chamada que engendra um impasse que pode ter consequências desestabilizadoras na clínica da psicose. No caso em questão, há uma forte

³⁴ Em relação ao conceito referente ao empuxo à mulher (*pousse à la femme*) o leitor pode se remeter ao texto lacaniano “O aturdido”, In: *Outros escritos* (p. 448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

observância do empuxo à mulher, principalmente no fato de o paciente se colocar em uma posição de objeto para o gozo ilimitado do Outro, chegando a se feminilizar a partir de intervenções reais em seu corpo.

Continuando com a exposição do caso, o Sr. M foi casado com uma mulher durante oito anos, dizendo ao seu psiquiatra que mantinha com sua esposa uma relação perfeita e cheia de afeto. O casal mantinha uma parceria na qual, como já foi dito, o paciente normalmente gozava na posição masoquista. Contudo, o casal com frequência incorporava terceiros à sua relação, sendo o convidado escolhido o responsável por perpetrar as sevícias e torturas contra o casal. O autor alega que parcerias de tal sorte, ou seja, na qual há uma adequação a uma degradação comum aos protagonistas, pode ser verificada com frequência em psicóticos sádicos. Após vários anos de matrimônio, a esposa do Sr. M morre prematuramente aos 23 anos de idade em decorrência de uma pneumonia, infecção que, de acordo com os médicos que a atenderam, foi provavelmente contraída em função dos maus-tratos por ela perpetrados em relação ao seu corpo. No tocante à esposa do paciente, Maleval diz:

El funcionamiento perverso de esta mujer que hace primar la puesta en acto sobre la puesta en escena, da cuenta de una carencia de lo imaginario, similar a la de su marido. En la encarnación del objeto *a*, en los límites de una posición melancólica, ella fue más lejos que su marido, hasta una muerte prematura, a la que los malos tratos seguramente no han sido ajenos. Cuando el sujeto, por su estructura, es llevado a liberarse del semblante, se ve conducido a desnudar lo que hay de su ser “que viene a tomar su lugar entre los desechos donde sus primeros retozos encontraron su cortejo, por cuanto la ley de la simbolización en la que debe entrar su deseo lo prende en su red por la posición de objeto parcial en la que se ofrece al llegar al mundo, a un mundo donde el deseo del Otro hace la ley”³⁵. Esta relación “articulada claramente por Schreber”, constata Lacan, no aparece menos discernible en el funcionamiento del Sr. M. y de su mujer. (p. 5)

É possível observar, portanto, que quando o sadomasoquismo se engancha à aridez da fantasia psicótica não é incomum que os parceiros que o vivenciam cheguem às paragens do aniquilamento real de si próprios. Maleval nos diz que esse aniquilamento tem o estatuto de “um ato sagrado” (p. 6) e se manifesta com relativa frequência em crimes de cunho sádico.

Em relação às sevícias sofridas pelo Sr.M, este revelava um grande regozijo em dizer que os sádicos com os quais se encontrava, amiúde, retrocediam, não demonstrando coragem em realizar as torturas requisitadas pelo paciente. Este gozava com o fato de se considerar o único a aturar maus-tratos tão penosos, colocando-se em uma posição de exceção. Tal posição em muito se assemelha à posição assumida pelos psicóticos em suas construções delirantes, uma vez que por meio delas se sentem um “caso único” (p. 7).

³⁵ LACAN J. (1955-1956). De una cuestión preliminar a todo tratamiento posible de la psicosis. In: J. Lacan. *Escritos*. Siglo Veintiuno. p. 563-564.

Ademais, há um episódio bastante interessante no caso do Sr.M, episódio que nos interessa em especial, uma vez que diz respeito a um suposto homicídio cometido pelo paciente. Este relata que, certa noite, teria sido vítima de um ladrão ao caminhar pelas ruas. O Sr. M revela que ele o atacou, estrangulando-o e deixando-o moribundo ao fugir. Na manhã seguinte, o paciente conta que leu em um jornal que um homem foi encontrado morto com uma fratura na laringe, o que leva o paciente a crer que ele foi o responsável por aquela morte, considerada um mistério para os policiais.

Tal episódio nos parece importante, pois ele coloca em cena um elemento comumente articulado à psicopatia, ou seja, a criminalidade. Embora existam indícios de que o Sr. M tenha matado um homem, isso não pode ser encarado imediatamente como um critério para classificá-lo como um perverso sádico ou como um psicopata. Não seria impróprio dizer que o intuito de Maleval em retomar esse episódio pode ser compreendido pelo fato dele ambicionar demonstrar que muitos psicóticos podem parecer psicopatas ou perversos, mas não o são. É preciso ir além do fenômeno e observar a amplitude do contexto clínico em questão, não nos deixando cegar pelo fenômeno por si só. A morte do agressor traz a marca de uma passagem ao ato³⁶, uma vez que o Sr.M parece sair de cena, não recordando-se do que havia feito na noite anterior. A violência com que ataca o agressor não foi premeditada, tampouco calculada, como poderia ser no caso de um acting out no qual há uma mensagem embutida no ato e um destinatário para o qual ela é direcionada. Diferentemente da passagem ao ato, no acting out, portanto, há um sujeito que permanece presente na cena da atuação. A agressão perpetrada pelo Sr. M, por sua vez, revela a irrupção de um ato puro no qual o sujeito cai de cena, deixando lugar para advir o objeto, movimento que marca a presença de uma passagem ao ato.

Embora não iremos entrar na questão da passagem ao ato, uma vez que tal empresa nos exigiria muito tempo, levando-nos, inevitavelmente, a um distanciamento da discussão aqui proposta, não podemos nos esquecer de sua relevância na clínica da psicose. Compreender em que medida um ato criminoso diz respeito a uma passagem ao ato ou a uma atuação é um movimento essencial, uma vez que ele nos fornecerá índices preciosos para compreender o papel que ele possui na dinâmica psíquica de um dado indivíduo.

Um dos pontos que Maleval mais procura enfatizar em sua exposição diz respeito à estranheza que o Sr.M exibia em relação ao seu corpo. Tal fato, associado à sua carência imaginativa, constitui-se como um indício de que o elemento imaginário se desprende e que o

³⁶ O leitor pode se remeter ao *Seminário X: A angústia* (1962-1963/2005) de Lacan para melhor compreender as diferenças existentes entre passagem ao ato e *acting out*.

uso de fantasias com um colorido perverso parece ser usado para lhe possibilitar uma forma de estabilização³⁷. Maleval nos mostra que a humilhação a que o Sr. M se sujeita, bem como a sua degradação completa ao estatuto de resto (“fecalização de si mesmo”) é velada por um uso fantasmático particular no qual a matiz perversa faz parecer que o sujeito é detentor de uma onipotência sem medida³⁸.

Maleval, ainda com o intuito de criticar o diagnóstico de uma perversão masoquista dado pelo psiquiatra do Sr.M, segue dizendo a respeito da dificuldade que o paciente tinha para discernir o que era masculino e feminino. O mesmo compreendia a paternidade e a filiação de um modo bastante bizarro, sendo capaz apenas de elaborar que seu pai era um masoquista. Ademais, o paciente não conseguia distinguir bem as pessoas, chegando a não saber se determinados indivíduos de seu convívio eram homens ou mulheres.

O autor incrementa a sua crítica em relação ao diagnóstico de perversão ao dizer que as práticas masoquistas perpetradas pelo Sr. M cessaram à medida que foi envelhecendo. Maleval defende que a dissipação das mesmas apenas revela a precariedade de seu mundo fantasmático, fragilidade que apenas sublinha a inexistência de uma fantasia fundamental sobre a qual o paciente pudesse se apoiar e se nortear, fato que só fortalece a sua certeza de se tratar de um caso de psicose, a despeito de uma fenomenologia que, a princípio, possa ter um acentuado matiz perverso.

Por fim, Maleval se questiona sobre o que teria feito o Sr.M a se estabilizar após ter abdicado de suas práticas masoquistas. De acordo com os relatos de seus psiquiatras, o paciente viveu os últimos anos de sua vida em um chalé nas proximidades de Paris, levando “uma existência conformista e tranquila” com sua filha adotiva, com o marido desta e com os filhos do casal. Conforme revela a documentação a respeito do caso, o elemento mais interessante em relação a esse período da vida do paciente diz respeito ao fato de que o Sr.M possuía uma grande complacência em exibir o seu corpo e também em testemunhar aos seus

37 Andréa Máris Campos Guerra, em sua tese de doutorado intitulada “A estabilização psicótica na perspectiva borromeana: criação e suplência” (2007), tece importantes contribuições relativas às formas de estabilização na psicose. Guerra retoma Lacan e situa que, em sua obra, há três formas privilegiadas de estabilização na psicose: o ato, a metáfora delirante e a obra. A partir desta última, chega à mostraçãõ do real por intermédio da topologia borromeana, ampliando a discussão das estabilizações na psicose por meio do conceito de suplência. Nessa perspectiva, a estabilização implica, enquanto suplência, “a maneira como o sujeito, psicótico ou não, se escreve como nó, usando a letra, enquanto litoral entre simbólico e real, e fundando o campo pronto para acolher o gozo”. (Guerra, 2007, vi)

38 Maleval faz elaborações preciosas a respeito do uso da fantasia na psicose em um texto intitulado “Sobre a fantasia na psicose: de sua carência e seus substitutos” (2009). Embora iremos tratar desse ponto mais adiante, podemos adiantar que o sadismo na psicose seria uma espécie de engodo, uma vez que o psicótico, ao agredir o outro, está, de fato, em um relação especular na qual ele está identificado com o outro, mais precisamente identificado com o outro enquanto objeto. Há, portanto, uma inversão que revela um modo bastante particular de gozo.

psiquiatras as práticas perversas às quais se submetia. O paciente possuía um prazer especial em mostrar as suas tatuagens, particularmente aquilo que havia escrito em sua pele (normalmente escritas depreciativas e palavras de baixo calão). Maleval assinala que a maioria das tatuagens do paciente o “feminilizam e o fecalizam”, no entanto, para além dessas significações, elas tem a função de trazer a marca da virilidade para o Sr.M, uma vez que ao falar sobre elas, alegava que muitos lhe haviam dito que nunca tinham visto ou ouvido falar de uma pessoa mais resistente à dor do que ele, falas que pareciam fazê-lo mais másculo.

Maleval finalmente conclui que a trama das letras escritas em sua carne eterniza a sua atitude masoquista frente ao Outro, não sendo necessário, portanto, o recurso contínuo da prática perversa. Dessa maneira, Maleval compreende que as inúmeras marcas cravadas no corpo do Sr. M tornam permanente a sua condição de humilhação frente ao Outro; ou seja, elas já o laçavam à posição de objeto, típica da psicose. Nesse caso, novamente, Maleval enxerga para além do fenômeno em si, não compreendendo tal atitude como um exibicionismo perverso, tal como os psiquiatras do Sr.M o fizeram. O psicanalista, por sua vez, concebe a mostraçãõ da humilhação marcada na pele do sujeito como uma falha no “processo de alienação-separação”³⁹. Desse modo, uma das principais funções da exibição de seu corpo reside na busca pela confirmação de sua identificação fálica, fato que obriga o paciente a solicitar a aprovação do Outro. Desse modo, sua atitude masoquista não deixa de sustentar um paroxismo de sua degradação como objeto.

Além disso, no campo imaginário, para paliar a dificuldade que exibia em fazer identificações egóicas, o Sr.M parece ter estado sempre em busca de “identificações conformistas”.

Búsqueda de identificaciones conformistas, tentativas de inscribir el rasgo unario en el cuerpo, exhibicionismo ante los médicos, y magnificación de su degradación objetal parecen haberse conjugado para

39 O processo de alienação-separação foi sistematicamente trabalhado por Lacan no *Seminário XI*: os quatro conceitos fundamentais em psicanálise. (1964/1985). Tal processo está profundamente relacionado à dinâmica que se estabelece entre o sujeito e o Outro. Em termos gerais, pode-se dizer que o processo de alienação se articula ao encontro do indivíduo com uma linguagem que o precede, que já se fazia presente antes de sua existência. Diz respeito ao encontro com uma linguagem cujas leis lhe são exteriores e cujas leis é necessária uma conformação, uma “condenação” (p. 199), para obter o reconhecimento do Outro falante. Esse Outro é que lhe ensinará a servir-se da linguagem e que lhe fornecerá os significantes necessários para tal fim. Já a separação é um movimento posterior à alienação e vai em outro sentido – o do desenraizamento do Outro. A separação marca o movimento engendrado pelo sujeito no sentido de se separar desse Outro alienante, buscando, por meio dela, sair da posição de objeto e caminhar rumo à posição de sujeito desejante. Na separação, o Outro não é o mesmo que o Outro da alienação, aparecendo barrado e também faltoso. É em função disso que Lacan demarca que o quê está em jogo na separação é o recobrimento de duas faltas: a do sujeito e a do Outro. É possível dizer que o encontro com a falta do Outro, ou com o desejo do Outro, leva o sujeito a se abrir para a possibilidade de se identificar com esta falta e ocupar o lugar do objeto que falta ao Outro. Esta seria a maneira como o sujeito busca, inicialmente, situar-se diante do desejo do Outro que surge como enigmático.

estabilizar al sujeto. Las prácticas masoquistas no constituían ciertamente la única defensa de la que disponía. (p. 9-10).

Tais identificações, não raro bastante estereotipadas, possibilitavam ao paciente outra forma de defesa que abria mão das práticas masoquistas, fato que permitia certo grau de estabilização ao mesmo sem que ele fizesse uso das sevícias terríficas já descritas.

4.5 Para além do Sr.M: uma seara árida em pesquisas

Maleval, ao se aproximar da conclusão de seu trabalho, nos diz que, embora elaborações psicanalíticas que contemplem modalidades perversas da sorte do Sr. M sejam escassas, são muitos os indivíduos que fazem uso de tais práticas. O psicanalista chega a fazer uma afirmação que nos parece preciosa no trabalho que aqui estamos realizando, qual seja, a de que haveria uma: “convivência da psicose com atos sadomasoquistas extremos”(p. 13).

Para enfatizar essa hipótese, Maleval relembra o caso de um dos primeiros assassinos em série estudados: Albert Fish (1870-1936). Este se tornou famoso na literatura criminológica pelos seus assassinatos de crianças (foi indiciado pelo homicídio de cinco crianças, embora existam suspeitas de que ele tenha matado aproximadamente cem delas), e pelas suas práticas pedófilas e canibais. O seu canibalismo foi um dos elementos mais chocantes em suas atuações, principalmente pelo fato de Fish ter enviado uma carta⁴⁰ para a família de uma

⁴⁰ A carta escrita por Albert Fish tornou-se célebre e pode ser encontrada em vários sites da internet. A seguir, a carta, tal como foi enviada, para a família de Grace Budd:

Dear Mrs. Budd. In 1894 a friend of mine shipped as a deck hand on the Steamer Tacoma, Capt. John Davis. They sailed from San Francisco for Hong Kong, China. On arriving there he and two others went ashore and got drunk. When they returned the boat was gone. At that time there was famine in China. Meat of any kind was from \$1-3 per pound. So great was the suffering among the very poor that all children under 12 were sold for food in order to keep others from starving. A boy or girl under 14 was not safe in the street. You could go in any shop and ask for steak—chops—or stew meat. Part of the naked body of a boy or girl would be brought out and just what you wanted cut from it. A boy or girl's behind which is the sweetest part of the body and sold as veal cutlet brought the highest price. John staid there so long he acquired a taste for human flesh. On his return to N.Y. he stole two boys, one 7 and one 11. Took them to his home stripped them naked tied them in a closet. Then burned everything they had on. Several times every day and night he spanked them – tortured them – to make their meat good and tender. First he killed the 11 year old boy, because he had the fattest ass and of course the most meat on it. Every part of his body was cooked and eaten except the head—bones and guts. He was roasted in the oven (all of his ass), boiled, broiled, fried and stewed. The little boy was next, went the same way. At that time, I was living at 409 E 100 St. near—right side. He told me so often how good human flesh was I made up my mind to taste it. On Sunday June the 3, 1928 I called on you at 406 W 15 St. Brought you pot cheese—strawberries. We had lunch. Grace sat in my lap and kissed me. I made up my mind to eat her. On the pretense of taking her to a party. You said yes she could go. I took her to an empty house in Westchester I had already picked out. When we got there, I told her to remain outside. She picked wildflowers. I went upstairs and stripped all my clothes off. I knew if I did not I would get her blood on them. When all was ready I went to the

menina de oito anos, Grace Budd, que ele matou e da qual se alimentou. A carta foi enviada aos pais de Grace na época em que eles ainda a procuravam, pois não sabiam se ela estava apenas perdida ou se algo pior havia lhe ocorrido. A carta foi um importante elemento para incriminá-lo e para levá-lo a pena de morte. Fish foi condenado por matar Grace Budd, da qual, como nos mostra a carta, teria se alimentado por nove dias, chegando a experimentar vários pratos com os restos mortais da menina.

Além disso, Fish mantinha práticas masoquistas nas quais inseria inúmeras agulhas pelo seu corpo, principalmente na região entre seu ânus e seu escroto. As agulhas eram inseridas com tamanha profundidade, que se tornavam impossíveis de resgatar, a não ser por intermédio de procedimentos cirúrgicos. Quando foi pego, efetuou-se uma radiografia de sua pélvis e os médicos ficaram chocados com o que viram: Fish, á época, com aproximadamente sessenta anos, tinha 27 agulhas inseridas na sua pélvis. Além disso, os médicos observaram graves queimaduras na região anal do assassino, uma vez que Fish alegava que sentia um enorme prazer em inserir pedaços de algodão embebidos em álcool em seu ânus e depois queimá-los.

Observa-se, portanto, práticas bastante semelhantes às observadas no caso do Sr.M, práticas que, tal como já foi dito, são comumente tratadas como pertencentes a um quadro perverso. Insta salientar que Albert Fish é considerado um dos primeiros serial killers, sendo sempre citado em estudos a respeito do tema. Não podemos esquecer que os serial killers são comumente tratados como os grandes avatares da psicopatia, sendo considerados invariavelmente como psicopatas. É fundamental, portanto, que fique claro que a alcunha de serial killer não se equivale à de psicopata, sendo necessário um esforço clínico bastante prudente para não nos cegarmos às inúmeras possibilidades diagnósticas que subjazem ao fenômeno dos assassinos seriais.

Um indivíduo que mata várias pessoas não pode ser considerado um psicopata só por esse índice, tampouco pode ser considerado um psicótico como o Sr.M e Albert Fish. É imprescindível a compreensão de que por trás do véu estigmatizante da psicopatia, podem existir os mais diversos diagnósticos e, acima de tudo, os mais distintos sujeitos com os mais

window and called her. Then I hid in a closet until she was in the room. When she saw me all naked she began to cry and tried to run down the stairs. I grabbed her and she said she would tell her mamma. First I stripped her naked. How she did kick – bite and scratch. I choked her to death, then cut her in small pieces so I could take my meat to my rooms. Cook and eat it. How sweet and tender her little ass was roasted in the oven. It took me 9 days to eat her entire body. I did not fuck her tho I could of had I wished. She died a virgin. (Wikipedia: http://en.wikipedia.org/wiki/Albert_Fish).

variados modos de gozo. Um psicopata pode ser um neurótico, um psicótico e também um perverso: ou seja, não há uma equivalência estanque e engessada em um rótulo diagnóstico.

Tal discussão a respeito do serial killer, do psicopata e dos possíveis diagnósticos a eles atrelados ficará mais clara a partir da leitura do anexo, no qual expomos o caso do célebre serial killer: Jeffrey Dahmer.

A fim de encerrar a retomada do texto aqui discutido, Maleval, próximo ao fim de sua elaboração, faz uma afirmação que pode parecer destoante, ou melhor, pouco acurada em relação ao seu texto, principalmente quando pensamos no título do trabalho no qual há uma referência direta ao uso de suplências perversas. O autor diz:

No obstante, es importante señalar que tanto en uno como en otro (tanto em relação ao Sr.M como em relação ao Albert Fish) se asocian a trastornos psicóticos manifiestos: es evidente que no forman parte de una suplencia. En ellos, la introducción de agujas y de diversos objetos en el cuerpo es correlativo a las prácticas masturbatorias: éstas no necesitan la presencia de un partenaire, en lo cual se discierne la ausencia de un escenario regulado por el fantasma perverso. Entonces esos sujetos se encuentran confrontados sin mediación al deseo del Otro y a sus exigencias sacrificiales. (p. 12)

Após a leitura do texto de Maleval, não seria inoportuna uma dúvida por parte do leitor no seguinte sentido: por que, após estar explícito no título do texto a questão referente ao uso de suplências perversas na psicose, o autor diz que os dois casos por ele retomados não são exemplos de suplências?

Acreditamos que nesse texto, o que Maleval chama de suplência em muitas vezes se confunde com a ideia de defesas perversas. Não é fortuito o fato de que a palavra “suplência” apareça apenas pontualmente no texto do autor, enquanto a terminologia referente à “defesas” é mais frequentemente usada em sua escrita. Desse modo, é preciso compreendermos melhor o arcabouço teórico no qual se assenta o conceito de defesa, tal como será explicitado a seguir.

4.6 A distinção entre defesas perversas e a recusa (Verleugnung)

Embora no presente capítulo tenhamos privilegiado a perspectiva lacaniana, principalmente a contribuição de Maleval, não podemos avançar no sentido de compreender a ideia de “defesas perversas” sem nos determos na obra freudiana. De que maneira, com a obra de Freud, podemos lançar luz ao fato de que um sujeito psicótico possa se valer de defesas que se situam no campo da perversão? Como a recusa (*Verleugnung*) (modo privilegiado por Freud para pensar a defesa perversa frente à castração) pode se relacionar ao que Maleval diz acerca do uso psicótico de defesas perversas? Como compreender o uso de defesas sadomasoquistas na psicose?

Tentar alinhar o que Maleval nos demonstra com as construções teóricas de Freud certamente é um desafio, uma vez que será necessário localizar na letra freudiana onde poderiam estar infiltradas as raízes da questão referente ao uso de defesas trans-estruturais. Para tanto, será necessário melhor sistematizar a noção de defesa e o seu respectivo uso na psicose e na perversão. Em seguida tentar-se-á articular os achados coletados na obra freudiana com o uso de defesas perversas na psicose tal como é pensado por Maleval.

4.7 Defesa e mecanismo de defesa

O conceito de “defesa” é certamente um dos mais caros a Freud, sendo possível observar por parte do autor um esforço contínuo em aprimorá-lo. Tal conceito já se faz presente nos trabalhos pré-psicanalíticos, conquistando grande relevância nos Estudos sobre a histeria (1895). Freud, aliás, sempre privilegiou o estudo das defesas no campo das neuroses, sendo o recalco o ápice do refinamento teórico no que tange às defesas.

É no texto “Neuropsicoses de defesa” (1984/1976), entretanto, que encontramos os dois principais contornos atribuídos à defesa. Primeiramente, observamos a compreensão de que diante de uma representação que seria incompatível com o aparelho psíquico, este responderia com uma defesa que operaria a partir da retirada dessa representação de seu afeto, tornando-a fraca e, conseqüentemente, destituindo-a da catexia que a tornava ameaçadora. Essa representação descatexizada seria então recalco no inconsciente, enquanto seu afeto correspondente seguiria caminhos diversos, conforme a defesa surja na histeria, na neurose obsessiva ou na fobia. O outro contorno se delineia quando a representação e seu afeto são rejeitados conjuntamente, não restando qualquer traço inscrito da experiência hipercatexizada. Este seria o caso das psicoses.

A partir desses dois contornos fundamentais da defesa em Freud, encontramos em Laplanche & Pontalis (2001) a seguinte definição do termo em questão:

[...] conjunto de operações cuja finalidade é reduzir, suprimir qualquer modificação susceptível de pôr em perigo a integridade e a constância do indivíduo biopsicológico. O ego, na medida em que se constitui como instância que encarna esta constância e que procura mantê-la, pode ser descrito como o que está em jogo nessas operações e o agente delas. De um modo geral, a defesa incide sobre a excitação interna (pulsão) e, preferencialmente, sobre uma das representações (recordações, fantasias) a que está ligada, sobre uma situação capaz de desencadear essa excitação na medida em que é incompatível com este equilíbrio e, por isso, desagradável para o ego. (p. 107)

Feitas tais considerações, podemos destacar alguns pontos essenciais relativos à defesa. O primeiro deles é que o ego é seu agente; é ele que busca se proteger de qualquer perturbação. O segundo ponto reside no pólo que se opõe ao ego e que engendra o conflito dinâmico, a saber, a pulsão. É a descarga pulsional que desencadeia a defesa. Nesse ponto foi necessário um maior avanço teórico, uma vez que, a princípio, a descarga pulsional era concebida por Freud como algo prazeroso. Foi com o advento da segunda tópica e a diferenciação do aparelho psíquico que foi possível depreender que o que é prazer para um sistema pode ser desprazer para o outro (ego). Podemos considerar a própria pulsão como perigosa para o ego; ou, ainda, atribuir tal perigo à relação do indivíduo com o mundo exterior, porque a pulsão só é perigosa em virtude dos danos reais a que sua satisfação possa causar.

A teoria da defesa muito avançou a partir do aprimoramento empreendido por Freud no tocante aos mecanismos de defesa. Estes podem ser compreendidos como diferentes tipos de operações em que a defesa pode ser especificada, ou seja, cada afecção possuiria um modo defensivo que lhe é particular. Tal ideia, embora já estivesse presente desde os primórdios da obra freudiana, alcançou maior sofisticação em “Inibição, sintoma e angústia” (1926). Tal refinamento se situa no fato de que há uma mudança em relação ao modo como o autor concebia “defesa” e “recalque”. Se antes (1896/1976), Freud tratava de modo indistinto os tais termos, conferindo-lhes o mesmo estatuto, em 1926, ele propõe que o termo “defesa” seja usado em sua acepção genérica, designando todas as técnicas empregadas pelo ego em conflitos que poderiam levar a uma dada estrutura: neurose, psicose ou perversão. No que concerne ao “recalque”, Freud propõe que seu uso se limite ao mecanismo relativo à separação entre ideia e afeto, característico da estrutura neurótica.

É também no já citado trabalho de 1926 que o estudo dos mecanismos de defesa alcançou maior relevância na investigação psicanalítica, sendo notórios os esforços cultivados por Ana Freud no sentido de conferir-lhes uma maior sistematização. Contudo, a herdeira de Freud faz uma verdadeira catalogação de todas as eventuais defesas passíveis de surgirem no âmbito

clínico, como a regressão, formação reativa, isolamento, anulação retroativa, projeção, introjeção, retorno sobre a própria pessoa, inversão sobre o seu contrário, sublimação e etc; pulverização que pouco diz do modo defensivo que é particular a cada afecção, problemática que, de fato, inculcava Freud (Laplanche&Pontalis, 2001)

O modo de trabalho privilegiado por Ana Freud no campo das defesas é descritivo, não sendo possível vislumbrar ali uma etiologia das defesas e a suas respectivas relações com a castração. A maneira como Freud abordou outros mecanismos de defesa que não o recalque é, por sinal, um dos grandes imbróglis dentro da obra freudiana, não havendo uma constância no tocante a terminologia usada, tal como foi evidenciado algumas linhas acima. Tal fato traz uma série de dúvidas em seus leitores quando estes buscam compreender qual o modo de defesa é predominante em cada estrutura. O recalque é certamente o conceito melhor elaborado por Freud, mas, ainda assim, não é incomum a referência a tal mecanismo para além da neurose, presentificando-se também no domínio da psicose e da perversão. Contudo, no presente trabalho, como já fora explicitado, será focado os mecanismos de defesa nessas duas últimas estruturas.

4.8 *Verleugnung* em Freud

É em 1927 que Freud começa a usar o termo *Verleugnung* em um sentido mais restrito e específico. Neste período, o autor concebe o fetichismo e a “recusa” como um modo de defesa que consiste numa renegação (rejeição) por parte do sujeito de uma percepção traumatizante, qual seja, a da ausência do pênis na mulher. A partir desse ponto, Freud inicia uma descrição ordenada da *Verleugnung* em sua relação com a castração.

Devemos retomar três textos a fim de melhor apreendermos o conceito de *Verleugnung* em Freud: “O fetichismo” (1927), “Esboço de psicanálise” (1938) e “A divisão do ego no processo de defesa” (1938). No primeiro deles, Freud evidencia como o fetichista perpetua uma atitude infantil ao fazer coexistirem duas posições aparentemente inconciliáveis: a recusa e o reconhecimento da castração feminina. No entanto, Freud ainda apresenta tal fato de um modo ambíguo, relacionando-o ao recalque e à existência de uma formação de compromisso. Nos dois outros trabalhos, principalmente no “A divisão do ego nos processos de defesa” (1938), é que a “recusa” torna-se melhor elucidada. Neste, Freud lança mão de um caso clínico para evidenciar que é possível, a partir da ajuda de certos mecanismos, rejeitar a

realidade e recusar-se a aceitar qualquer proibição, e; por outro, reconhecer o perigo da realidade, assumir o medo desse perigo com um sintoma e, subsequentemente, tentar desfazer-se do medo. O autor aponta, contudo, que a manutenção simultânea de uma satisfação pulsional e um respeito apropriado pela realidade tem um preço: o surgimento de uma fenda no ego, uma divisão que nunca se cura, mas que só aumenta à medida que o tempo passa.

Percebemos, por meio desse delineamento progressivo da “recusa”, uma tentativa por parte de Freud de descrever um mecanismo originário de defesa perante a realidade externa, ou seja, uma recusa originária que seria o protótipo de outras recusas da realidade, tal como já havíamos exposto no tópico referente à “Perversão em Freud”. No texto de 1938, vislumbramos a *Verleugnung* como mecanismo básico do aparelho psíquico, ou seja, ela seria apenas uma das formas de renegação, não sendo possível vinculá-la, exclusivamente, à perversão. A *Verleugnung* seria mais primitiva que o recalque, sendo suplantada, ou não, por ele. Contudo, ela seria o mais plástico e abrangente dos processos defensivos se infiltrando também em outras estruturas.

A partir do que foi brevemente exposto, encontramos em Freud explicações concernentes ao uso da defesa privilegiada na perversão - a recusa - em outras estruturas. Contudo, tal retomada não é suficiente para entendermos o que foi tratado por Maleval como “defesas perversas na psicose”. Tal insuficiência se acentua à medida que Maleval deixa de falar de defesas perversas e passa a falar de “defesas sadomasoquistas” na psicose. Como pudemos observar, Freud, embora admita o aspecto originário da recusa, faz referência a *Verleugnung* como uma defesa essencialmente perversa, sendo-nos difícil compreender a concepção de defesas sadomasoquistas. Como entender tal suposição nos valendo unicamente de Freud? Ora, se o sadismo e o masoquismo, com o advento da segunda tópica, passam a ser concebidos como avatares da pulsão de morte, como é possível concebê-los como defesas que agem no sentido de preservar a integridade do ego? Por mais contraditório que pareça ser o atrelamento de defesa e sadomasoquismo, veremos logo adiante que é possível pinçar em Freud direcionamentos que lancem luz a essa enigmática asserção de Maleval.

4.9 Sadismo e masoquismo como defesas

Embora Freud tenha, amiúde, relacionado o sadomasoquismo ao domínio da perversão, ele não se restringe a tal estrutura. A relevância desta díade ultrapassa largamente o plano das perversões, uma vez que a atividade e a passividade que formam suas características fundamentais são constitutivas da vida sexual em geral.

Além disso, em Freud, percebemos usos distintos do termo “sadismo”. Se em um primeiro momento, no contexto dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), o sadismo se restringia à associação da sexualidade à violência dirigida a outrem, mais adiante encontramos referências menos rigorosas ao sadismo no qual ele se desvincula da sexualidade e passa a ser visto somente como o exercício da violência. Dessa maneira, não são incomuns utilizações terminológicas errôneas nas quais o sadismo e a agressividade tornam-se sinônimos. Por mais relevante que seja o cuidado no tocante a essa distinção, propomos deixar essa discussão de lado e buscar articular o sadismo ao campo pulsional, para assim evidenciar em que medida é possível situá-lo no campo das defesas.

Com o texto “Além do Princípio do Prazer” (1920), Freud empreende uma ruptura no seu pensamento e introduz um novo dualismo pulsional representado pela pulsão de vida e pela pulsão de morte. Esta última, embora tenha sido forjada de um modo essencialmente especulativo, adquire acentuada relevância no arcabouço teórico psicanalítico.

A pulsão de morte pode ser entendida como uma luta ativa e permanente para reencontrar um estado de paz conhecido anteriormente, um esforço obstinado para se livrar do que é vivido como perturbador. Embora Freud sublinhe o caráter silencioso de tal pulsão, ele não deixa de abordar a sua outra faceta, esta mais estrondosa e extraordinária: a destruição. O autor chega a elaborar a noção de pulsão de destruição para dizer de um derivado da pulsão de morte no qual esta passa a ser orientada para o exterior. Assim, a pulsão de morte se desvia do próprio indivíduo devido ao seu investimento libidinal narcísico e volta-se para o exterior por meio da musculatura. O indivíduo, portanto, destrói o outro para não se destruir, e é justamente nesse ponto que podemos vislumbrar o sadismo como uma defesa. Ao se voltar contra o outro, o ego dá vazão à pulsão de morte que o invade, preservando assim sua integridade egóica.

Conceber o masoquismo como defesa, por sua vez, não é algo tão simples, sendo necessária uma maior abstração teórica. Para tal empresa, recorreremos ao texto “Problema econômico do masoquismo” (1924), artigo no qual Freud fornece sua descrição mais completa a respeito do fenômeno.

No trabalho em questão, Freud distingue três formas de masoquismo: o erógeno, o feminino e o moral. O primeiro deles acompanharia a libido por todas as suas fases de

desenvolvimento, e dela deriva seus revestimentos psíquicos cambiantes. Como exemplo, podemos trazer o prazer originado do espancamento das nádegas na fase anal-sádica. O masoquismo feminino, por sua vez, era para Freud o mais acessível à observações e também o menos problemático. Nesta forma de masoquismo o sujeito se compraz com fantasias cujos conteúdos orbitam na temática da submissão, sendo frequentes imagens de amordaçamento, espancamentos, açoitamentos e outras situações nas quais o indivíduo é maltratado, sujado, aviltado e humilhado. Para Freud, tais fantasias poderiam ser interpretadas como o desejo por parte do masoquista de ser tratado como uma criança travessa. No masoquismo moral, por fim, haveria um afrouxamento com a sexualidade. Nesta modalidade o que está em jogo é o sofrimento, não importando os meios para alcançá-lo. O masoquismo moral põe em xeque o sentimento inconsciente de culpa que busca ser expiado das mais diversas maneiras. Ao observar a incongruência lingüística relativa à noção de “sentimento inconsciente de culpa”, Freud passa então a usar o termo “necessidade de punição”. O autor observa que “contrariamente a toda teoria e expectativa, uma neurose que desafiou todo esforço terapêutico pode desvanecer-se se o indivíduo se envolve na desgraça de um casamento infeliz, perde todo o seu dinheiro ou desenvolve uma doença perigosa.” (Freud, 1924, P. 207).

Embora não seja explicitado, o que parece estar em jogo no masoquismo feminino e no moral é fazer localizar uma culpa de raízes inconscientes (em Freud é notável as vinculações da culpa inconsciente com o conflito edípico) em uma punição. Ou seja, um sentimento de culpa que se expressa por meio de uma acentuada carga de ansiedade e angústia, trazendo grande desprazer ao ego, pode ser localizado e restringido por meio de uma punição. O que antes ficava dissipado e desintegrado, características sinalizadoras da invasão pulsional, passa a ser situado com a punição masoquística. Dessa maneira, podemos vislumbrar a punição de cunho masoquista agindo de modo a defender o ego da desintegração típica de Tânatos. Tanto o masoquismo feminino quanto o moral nos levam a concluir que neles existem um modo peculiar de defesa que retira da punição os meios para se defender da invasão da pulsão de morte.

Com as elaborações previamente articuladas respondemos, em parte, o que foi inicialmente proposto neste tópico: Como entender, a partir de Freud, a ideia de Jean Claude Maleval do uso de defesas perversas na psicose?

Vimos, em Freud, apontamentos que sugerem a possibilidade da defesa estrutural perversa se infiltrar em outras estruturas. Desse modo, já em Freud, observamos que não é descartada a possibilidade de um indivíduo, ainda que psicótico, se valer de processos simultâneos de

recusa e reconhecimento da realidade, tal como nos é evidenciado em “A divisão do ego nos processos de defesa” (1938).

Contudo, são necessários maiores avanços, trazendo à baila à questão do sadismo e masoquismo na psicose. Esta díade parece adquirir maior relevância ao longo do texto de Maleval, tornando secundárias as elaborações feitas aqui a respeito da Verleugnung.

No domínio da psicose, o mecanismo de defesa primordial é, como bem sabemos, a Verwerfung. Se estamos caminhando nas veredas da psicose, é preciso concebê-la (Verwerfung) como basilar para só depois vislumbrarmos a possibilidade de defesas secundárias. Antes de concluirmos a questão referente às defesas sadomasoquistas na psicose, façamos uma breve retomada da Verwerfung, também em Freud, uma vez que ainda não falamos dela, muito embora estarmos falando da psicose.

Embora Freud tenha se posicionado de um modo um tanto pessimista perante a psicose, são inegáveis os esforços por ele empreendidos na apreensão do fenômeno psicótico. Apesar de julgar os métodos psicanalíticos da época ineptos para o tratamento de psicóticos (para o pai da psicanálise o ego do psicótico não seria suficientemente integrado para manter uma aliança terapêutica e auxiliar na análise), Freud tentou compreender os modos de funcionamento dessa afecção, buscando estabelecer em que medida a psicose e a neurose se distinguem.

Seria impróprio conjecturar que esse pessimismo freudiano em relação à psicose enviesou de algum modo as suas elaborações acerca dos mecanismos de defesa nessa afecção? Tal questionamento se respalda na ausência de uma elaboração teórica consistente que abarcasse as especificidades defensivas da psicose. Tal ausência seria da ordem de uma dificuldade ou de uma recusa por parte de Freud em fazer avançar a teoria em veredas por ele consideradas áridas? De certo não saberemos as razões implicadas nesse ponto, restando-nos percorrer a obra freudiana para colher o que ali o que foi construindo, tendo em mente o legado deixado por Lacan que sempre nos apontou, pelo contrário, que não devemos recuar diante da psicose e que a psicanálise, a ela, muito pode oferecer.

Feita essa pequena digressão, retornemos à maneira como Freud abordou os mecanismos de defesa na psicose. Para isso, faz-se necessário invocar a utilização do termo Verwerfung na obra freudiana. Observamos que o referido termo é usado basicamente em três acepções em Freud: em um sentido frouxo de recusa bastante próximo à idéia de recalque; no sentido de uma rejeição sob a forma do juízo consciente de condenação (juízo de condenação); e, por fim, em um sentido que opõem a Verwerfung ao recalque, considerando a primeira um modo muito mais radical de recusa frente a uma representação insuportável. Esta última acepção nos

parece a mais interessante e é, de fato, a base para o desenvolvimento futuro do conceito lacaniano de “forclusão”.

Interessante é notar que a concepção mais frutífera de Freud em relação à *Verwerfung* se dê em um de seus textos iniciais, a saber, em “As neuropsicoses de defesa” (1894). Neste, o autor visa formular uma teoria acerca da gênese da histeria, das fobias, obsessões e de certas psicoses alucinatórias. Ao comparar histeria e psicose, Freud chega à seguinte conclusão:

Há, entretanto, uma espécie de defesa muito mais poderosa e bem-sucedida. Nela, o eu rejeita a representação incompatível juntamente com seu afeto e se comporta como se a representação jamais lhe tivesse ocorrido. Mas a partir do momento em que isso é conseguido, o sujeito fica numa psicose que só pode ser qualificada como “confusão alucinatória. (Freud, 1894, p. 64)

Anos mais tarde, em 1915, nas “Conferências introdutórias sobre psicanálise”, Freud retoma essa suposição ao duvidar que o recalque nas psicoses tenha algo em comum com o recalque nas neuroses de transferência.

Nos anos seguintes, evidenciam-se avanços a partir do desenvolvimento da teoria da libido, o que leva Freud a constatar que na psicose haveria um progressivo desligamento da libido dos objetos em direção ao eu. A ampla análise das “*Memórias de um doente dos nervos*” de Daniel P. Schreber (1911) permitiu a Freud alcançar importantes conclusões a respeito da psicose, principalmente no tocante ao papel desempenhado pelo delírio. Este deixa de ser da ordem do déficit e passa a ser concebido como um esforço rumo à cura: “o delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo” (Freud, 1923/1976, p. 192). No lugar da fenda entre o ego e o mundo externo, surgiria, portanto, uma amarração, um “remendo” que, ainda que de um modo rudimentar, conecta o doente ao mundo. Vale sublinhar ainda que, somado aos avanços referentes à problemática do delírio, encontramos a projeção como um dos mecanismos de defesa na paranóia, movimento que consistiria na rejeição de elementos internos para o exterior.

Desse modo, ainda que sejam observados aprimoramentos no que tange à compreensão da psicose, ainda assim, verifica-se um Freud claudicante quando o ponto é o mecanismo de defesa particular a ela.

Retomemos, enfim, a questão à qual nos dedicamos neste tópico. Quando Maleval diz “defesas perversas”, acreditamos que há nessa fala uma imprecisão. O autor, na verdade, não tem como intenção falar da *Verleugnung*, mas sim de modos defensivos que carregam um *colorido perverso*. Ou seja, quando Maleval fala “defesa perversa”, acreditamos que ele não

se refere à defesa fundamental da estrutura perversa, mas sim de modos de funcionamento que, em função de sua tonalidade “cruel” e “maligna”, passam a ser tratados como perversos. Ao concebermos que o sadismo e o masoquismo estão presentes em qualquer uma das três estruturas, podemos, enfim, vislumbrar maiores avanços. O que estaria verdadeiramente em jogo naquilo que Maleval denomina “defesas perversas” são certos modos defensivos secundários à *Verwerfung* que se valem do sadismo e do masoquismo.

Já vimos em Freud como sadismo e masoquismo podem atuar como defesas. Retomando: em relação ao primeiro, podemos dizer que o indivíduo, invadido pela pulsão de morte, destrói o outro para não se destruir, sendo que o sadismo pode ser um modo de fazê-lo; já o masoquismo pode ser um modo de defesa à medida que, por meio da punição, localiza o que antes estava dissipado e mantendo acentuado grau de desprazer. Contudo, se nos valermos apenas de Freud para elucidarmos a ideia de defesas sadomasoquistas na psicose iremos esbarrar, inevitavelmente, em uma insuficiência teórica. Com Freud, o sadismo pode ser lido como uma defesa frente à pulsão de morte e o masoquismo como uma defesa à ansiedade advinda do sentimento de culpa inconsciente. Mas, na psicose, o sadismo e o masoquismo, quando presentes, seriam usados como defesa a essas duas perturbações?

Vale sublinhar que, se Maleval aponta que o uso de defesas sadomasoquistas na psicose é um modo de estabilização; Freud, por sua vez, irá privilegiar o *delírio* como a maneira de conectar o sujeito psicótico ao mundo externo. Acreditamos que para avançar no sentido de lançar luz sobre o uso de defesas sadomasoquistas na psicose, devemos recorrer a um outro conceito bastante utilizado no texto de Maleval, a saber, a fantasia. Acreditamos que, ao retomá-lo, deixaremos mais claro como o sujeito psicótico, tal com o Sr.M ou como Jeffrey Dahmer, defendem-se de uma psicose mais evidente ou, como nos diz Maleval, do marasmo de uma psicose declarada.

4.10 A fantasia e a fantasia na psicose

Antes de adentrarmos propriamente na questão referente à fantasia na psicose, façamos uma retomada sucinta da fantasia em Freud, movimento que viemos estabelecendo ao longo deste capítulo. Sem dúvida, um dos textos mais importantes relativos à fantasia em Freud é o “Batem numa criança” (1905), já trabalhado previamente. Neste, observamos a fantasia de espancamento exibida por vários pacientes de Freud, fantasia que vinha invariavelmente atrelada a uma extração de prazer. Para o pai da psicanálise, portanto, uma das características fundamentais da fantasia seria o prazer autoerótico obtido pelo paciente por seu intermédio.

Alguns anos depois, em “Escritores criativos e devaneios”(1916), Freud traz uma nova elaboração a respeito da fantasia, estabelecendo um paralelo entre o fantasiar adulto e a brincadeira infantil. O autor nos revela que há uma grande proximidade entre o escritor criativo e a criança que brinca, discorrendo: “O escritor criativo faz o mesmo que a criança que brinca. Cria um mundo de fantasia que ele leva muito a sério, isto é, no qual investe uma grande quantidade de emoção, enquanto mantém uma separação nítida entre o mesmo e a realidade”(p. 150) Freud complementa dizendo que a fantasia é o próprio substituto do brincar na fase adulta, substituição que, em assonância com o que foi previamente dito, propicia-lhe uma razoável quota de satisfação. Nesse texto, também encontramos mais uma das características fundamentais da fantasia, qual seja, o pudor e vergonha que usualmente a acompanham. Freud revela então que há um núcleo na fantasia que torna essencial o seu ocultamento, uma vez que possui elementos imorais. Para o autor, “as forças motivadoras das fantasias são os desejos insatisfeitos, e toda fantasia é a realização de um desejo , uma correção da realidade insatisfatória”(p. 152). À época, Freud ainda acreditava haver uma diferença fundamental entre as fantasias femininas e masculinas: as primeiras floresceriam diante da insatisfação erótica, enquanto a segunda seria engendrada pela insatisfação de desejos egoístas e ambiciosos.

Também em 1916, Freud consegue circunscrever aquilo que ele denomina de três tempos da fantasia:

A relação entre a fantasia e o tempo é, em geral, muito importante. É como se ela flutuasse entre três tempos – os três momentos abrangidos por nossa ideiação. O trabalho mental vincula-se a uma impressão atual, a alguma ocasião motivadora no presente que foi capaz de despertar um dos desejos principais do desejo. Dali, retrocede à lembrança de uma experiência anterior (geralmente na infância) na qual esse desejo foi realizado, criando uma situação referente ao futuro que representa a realização do desejo. O que se cria então é um devaneio ou fantasia, que encerra traços de sua origem a partir da ocasião que o provocou e a partir da lembrança. Dessa forma o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une. (p. 153)

A fantasia, portanto, teria a característica de reconquistar os tempos felizes da infância, havendo uma indissociável relação entre extração de prazer por meio dela em Freud. A partir desse breve recorte em Freud (é preciso que o leitor retome o que já foi escrito a respeito do texto “Batem numa criança” (1919)) podemos pensar em algumas características fundamentais da fantasia em sua obra:

- Há a fixação do sujeito em uma cena na qual é tomado como objeto de satisfação de outra pessoa. Tal cena se constitui na infância e possui uma gramática, ou melhor, nela há uma dinâmica na qual podemos conjugá-la em uma voz ativa, passiva e reflexiva.
- Há uma repetição e monotonia no universo fantasmático.
- A fantasia é o substituto do brincar no universo adulto.
- A fantasia traz prazer.
- A fantasia é a substituição de um desejo reprimido, desejo que pode possuir um cunho sexual e imoral.
- Em função de seu conteúdo imoral, a fantasia é dificilmente partilhada, sendo acessada muitas vezes por meio do trabalho analítico.
- A fantasia conecta o indivíduo com os seus desejos infantis.

Feito esse breve recorte em Freud relativo à fantasia, passemos agora às contribuições advindas da teoria lacaniana. Lacan, em seu seminário intitulado “A Lógica do fantasma” (1966-1967), considerava a fantasia indissociável do domínio da lógica, fundando um matema para marcar esse entrelaçamento:

$$\$ \diamond a$$

Este que é considerado o matema da fantasia nos revela que há um objeto ao lado direito do esquema que possui um caráter lógico, pois só adquire um valor em uma relação. Aqui, o objeto está situado no campo do Outro como aquilo que lhe falta. Já o articulador lógico punção(\diamond) tem o objetivo de demarcar a relação entre o sujeito $\$$ e o objeto de uma forma flexível, impedindo uma confusão entre ambos. O matema em questão marcaria a possibilidade de escrever tanto “o sujeito e o objeto” quanto “ou sujeito ou o objeto”. Essa díade ocorreria, pois o sujeito, para se garantir, precisa se oferecer como objeto para atender a demanda do Outro e, supostamente, saldar a sua dívida com ele. No entanto, é necessário que

ele não quite por completo essa dívida, sob o risco de desaparecer enquanto sujeito, ficando restrito a um prolongamento narcísico do Outro. É isso que o matema acima demarca, uma vez que assegura ao sujeito ser e não ser o objeto, concomitantemente. Haveria, portanto, uma reversibilidade na fantasia, pois esta realiza sem realizar o desejo. Desse modo, o sujeito realiza, sem realizar, a sua entrega ao Outro como objeto (Carreira, 2009).

O seminário relativo à “Lógica do fantasma” (1966-1967) é bastante complexo, não sendo possível, tampouco necessário, esmiuçá-lo em toda a sua extensão. Julgamos necessário, entretanto, demarcar e explicar o contexto do aparecimento do matema da fantasia, uma vez que o mesmo é fundamental na compreensão da fantasia em uma perspectiva lacaniana. Voltemos, portanto, ao texto de Maleval e suas articulações com a fantasia.

Para alguns leitores, a ideia de Maleval acerca da presença de uma fantasia na psicose pode parecer estranha. Não raro, ouvimos que não há fantasia na psicose, que essa manifestação seria exclusiva aos neuróticos e aos perversos. Na obra freudiana podemos ver com clareza essa divisão que assinala a descrença na existência da fantasia na psicose: nela, a fantasia estaria para neurose assim como o delírio estaria para psicose.

Contudo, tal asserção não é verdadeira; Lacan, por exemplo, não chega a dizê-la. O autor faz menção à fantasia na psicose no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível na psicose” (Lacan, 1998, p. 566) e também no seminário sobre as psicoses (Lacan, 1985, p. 76). Também no texto “Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein”, Lacan (1966-1967/2003), ainda que critique a grosseria daqueles que leem um texto literário como se fosse uma formação do inconsciente, nos insinua, por meio da leitura do texto de Duras, que Lol, uma personagem psicótica, apresentava uma fantasia que é a própria essência do livro.

Ainda que alguns psicanalistas se mostrem receosos em falar da existência de fantasias na psicose, é inegável a presença de uma riqueza inventiva imaginária na psicose, não sendo incomuns ouvirmos relatos de pacientes bastante fartos em devaneios assaz elaborados. No entanto, tais construções não possuem o mesmo estatuto que a fantasia neurótica e perversa, uma vez que não há por meio delas uma negativização do gozo, pois nelas carecem a presença de uma fantasia fundamental, tal como será explicitado mais adiante.

De um modo geral, a partir dos pressupostos lacanianos, a fantasia pode ser concebida como uma máquina que transforma gozo em desejo, ou seja, como um instrumento que converte desprazer em prazer. A fantasia é uma matriz simbólico-imaginária que permite um modo singular de relação com o real: ela admite tanto uma aproximação quanto um evitamento daquele.

É Jacques-Allain Miller quem delinea essas duas vertentes ao admitir duas funções da fantasia: a de tela (*écran*) e a de janela (*fenêtre*). Como *écran*, a fantasia esconde o real, se interpõe a ele, constitui-se como uma barreira. Já como *fenêtre*, a fantasia permite um contato maior com o real, uma vez que pressupõe uma abertura para ele (Miller, 2011).

Não seria inapropriado pensar que em psicóticos a fantasia surgiria mais em sua função de *fenêtre*, uma vez que haveria maiores irrupções do real em sua experiência subjetiva. Caso retomemos o universo fantasmático do Sr. M, iremos entrever um não esvaziamento de gozo, diferentemente do que se é esperado com o recurso da fantasia, bem como fantasias precárias (fantasias que adviam até mesmo de pesquisas em livros da época da inquisição) que, ao invés de nortear o sujeito, o tomavam e o lançavam à posição de objeto. As mutilações, as sevícias e as humilhações eram repetidas de tal modo que levavam o paciente ao limite da vida, sugerindo uma tentativa de auto-aniquilamento. Esse empuxo à morte não se faz tão presente em sujeitos perversos, uma vez que a cena perversa é meticulosamente construída, devendo se encaixar em critérios previamente estabelecidos dentre os quais a autodestruição costuma passar ao largo. Lacan chega a dizer que, diferentemente da psicose na qual o indivíduo não raro se lança a morte, o perverso, “na hora H”, sempre se “encolhe” (Maleval, 1995/2010, p. 25). Tal fato pode ser atribuído à fantasia, esta atuando como uma barreira ao real na perversão, como veremos a seguir. Na psicose, contrariamente, esse obstáculo ao real não se interpõe, o que assinala o vacilamento do universo fantasmático.

4.11 A fantasia na perversão

Há quase uma indissociabilidade no bojo teórico psicanalítico entre os termos fantasia e perversão, sendo interessante notar como o primeiro é amiúde retomado quando o objetivo é problematizar a perversão. Tal fato se ancora em um dos mais relevantes ensaios psicanalíticos, a saber, os “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade” (1905). Neste trabalho, Freud amplia a problemática sexual, demonstrando que a satisfação sexual não se restringe ao ato sexual. Nesta expansão do domínio da sexualidade, a perversão ganha corpo à medida que é o ilustrativo disso, ou seja, ela demonstra como o ser humano é capaz de obter gratificação sexual das mais variadas maneiras, desviando-se da cópula como o apanágio dessa forma de satisfação.

Miller, em “Fundamentos de La perversión” (2001), compara a perversão a uma sociedade secreta na qual a verdade sobre o gozo é a senha que garante a admissão do sócio. O perverso seria aquele que é capaz de revelar a verdade do gozo ao não perverso, muitas vezes sofrendo por deter esse conhecimento e não poder compartilhá-lo.

A fixação no pólo pulsional, ou melhor, no pólo do gozo, é que agencia toda a fantasmagoria perversa. Como nos mostra Lacan, a fantasia pode se articular ao já referido matema: $\$ \diamond a$ (Lacan, 1998, p. 785). Como já pudemos evidenciar, o que tal fórmula demonstra é que a fantasia é a articulação entre o inconsciente e a pulsão. De um lado, o pólo inconsciente, e, do outro, o objeto a , o pólo pulsional. No primeiro, temos o sujeito barrado pela linguagem, pelo significante; no segundo, o objeto a que se articula à inscrição do gozo. A fantasia perversa parece nos indicar uma fixação no pólo representado pelo objeto a , o que o lança o perverso a um mundo fantasmático no qual o quê se busca é a completude de gozo, ou seja, ele almeja resgatar a completude perdida pela via do gozo.

No já citado seminário referente à *Lógica do fantasma* (1967), Lacan faz uma nova interpretação do texto freudiano “Bate-se numa criança”, de 1919. Para o autor francês, Freud dá um rumo original ao problema representado pela perversão ao encará-la como uma fantasia. Para Lacan, a distinção entre perversão e neurose não se ancora no fantasma em si, mas na maneira do sujeito se posicionar diante da estrutura do fantasma, em outras palavras, na maneira de negá-lo. Enquanto o neurótico se sustentaria sozinho diante do Outro, o perverso se situaria em duas posições – de sujeito e de objeto –, ou seja, como agente duplo, tornando-se, desse modo, instrumento de gozo. O perverso, portanto, possui um saber sobre a sua fantasia, abraçando o gozo a ela subjacente, tornando-se instrumento do gozo do Outro. (Queiroz, 2004).

O perverso, desta feita, é aquele que abraça o gozo e que tem um domínio singular de seu universo fantasmático. Enquanto que na neurose há um profundo silêncio a respeito das fantasias que nela habitam (diferentemente dos sintomas que se revelam com muita facilidade), na perversão há uma superexposição das fantasias, sendo estas mostradas, faladas, encenadas e atuadas.

No caso trabalhado por Maleval, parece haver essa exposição exacerbada do mundo fantasmático, da atuação dos elementos que o integram, e também do fato de o paciente colocar-se como instrumento de gozo do Outro. O Sr. M se deleitava ao relatar os abusos e torturas por ele sofridos, jamais desperdiçando a chance de exhibir o seu corpo marcado e mutilado para quem insinuasse desejar vê-lo. Contudo, os elementos que orbitavam esse modo de atuação perversa, não se configuravam de fato como uma fantasia fundamental que

propiciasse estabilidade ao sujeito, mas sim como uma montagem, uma maneira de fazer que pretendia dar conta da angústia advinda do desejo do Outro⁴¹.

4.12 Fantasia fundamental como aquilo que falta na psicose

A fantasia fundamental se distingue daquilo que podemos chamar de “selva das fantasias”, termo usado por Lacan para designar a profusão de cenas, personagens e situações imaginárias rotineiramente evocadas por nós.

A fantasia fundamental designa uma constância na relação entre o sujeito do inconsciente e o objeto de gozo. A fantasia fundamental surge como uma espécie de bússula que orienta o sujeito, como um motor da realidade psíquica que lhe permite um esvaziamento de gozo e uma conseqüente orientação em relação ao desejo. A fantasia fundamental seria o resultado de um trabalho de decantação que só é realizável no processo de análise. Tal trabalho propiciaria uma aproximação a um núcleo basal no qual se fazem presentes fórmulas cuja simplicidade é semelhante às que Freud oferece em “Bate-se numa criança” (1919). Haveria um arranjo na fantasia que possibilitaria alcançar uma frase que, em lógica, é chamada de axioma, ou seja, uma proposição tão evidente que não precisaria ser demonstrada. Na travessia da fantasia, mais que localizar essa fantasia fundamental, estaria em jogo mudar a relação do sujeito com essa significação axiomática absoluta, tornando-o menos suscetível aos seus imperativos. Ainda que imperiosa, a fantasia fundamental garante uma localização ao sujeito, protegendo-o dos efeitos desagregadores do real.

No caso trabalhado por Maleval, o que está em jogo não é uma fantasia fundamental propriamente dita; nele entrevemos um modo peculiar de defesa na psicose que se vale do sadismo e do masoquismo. Ou seja, não se trata de uma fantasia fundamental *per se*, mas de fantasias de cunho perverso que visam amenizar a angústia que emerge frente ao desejo do Outro. Os fantasmas perversos são apenas uma montagem precária ao redor da qual a estrutura do sujeito não se organiza: “Que falte la estabilidad de un fantasma fundamental marca de nuevo la estructura psicótica” (Maleval, 2010, p. 27)

⁴¹ No *Seminário X* (1962-1963), Lacan evidencia como a angústia surge como um sinal do desejo do Outro em sua vertente real. Uma das acepções da fantasia a situa como uma interpretação frente ao desejo do Outro. A fantasia, desse modo, entraria como uma maneira de situar o sujeito, de protegê-lo em relação ao real do desejo do Outro. Na psicose, não há, portanto, uma fantasia que dê conta de recobrir satisfatoriamente o real que emerge frente ao desejo do Outro, o que repercute nas manifestações de angústia. É importante sublinhar que na psicose o que está em jogo é o gozo do Outro, e não o desejo do Outro. (Lustoza, 2006)

Como é possível observar, uma maior elucidação da trama fantasmática pode ser bastante profícua clinicamente, norteando-nos na construção de diagnósticos. Contudo, ainda permanece pouco claro como a fantasia na psicose pode se articular à ideia de Maleval acerca das defesas perversas na psicose. Seria a fantasia na psicose, com todo o arranjo que lhe é próprio, um modo de defesa perversa na psicose? Essa pergunta se delineia como fundamental em nosso trabalho e, para respondê-la, recorreremos novamente a um trabalho de Jean Claude Maleval, intitulado “Sobre a fantasia na psicose: de sua carência e seus substitutos” (2010).

4.13 Face à carência da fantasia fundamental, as “imagens indeléveis” como substitutos fantasmáticos na psicose

No texto citado acima, Maleval discorre acerca das inúmeras possibilidades usadas pelo indivíduo psicótico para compensar a falta da fantasia fundamental. No entanto, uma dessas compensações nos parece especialmente interessante, uma vez que se relaciona ao caso do Sr. M e também ao que é comumente associado à psicopatia. Trata-se de um elemento específico da clínica na psicose chamado por Maleval de “imagens indeléveis”. Antes de adentrarmos propriamente na modalidade das imagens indeléveis, ou seja, em um dos substitutos da fantasia fundamental na psicose, é importante dizer que Maleval sublinha que a clínica das compensações da fantasia fundamental na psicose é bastante variada e pouco estudada.

É imprescindível salientar que a clínica das compensações, tal como nomeia Maleval, é uma clínica centrada na questão da defesa. O autor busca demonstrar que as imagens indeléveis, tal como será explicitado, fazem as vezes de um delírio, muito embora não o sejam. Elas atuam como tal no sentido que conferem certa estabilidade ao indivíduo, ainda que tal estabilidade seja marcada pela precariedade. Dessa maneira, já podemos responder uma indagação previamente colocada acima, qual seja, a de que a fantasia na psicose, ainda que com sua particularidade, serve sim de defesa contra o Outro gozador. Mais adiante, buscaremos demonstrar como a fantasia na psicose, em sua vertente sádica, busca mediar a relação com o Outro invasivo, mesmo que tal mediação possa se servir da perversidade violenta.

Em relação à imagem indelével, Maleval retoma cinco casos nos quais há a pregnância de uma imagem específica que parece fazer as vezes de uma fantasia fundamental. Maleval afirma que a clínica das imagens indeléveis suscita muitas discussões e divergências, sendo

necessária uma grande delicadeza do psicanalista para localizar a existência de tais imagens, bem como de compreender a sua importância na dinâmica psíquica do paciente. O autor nos mostra que tal clínica, não raro, suscita profundas dúvidas diagnósticas, não sendo incomum o foco no diagnóstico perverso e também no referente à psicopatia. Além disso, Maleval procura demonstrar como essas imagens propiciam uma estabilização tal que situam o sujeito no domínio das psicoses silenciosas, ou seja, elas são capazes de fixar o gozo de modo a velar ou barrar a exuberância de uma psicose evidente, ou seja, de uma psicose rica em delírios, alucinações e em outros fenômenos elementares. Jeffrey Dahmer, tal como será explicitado no anexo, surge como um exemplo mais ilustrativo do que o Sr.M nesse sentido, uma vez que o seu mundo fantasmático parecia escamotear com muito mais refinamento uma estrutura psicótica do que a do Sr.M. Desse modo, entremos propriamente na questão relativa às imagens indeléveis e o seu papel de defesa na psicose.

Embora Maleval retome cinco casos, delineando a presença de cinco imagens indeléveis, achamos mais profícuo nos concentrarmos em uma delas, uma vez que o sujeito que a manifestou foi considerado por muitos como um psicopata. Trata-se de Gerard Von Schaefer (1946-1995), um assassino em série americano que embora tenha sido condenado por apenas dois assassinatos, é suspeito de matar aproximadamente 30 jovens mulheres. Ainda que Schaefer tenha apelado na maioria das acusações a ele dirigidas, ele geralmente se entregava em testemunhos privados com seus advogados, bem com em diários escritos por ele.

Schaefer nasceu no estado da Flórida e foi preso em 1973. Há relatos de que na sua adolescência, ele tenha desenvolvido uma obsessão em observar mulheres e em roubar as suas peças íntimas, principalmente as suas calcinhas. Após sua prisão, Schaefer admitiu que se comprazia em se vestir como mulher, assumindo um estilo de vida no qual o travestismo possuía grande relevância.

Em uma autobiografia um tanto romanceada na qual Schaefer fala de sua vida e de seus crimes, há o relato de uma cena que, para Maleval, possui o estatuto de uma cena indelével, ou seja, ela possui a característica de ser decisiva no modo de gozo do sujeito. Este se fixa em sua configuração e confere certo enquadramento ao seu gozo, permitindo um estofo, ainda que precário, à sua construção fantasmática. Todas as imagens indeléveis possuem alguns pontos em comum, sendo a conotação sexual um dos elementos mais relevantes de tais configurações. Em todas as imagens indeléveis analisadas por Maleval, há sempre algo do corpo que a princípio aparece velado e que, posteriormente, acaba se revelando: seja a nudez, o sexo, ou a morte. Há sempre uma degradação do corpo nessas imagens, principalmente no modo como o sujeito age orientado por elas. Ainda que tais imagens busquem conferir certa

estabilidade para o sujeito, permitindo-lhe um enquadramento apaziguador de seu gozo, elas são ineficientes em mascarar a sua condição de dejetivo. Além disso, o enquadramento possibilitado por tais imagens inevitavelmente conduzem o indivíduo à uma exclusão social, uma vez que suas existências são bussoladas por modos de agir que invariavelmente assumem características cruas e obscenas.

No caso de Schaefer, a cena indelével que atua como substituto fantasmático é a seguinte:

Virando páginas, deparei-me com Ella Watson, lá, na frente, pendurada no galho de um velho carvalho. A legenda da fotografia dizia que Miss Watson era uma puta e que tinha sido executada por seus crimes. Eu me perguntava de que tipo de crime podia se tratar. Ela me observava colada no papel, com os olhos bem abertos, esticando a língua, tinha sido fotografada enquanto agitava as pernas o que permitia ver tudo ou quase tudo, até o lugar que vocês conhecem. Era explícito, muito sexy, e esse espetáculo fez com que meu pau endurecesse. Comprei a revista trouxe-a para casa e, nessa noite, deitado na minha cama, soube da história de Cattle Kate (Schaefer, 1992, p. 23)

Ella Watson, também conhecida como Cattle Kate (1861-1889), foi uma pioneira americana que viveu no estado americano de Wyoming. Watson assumiu o codinome de Cattle Kate, após assumir as vestes de uma fora-da-lei, roubando o gado de grandes e poderosos fazendeiros estadunidenses. Cattle Kate tornou-se uma espécie de lenda no velho oeste americano pelo fato de ser uma mulher que buscou desafiar os homens poderosos de seu tempo. Embora Kate nunca tenha agido de modo violento, bem como nunca tenha sido presa pelos seus roubos, ela acabou sendo linchada até a morte pelos fazendeiros que ela roubava. A notícia de seu linchamento foi amplamente disseminada com o intuito de demonstrar a todos os habitantes daquela região a não se oporem e a não agirem contra os interesses dos grandes donos de gado.

Schaefer relata que, após ver a fotografia de Kate, tal como ela foi descrita acima, ele passa a obrigar todas as mulheres que assassinou a posar como ela e também a responder pelo seu nome. O homicida denominava as mulheres que matava de “minhas Kates”, fato que sinaliza a relevância da imagem indelével no modo como gozava e se posicionava diante do Outro.

Maleval, a fim de demonstrar que a questão referente às imagens indeléveis configura-se como uma espécie de assinatura em alguns casos de psicose, as diferenças das lembranças encobridoras nas neuroses e também da fantasia perversa. A questão relativa à distinção entre fantasia perversa e a fantasia na psicose em sua modalidade de imagem indelével nos parece de suma relevância. Compreender a posição assumida pelo sujeito na dinâmica fantasmática é essencial para se efetuar um diagnóstico, e para conduzir um tratamento. Voltemos ao caso Schaeffer para exemplificar e lançar luz sobre essa questão.

Após ficar dezesseis anos encarcerado em um presídio na Califórnia, Schaefer publica um livro intitulado *Diário de um assassino* (é em tal obra que consta o relato da imagem indelével exposta algumas linhas acima). No livro, o homicida se define de modo bastante pejorativo, chegando a dizer que é como “um imbecil recalcitrante.... mais louco que um rato de latrina”. Curioso é observar que os mesmos atributos que ele dirigia a si, não raro se assemelhavam aos dirigidos às suas vítimas. Schaefer as chamavam de “desesperadoras, nojentas, fedorentas”, apresentando-as, amiúde, como dejetos.

Maleval, após assinalar a similitude com a qual Schaefer falava de si e de suas vítimas, faz um apontamento que nos parece de grande valia. O autor defende que um sádico como Schaefer que, aparentemente gozava de sua onipotência diante de suas vítimas indefesas, assim como de sacrificar o outro e em vê-lo reduzido a um dejetos, estava, de fato, em uma relação especular invertida. Schaefer, um indivíduo psicótico identificado à posição de objeto, posição que só se acentua após se ver submetido à onipotência penitenciária, faz do outro aquilo que ele é. O objeto é, de fato, ele próprio. O fato de buscar objetualizar as suas vítimas apenas revela que ele está identificado com as mesmas enquanto dejetos. O sadismo em alguns psicóticos seria, portanto, uma espécie de engodo masoquista. Embora o psicótico encarne um Outro gozador e onipotente, ele não o é. Ele assume essa veste, mas, tal como a sua vítima, é apenas um objeto frente ao Outro que lhe invade e que goza dele. Cada movimento que buscava efetuar para humilhar as suas vítimas se associavam ao modo como se sentia frente ao gozo do Outro, ou seja, incapaz e sem recursos para mediá-lo. Cada Kate que humilhava, estuprava e matava, era, de fato, mulheres que nas quais ele via a si próprio, especularmente.

Ou seja, no sadismo exibido por alguns psicóticos, entrevemos a colocação em ato de uma inversão especular: quem é o objeto masoquista é o sádico. Ainda que este busque encarnar o Outro onipotente, ele continua inapto em se des-objetualizar à medida que sua carência fantasmática e seus substitutos (as imagens indeléveis) não são suficientes para regular o gozo do Outro. Nesse ponto, é interessante lembrar que Freud nunca tratou o masoquismo e o sadismo isoladamente, tratando-os invariavelmente em relação ao par que conjugavam.

Acreditamos que o psicopata pode, em muitos casos, exibir tal dinâmica. Ou seja, ainda que seja considerado um psicopata, na verdade ele manifesta um modo de funcionamento particular à psicose. Schaefer é um grande ilustrativo disso à medida que os seus assassinatos em série o levaram a ser considerado um portador do transtorno de Personalidade Antissocial.

Os dois textos aqui resgatados de Maleval nos fornecem, portanto, novos subsídios para compreendermos a questão da psicopatia, deslocando-a do lugar comum e técnico que se estabeleceu social e historicamente em torno dela, em detrimento de uma prática clínica e

acurada do sujeito. O Sr.M é exemplar em nos mostrar como uma fenomenologia perversa pode escamotear uma estrutura psicótica e o texto referente à fantasia na psicose serve como um recurso teórico que em grande medida clareia o caso do Sr.M. Em “ Sobre a fantasia na psicose: de sua carência e seus substitutos” (2010), Maleval lança mão da questão referente às imagens indeléveis, mostrando-nos a sua claudicância. Ele nos revela que, por intermédio delas, muitas vezes o psicótico se coloca em uma posição de outro gozador, posição que é apenas engodo, pois não é capaz de tirá-lo de sua posição de objeto frente ao Outro gozador. Tal dinâmica, portanto, pode ser facilmente interpretada como uma psicopatia, sendo essencial, portanto, a averiguação do universo fantasmático do sujeito.

A título de conclusão, insta salientar que, mais uma vez, Maleval sublinha que o uso de substitutos fantasmáticos na psicose, como as imagens indeléveis, não se constituem necessariamente como suplências, uma vez que são deveras frágeis. Tais substitutos, entretanto, podem vir a se tornar suplências, principalmente se o sujeito que os exhibe entrar em um processo analítico.

Com o intuito de resumir o que foi articulado, podemos condensar as articulações realizadas neste capítulo nos seguintes tópicos:

- a psicopatia homicida pode ser compreendida como um modo particular de gozo na psicose no qual o sujeito encarna a posição de Outro gozador apenas para velar a identificação com sua vítima/objeto. O sadismo seria um engodo, uma inversão na relação especular. O sádico psicótico que comumente é confundido com o psicopata trata a sua vítima tal como ele se percebe invadido e objetalizado pelo Outro que dele goza;
- no caso do Sr. M e também no caso de Schaefer não se trata de suplências, à medida que encontram estabilizações frágeis por meio de substitutos fantasmáticos (imagens indeléveis);
- as imagens indeléveis são compensações fantasmáticas que, ainda que frágeis, fazem as vezes de defesas na psicose;
- as imagens indeléveis, diferentemente da fantasia fundamental, não trazem prazer ao sujeito, como na neurose. Tal fato ocorre, pois não é incomum que elas não sejam capazes de mediar satisfatoriamente a relação do sujeito com o real, deixando-o mais propenso às suas invasões. Desse modo, não é raro que elas tenham uma matiz obscura e obscena, tal como observamos no caso do Sr. M e no caso de Schaefer;
- o caso do serial killer americano, Jeffrey Dahmer, que será explorado no anexo, é bastante ilustrativo da dinâmica fantasmática psicótica com um matiz sádico.

5 CONCLUSÃO

Ainda que nos tenha sido possível observar que há muitos elementos sob o véu da psicopatia, não podemos encarar o nosso trabalho como conclusivo. O uso das reticências no título desta dissertação foi proposto com o intuito não só de marcar que há um sem número de elementos que se encontram escondidos sob o véu representado pelo termo “psicopatia”, mas também para demarcar a existência de uma continuidade, de uma possibilidade de extensão. Muito ainda poderia ter sido desenvolvido, mas não o foi. Encontramo-nos, portanto, em uma impossibilidade de encerramento, uma vez que a psicopatia é um problema de pesquisa multifacetado e extremamente complexo. Não nos é possível esgotar uma problemática que se infiltra em searas tão diversas, como na psiquiatria, no Direito, na psicologia, na psicanálise e também no discurso leigo.

Ainda que nos seja claro que é impossível trazer à baila todas as referidas searas, tentando situar a contribuição de cada uma delas, buscamos nos centrar naqueles elementos que delineamos como os mais fundamentais. Chegar a um ponto de conclusão após um trajeto tão longo, certamente não é uma empreitada fácil. Muito já dissemos, mas, nessa profusão de referências bibliográficas, nesse sem número de retomadas, articulações e construções, ainda assim é possível enxugar todos esses aspectos e encontrar um extrato, ou seja, o cerne de toda nossa discussão.

Acreditamos que podemos pensar o nosso trabalho como um exercício de retomada, desconstrução, construção e apontamentos. A partir de retomadas teóricas, pudemos desconstruir a naturalização existente entre o psicopata e o domínio da criminalidade e monstrosidade. Em paralelo aos escombros deixados por esse processo desconstrutivo, talhamos uma trilha que nos levou àqueles que consideramos os principais subsídios teóricos psicanalíticos para a elucidação do tema em questão. Ao abraçarmos tais aportes, encontramos, entre eles, elementos novos, que, quando articulados, puderam nos auxiliar enormemente na compreensão da psicopatia. Conceber esta não apenas como um somatório de sintomas, ou como uma manifestação exclusiva da perversão, pareceu-nos um movimento necessário. Compreender que muitos casos de psicopatia apresentam a assinatura da psicose surge como uma hipótese relevante, uma vez que nos garante uma possibilidade de atuação clínica. Se a psicopatia continuar a ser vista como um impasse intransponível, um imbróglio clínico marcado por um pessimismo radical, continuaremos a concebê-la de um modo estigmatizante.

A monstruosidade da psicopatia surge quando há um ponto de não saber tão profundo em relação a ela, que só nos resta lançar mão de tal sorte de denominação, carregada de mistério. Não há nada que possamos fazer diante do monstro: ele só faz nos amedrontar e nos defrontar com a sua natureza aberrante. No entanto, se formos capazes de observar que o monstro nada mais é que uma construção, teremos mais recursos para lidar com ele. Não somos ingênuos ao ponto de dizer que não há monstruosidades nos atos psicopáticos, estes podem ser sim de uma violência atroz. Contudo, não podemos nos prender e nos limitar diante dessa manifestação. Não há nada de profícuo em encarar o psicopata como um monstro, isso só nos leva a uma paralisação, a uma dificuldade de caminhar em termos teóricos e clínicos.

Ainda que critiquemos a indissociabilidade entre psicopatia e o domínio da monstruosidade, observamos nesse atrelamento um movimento que parece ser imprescindível ao funcionamento civilizatório. Temos sempre que criar os nossos monstros para segregá-los e culpá-los de todos os males que nos cercam. Esse movimento, essencialmente projetivo, tem a função de nos acalmar, de nos eximir do mal e da monstruosidade que habita em todos nós. É claro que muitos de nós encontramos modos de frear a besta que nos habita, muitos de nós encontramos recursos para silenciá-la, para fazer com que ela não mostre a sua ferocidade. Contudo, ela está sim dentro de nós. Não há, portanto, um abismo tão acentuado entre “eles” e “nós”.

Aceitar que o psicopata-monstro é uma construção para nos fazer crer que somos seres dóceis é um primeiro passo para desconstruir um estigma que só empobrece a compreensão da psicopatia. Apreender o psicopata como um sujeito cuja dinâmica defensiva e fantasmática é marcada por particularidades, certamente é um trabalho que exige sutileza. Mais do que isso, não raro, é um trabalho que exige estômago forte, resistência para se deparar com a quintessência do horror, como pudemos observar no caso Jeffrey Dahmer, presente no anexo desta dissertação. Contudo, por que não fazê-lo? Por que retroceder diante do mal-estar que casos semelhantes nos causam? Certamente, tal atitude se atrela ao limite de cada profissional. Por mais incômodo que um psicopata homicida possa nos causar, por mais terrificante que seja a sua história e atuação criminosa, temos o dever ético de não encará-lo como um monstro e abandoná-lo no seu cárcere. Não dizemos que um psicopata homicida não deva sofrer as devidas consequências punitivas, muito pelo contrário. É inegável que muitos psicopatas devem sim ser presos e responsabilizados pelos seus crimes, mas não só isso...Acreditamos que devemos dar um passo além. Precisamos, de algum modo, desestabilizar uma sequência que normalmente se estabelece. Diante de um ato supostamente psicopático, observamos, amiúde, o seguinte movimento: 1- existe um ato monstruoso

perpetrado por um monstro. 2- De que monstro falamos? 3- Trata-se de um psicopata. 4- O que fazer com ele? 5- Pouco - resta-nos encarcerá-lo, e fazer de tudo para que ele não volte a estabelecer qualquer contato conosco, as pessoas de bem.

Tal movimento, indubitavelmente, acalma os ânimos daqueles que acreditam na luta do bem contra o mal, contudo, julgamos que os profissionais que terão de lidar com a besta encarcerada sejam menos rígidos e previsíveis. Longe de vitimizar o psicopata homicida, buscamos apenas que ele seja visto como um sujeito de singularidades que tem mais a mostrar do que o seu ato. Nessa via, nada mais adequado do que retomarmos a ideia de que se a psicanálise irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso. Mais do que isso, a psicanálise, ao abrir as vias para se alcançar a singularidade do criminoso, possibilita a ele se responsabilizar pelos seus atos. Ao primar pelo sujeito e pelo o que ele possui de mais singular, a psicanálise não abre mão da responsabilização do criminoso pelo seu ato. Por mais insano e bárbaro que este seja, o seu autor é, ainda assim, inexoravelmente responsável por ele. Nesse sentido, ainda que responsável pelo seu ato, o psicopata não é tão somente ele. Se o leitor foi capaz de compreender isso, já nos damos por satisfeitos.

REFERÊNCIAS⁴²

- Alonso-Fernandez, F. (1979). Las personalidades psicopaticas. In F. Alonso-Fernandez, *Fundamentos de la psiquiatria actual* (4a ed., Tomo II, pp. 75-106). Madrid: Editorial Paz Montalvo.
- Alvarenga, M. A. S. (2006). *Estudo das diferenças individuais da psicopatia, por meio da escala Hare (PCL-R) no sistema carcerário mineiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- American Psychiatric Association. (1952). *DSM- I*. Washington, DC. Recuperado em 15 de junho de 2011, de: <http://dsm.psychiatryonline.org/data/PDFS/dsm-i.pdf>.
- American Psychiatric Association. (1968). *DSM-II*. Washington, DC. Recuperado em 15 de junho de 2011, de: <http://dsm.psychiatryonline.org/data/PDFS/dsm-ii.pdf>.
- American Psychiatric Association. (1980). *DSM-III*. Washington, DC. Recuperado em 15 de junho de 2011, de: <http://dsm.psychiatryonline.org/data/PDFS/dsm-iii-r.pdf>.
- American Psychiatric Association. (1995). *Manual diagnóstico estatístico de transtornos mentais – DSM-IV* (4a. ed.). Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- Audi, Robert. (2011). *Dicionário de filosofia de Cambridge*. São Paulo: Paulus.
- Bafico, J. (2011). *Los perros me hablan – 8 casos de asesinos seriales*. Montevideú: Editora de La Plaza.
- Barros, R. V. El asentimiento subjetivo e Aplicación del desarrollo conceptual a casos en los que intervinieron Freud y Lacan. In: R. V. Barros, *El asentimiento subjetivo a la pena y al castigo* (p. 11-31; p. 37-76). Buenos Aires: Grama Ediciones.
- Borges, S. (2007). Antonin Artaud: arte e estética da existência. *Psicanálise & Barroco – Revista de Psicanálise*, 5(2), 85-94.
- Bowlby, J. (1990). *Apego e perda* (2a ed., v. 3). São Paulo: Martins Fontes.

⁴² De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

Código Penal Brasileiro. (1940). São Paulo: Saraiva.

Brémaud, N. (2007). Les crimes de Gilles de rais. Le sadisme dans la psychose. In *L'enjeu lacanien*, 1(8), 53-71. Recuperado em 13 dec. De 2010 : 10.3917/enje.008.0053.

Brodsky, G. (2011). *Loucuras discretas: um seminário sobre as chamadas psicoses ordinárias*. Belo Horizonte: Scriptum Livros.

Carreira, A. F. (2009). Algumas considerações sobre a fantasia em Freud e Lacan. *Psicologia USP*, 20(2), 157-171. Recuperado em 7 de março de 2013, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000200002&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0103-65642009000200002.

Chai, F. B. (2007). *Le cas Landru à la lumière de la psychanalyse*. Paris: Imago.

Chasseguet-Smirgel, J. (1991). *Ética e estética da perversão*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Cleckley, H. (1976). *The mask of sanity: an attempt to reinterpret the so-called psychopathic personality*. St. Louis, MO: C.V. Mosby.

Cottet, S. (2009). Criminologia lacaniana (A. P. Sartrori, trad.) *Revista eletrônica do Núcleo Sephora*, 4(8). Recuperado em 1º de agosto de 2010, de: www.nucleosephora.com/asephallus.

Cooke DJ, M. C. (2001). Refining the construct of psychopathy: towards a hierarchical model, *Psychol. Assess*, 13, 171-188.

Cooke DJ, M. C. & Hart SD, C. D. (2005). Searching for the pan-cultural core of psychopathic personality disorder. *Personal. Individ. Differ*, 39, 283-295.

Deleuze, G. & Sacher-Masoch, L. (1983). *Apresentação de Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. Rio de Janeiro: Taurus.

Figueiredo, A. C. (2000). O diagnóstico em psicanálise: do fenômeno à estrutura. *Ágora – Estudos Psicanalíticos*, 3(2).

Ferraz, F. C. (2008). *Perversão* (5a ed.). Casa do Psicólogo: São Paulo.

Folha de S.Paulo. Recuperado em 10 de agosto de 2010, de: www.folha.uol.com.br.

Foucault, M. (2002). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1975)

Foucault, M. (2006). A evolução da noção de “indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do século XIX. In M. Foucault. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política* (pp. 1-25). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1978)

França, C. P. (2010). *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil*. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1976). A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (v. IX, pp. 105-120). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1906)

Freud, S. (1976). Totem e Tabu. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (v. XIII, pp. 17-252). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)

Freud, S. (1976). Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico: criminosos em consequência de um sentimento de culpa. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (v. XIV, pp. 375-377). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916)

Freud, S. (1976). Dostoievski e o parricídio. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (v. XIII, pp. 205-224). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927)

Freud, S. Três ensaios sobre a sexualidade (1905) V.VII

Freud, S. Escritores criativos e devaneio (1906)V. IX

Freud, S. Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte (1915) V.XIV

Freud, S. Além do Princípio do Prazer (1920)V.XVIII

Freud, S. O Ego e o Id (1923)V.XIX

Freud, S. A organização sexual infantil (1923)V. XIX

Freud, S. O problema econômico do masoquismo (1924). V. XIX

Freud, S. O Futuro de uma Ilusão (1927)V. XXI

Freud, S. Fetichismo (1927)V. XXI

Freud, S. Mal-Estar na Civilização (1930) V. XXI

Freud, S. Por que a guerra? (1932) V.XXII

Freud, S. A divisão do ego no processo de defesa (1938) V. XXIII

Freud, S. (2010). Batem numa criança. *Obras Completas* (C. de Souza, trad., v. 14). São Paulo: Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1919)

Funaro, V. M. B. et al. (2009). *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*: documento eletrônico e impresso. Parte II (APA). (2a ed.). São Paulo: Sistema Integrado e Bibliotecas. Universidade de São Paulo.

Garrido, V. (2005). *O psicopata: um camaleão na sociedade atual*. São Paulo: Paulinas.

Goldenberg, R. (2002). *No círculo cínico ou Caro Lacan, por que negar a psicanálise aos canalhas?* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Greiser, I. (2008). Que es el que el psicoanálisis puede aportar a La criminologia? In Dossier. Psicoanálisis y criminologia. *Virtualia*. Revista Digital de la Escuela de la Orientación Lacaniana, 18, pp. 3-6. Recuperado em 10 de agosto de 2011, de: <http://www.eol.org.ar/virtualia/>.

Guerra, A. M. C. (2008). Sujeito e invenção: a topologia borromeana na clínica das psicoses. *Ágora (Rio J.)*, 11(2). Recuperado em 13 de novembro de 2011, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982008000200008>.

- Hare R. (1991). *The hare psychopathy checklist-revised*. Toronto, ON: Multi-Health Syst.
- Hare, R. (1993). *Without conscience*. Montreal: Pocket Books.
- Hare, R. (2008). *Psychopathy as a clinical and empirical construct*. Recuperado em 18 de junho de 2012, de: <http://www.hare.org/references/HareandNeumannARCP2008.pdf>.
- Harris, G. & Rice, M. (2006). Treatment of Psychopathy A Review of Empirical Findings. In: G. Harris & M. Rice. *Manual of psychopathy* (pp. 555-572). New York: The Guilford Press.
- Henriques, R. P. (2009). De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(2), pp. 285-302.
- Kehl, M. R. (2009). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jeha, J. (2007). *Monstros e monstruosidades na literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Jorge, M. A. C. (2006). A travessia da fantasia na neurose e na perversão. *Estud. psicanal.*, 29. Recuperado em 6 de julho de 2011, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372006000100006&lng=es&nrm=iso.
- Kernberg, O. (1995). *A agressão nos transtornos de personalidade e nas perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kernberg, O. (1998). Perversão, perversidade e normalidade: diagnóstico e considerações terapêuticas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 32(1), pp. 67-82.
- Lacan, J. (1950). Premissa a todo desenvolvimento possível da criminologia. In J. Lacan. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1966-1967). *Le séminaire de Jacques Lacan*. Livre 14: la logique du fantasme. Seminário inédito. Edição pirata.
- Lacan, J. (1979). *O seminário livro II: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)

- Lacan, J. (1985). *O seminário livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Trabalho original publicado em 1955)
- Lacan, J. (1987). *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1987. (Trabalho original publicado em 1932)
- Lacan, J. (1993a). *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. (Trabalho original publicado em 1938)
- Lacan, J. (1993b). *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998a). Kant com Sade. In J. Lacan. *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 776-803). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998b). A agressividade em psicanálise, In J. Lacan. *Escritos* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1948)
- Lacan, J. (1998c). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In J. Lacan. *Escritos* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1950)
- Lacan, J. (2001a). O aturdido. In J. Lacan. *Outros escritos* (pp. 448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2001b). O saber do psicanalista. In J. Lacan. *O seminário livro 19*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1971-1972)
- Lacan, J. (2003). Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein. In J. Lacan. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1965)
- Lacan, J. (2004). *O seminário livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963)
- Lacan, J. (2012). *O seminário livro 19: ou pior...* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1971-72)
- Levin, S. (2008). Mediar las psicopatías? In S. Levin. *Psiquiatria y Psicoanálisis 2: perversos, psicopatas, antisociales, caracterópatas, canallas* (pp. 157-162). Bs. As: Grama Ediciones.

- Lustoza, R. Z. (2006). A angústia como sinal do desejo do Outro. *Rev. Mal-Estar Subj.*, 6(1). Recuperado em 11 de julho de 2011, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482006000100004&lng=pt&nrm=iso.
- Maleval, J. C. (2009). Sobre a fantasia no sujeito psicótico: de sua carência e seus substitutos. In J. C. Maleval. *A soberania da clínica na psicopatologia do cotidiano* (pp. 13-44). Rio de Janeiro: Garamond.
- Maleval, J. C. (2010). Suplencia perversa en un sujeto psicótico. In J. C. Maleval. *La actualidad del sintoma*. Montivideo: Psicolibros Waslala.
- Mauss, M. (2003). *Antropologia e sociologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Mezan, R. (1998). *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Miller, J. A. (2001). Fundamentos de La perversión. In *Perversidades* (Colección Orientación Lacaniana, pp. 15-38). Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J. A. (2002). Sintoma e fantasia. In J. A. Miller. *Percurso de Lacan – uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Miller, J. A. (2005a). *El Otro que no existe y sus comités de ética*. In *Seminario en colaboración con Eric Laurent*. Buenos Aires: Paidós. 2005. (Trabalho original publicado em 1996-1997)
- Miller, J. A. (2005b). Orientation lacanienne III, 7. In *Pièce Détachées*. 9ème. Séance du Cours. 2 février.
- Miller, J. A. (2011). Troisième séance du Cours. In: J. A. Miller. *Orientation lacanienne III*, 13. Paris: mercredi 2 février.
- Montefiore, S. S. (2008). *O jovem Stálin*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Morana, H. C. P. (2006). Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers *Revista Psiquiátrica*, 28, supl. II, pp. 74-9.
- Ressler, R. K. (1998). *I have lived inside the monster*. New York: St. Martin's Press.

Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rogers R. (1995). *Diagnostic and structured interviewing: a handbook for psychologists*. Odessa, FL: Psychol. Assess. Resour.

Ressler, R. (1997). *I have lived in the monster: inside the minds of the world's most notorious serial killers*. New York: St. Martin's Press.

Rudge, A. M. (2005). *Notas sobre o discurso perverso*. *Interações*, 10(20), pp. 35-44.

Safatle, V. (2007). *Lacan*. São Paulo: Publifolha.

Salum, M. J. G. (2009). *A psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado em 10 de agosto de 2010, de: <http://www.psicologia.ufrj.br/teoriapsicanalitica/arquivos//documentos/55B47C1482EA7B2ED886E80D22C0BF6B.pdf>.

Sauvagnat, F. (2008). Jacques Lacan y la criminología em 1950. In F. Sauvagnat. Dossier: Psicoanálisis y criminología. *Virtualia*. Revista Digital de la Escuela de la Orientación Lacaniana, 18, pp. 9-14. Recuperado em 12 de agosto de 2011, de: <http://www.eol.org.ar/virtualia>.

Schneider, K. (1968). Personalidades psicopáticas. In K. Schneider. *Psicopatologia Clínica* (pp. 41-74). São Paulo: Editora Mestre.

Shine, S. K. (2000). *Psicopatía*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Souki, N. (1998). *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: UFMG.

Tendlarz, S. (2008). *A quién mata el asesino*. Buenos Aires: Grama Ediciones.

Valas, P. (1990). *Freud e a perversão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Vommaro, H. (2008). La psicopatía. Uma perspectiva histórica. In: H. Vommaro. *Psiquiatria y Psicoanálisis 2: perversos, psicopatas, antisociales, caracterópatas, canallas* (pp. 59-63). Bs.As: Grama Ediciones.

Winnicott, D. W. (2005). *Privação e delinquência* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Zafiropoulos, M. (2009). *Nossa arqueologia crítica da obra de Lacan: Lacan e as Ciências Sociais, Lacan e Lévi-Strauss*. Recuperado em 05 de fevereiro de 2012, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v2n3/v2n3a04.pdf>.

Winnicott, D. W. (1978). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: D. W. Winnicott. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Trabalho original publicado em 1951)

Yellati, N. (2008). Psicopata, antisocial, canalla. In: N. Yellati. *Psiquiatria y Psicoanálisis 2: Perversos, psicopatas, antisociales, caracterópatas, canallas* (pp. 177-186). Bs.As: Grama Ediciones.

ANEXO A - Jeffrey Dahmer e sua história

Poucos serial killers exerceram tamanho fascínio quanto Jeffrey Dahmer. Assassino confesso de dezessete jovens, Dahmer é abordado em um sem número de biografias e filmes. Há também incontáveis sites na internet sobre o mesmo - desde endereços virtuais nos quais é idolatrado, até outros em que o tratam como a própria encarnação do mal.

Toda essa monta de materiais a respeito de Dahmer evidencia um ponto em comum: o anseio em conhecer e construir um enquadramento que possibilite o mínimo de inteligibilidade frente a assassinatos absolutamente bárbaros. O afã em compreender Dahmer, em desvendar os motivos que o levaram a cometer seus assassinatos e também a elucidar a crueldade que os marcava, ocasionou um fato curioso: após a morte de Jeffrey, a Universidade de Winsconsin solicitou à sua família a concessão do direito de retirada do cérebro de Dahmer para que este pudesse ser usado em estudos científicos. Tal pedido (que acabou sendo acolhido) foi justificado a partir da defesa da idéia de que um estudo criterioso de sua anatomia cerebral poderia lançar luz sobre o comportamento criminoso e seus determinantes orgânicos.

Estudar a vida, e principalmente os crimes de Dahmer, não é uma empreitada fácil. Os dezessete assassinatos por ele cometidos foram marcados por uma violência brutal na qual elementos como a necrofilia e o canibalismo se fizeram presentes. Embora os atos de Dahmer sejam dignos de figurarem em filmes de terror, é preciso que não sejamos arrebatados por eles; caso não consigamos avançar frente ao “monstruoso” que os povoa, acabamos por desconsiderar importantes elementos que em muito podem nos auxiliar na pesquisa aqui empreendida.

Jeffrey Dahmer nasceu em 1960 em Milwaukee, no estado de Winsconsin nos Estados Unidos. Ainda quando criança, a família de Dahmer se muda para Ohio e se instala em um típico subúrbio americano. A mudança se deu a partir de uma oferta de trabalho para o pai de Jeffrey, Lionel, que atuava como químico. Lionel teve uma próspera carreira como químico industrial, chegando a concluir um doutorado nessa área. A profissão paterna parece ter influenciado o *modus operandi* de Dahmer, tendo grande importância na atuação homicida do mesmo, tal como será mostrado mais adiante (Bafico, 2011).

A mãe de Jeffrey, Joyce Flint, era dona de casa. Há relatos de vários problemas durante o período gestacional de Joyce. Esta sofria de náuseas constantes, principalmente ao sentir o cheiro do cozimento de alimentos. No acompanhamento pré-natal, quando estava grávida de

Jeffrey, seu médico declara que ela sofria de “Numerosos episódios de histeria e hipocondria durante os quais experimentava rigidez e convulsões” (Bafico, 2011, p. 89).

Segundo relatos de familiares e amigos destes, Dahmer teve uma infância tranquila. Contudo, há indícios de que Jeffrey exibia alguns problemas de comportamento, mostrando-se impulsivo e agressivo em determinadas situações. Aos seis anos, sua professora observa mudanças em sua conduta e as atribui à ausência dos pais. (Idem).

Quando tinha cerca de dez anos, Jeffrey ganha de seu pai um jogo de química. Ainda que o propósito do jogo fosse estimular a curiosidade científica das crianças, ajudando-as a aprender como se dão diferentes reações químicas, Dahmer encontrou uma função diferente para o brinquedo. Ele recolhia animais mortos encontrados na estrada perto de sua casa e aplicava os produtos de seu jogo de química nas carcassas coletadas. Dahmer relatava que coletava os animais para “brincar”. Ele os mutilava, arrancava-lhes as cabeças e as espetava em galhos no jardim de sua casa. Alegava que se interessava pelos órgãos internos dos animais, pelo seu funcionamento e pela maneira como se desintegravam com os produtos químicos. (Ressler, 1997)

Durante a adolescência, embora fosse considerado como um sujeito “estranho” e “solitário” pelos colegas, Dahmer foi capaz de alcançar um desempenho satisfatório na escola. Participava de aulas de clarinete e jogava tênis. Seu rendimento era de um estudante mediano (Tendlarz, 2008).

Ainda no ensino médio, Dahmer já exibia um sério problema de alcoolismo. Ingeria grandes quantidades de Whisky até mesmo durante as aulas, sendo recorrentes os episódios em que bebia até perder a consciência. Interessante é notar que nesse período, quando se encontrava bêbado, não se mostrava agressivo e não causava qualquer transtorno. Ainda que bebesse de modo contumaz e excessivo, Jeffrey jamais deixou de cumprir com suas atividades escolares (Bafico, 2011).

Em seu último ano escolar, quando tinha aproximadamente dezessete anos, seus pais se separaram. O processo de separação foi litigioso, havendo a disputa da guarda do irmão mais novo de Dahmer. Os pais não agiram do mesmo modo em relação a Jeffrey, não havendo qualquer preocupação em relação à sua guarda. Durante o litígio, Lionel fez uma série de acusações à esposa, alegando que Joyce era cruel e negligente em relação à sua família. Certa feita, em uma visita aos filhos, Lionel encontra Jeffrey sozinho em casa, sem comida e sem dinheiro. Lionel acaba obtendo a guarda dos filhos e estes vão morar com ele e sua nova esposa. (Idem).

Aos dezoito anos, Jeffrey Dahmer inicia a sua trajetória criminoso. No dia 18 de junho de 1978, comete seu primeiro assassinato. Em uma longa entrevista concedida a Robert Ressler, Dahmer fala com detalhes de cada um de seus homicídios. Iremos nos valer em diversos momentos dessa extensa entrevista na construção do presente caso.

A primeira vítima de Dahmer foi Steve Hicks, um jovem que pedia carona em uma estrada após um show de rock. Jeffrey lhe oferece uma carona e o convida para tomar cerveja em sua casa, convite que é prontamente aceito por Steve. Jeffrey relata que “tinha fantasias, já há alguns anos, de encontrar um caroneiro atraente e sentir prazer sexual com ele” alegando que era uma fantasia que “vinha de dentro” (Ressler, 1997, p. 116). Dahmer faz o seguinte relato sobre o seu primeiro homicídio:

[...] e então nós fomos para o meu quarto e tomamos uma cerveja, e pelo tempo em que fiquei com ele eu pude perceber que ele não era gay. Eu não sabia como eu poderia mantê-lo sem ser pegando um haltere e o acertando na cabeça, e eu o fiz, daí eu o estrangulei com o mesmo haltere. (Idem)

Jeffrey dizia que essa fantasia surgiu quando tinha dezesseis anos e que, desde então, já pensava em cometer um assassinato, alegando que o seu maior anseio era tratar a vítima com extrema submissão: “tudo girava em torno de ter o controle completo. Por que e de onde isso veio, eu não sei.” (Idem).

Depois de seu primeiro homicídio, Dahmer relata: “senti muito medo do que eu tinha feito. Andei de um lado para o outro na casa durante um tempo. Eu acabei me masturbando” (Idem, p. 117). Jeffrey complementa dizendo que ficou sexualmente excitado pelo fato de ter mantido sua vítima aprisionada. Em relação ao corpo de Steve Hicks, acaba o escondendo no porão de sua casa. Dahmer discorre que não conseguiu dormir naquela noite. No dia seguinte, ele chega à conclusão que deveria arranjar uma forma de se livrar do corpo. Dahmer compra então uma faca de caça. Vai até o corpo, corta a sua barriga e se masturba, alegando que se sentiu excitado ao ver os órgãos internos da vítima. Corta todos os membros de Steve Hicks e os coloca em três sacos plásticos. Jeffrey decide então levá-los, de carro, até uma ravina que se localizava a alguns quilômetros de sua casa. No meio do caminho, é abordado pela polícia. Os policiais lhe solicitam sua documentação e efetuam uma revista rotineira no carro de Dahmer. Ao fazê-lo, perguntam-lhe o que seriam os sacos que estavam na parte traseira do veículo. Jeffrey, embora tenha dito que ficou bastante nervoso com a situação, conseguiu dizer aos policiais, sem levantar suspeitas, que os sacos continham lixo a serem dispensados em um canteiro afastado da cidade. Dahmer é liberado e acaba desistindo de sua empreitada, achando mais prudente retornar até a sua casa e esconder o corpo em seu porão. Antes de

alojá-lo, Dahmer relata que pegou a cabeça da vítima, lavou-a e colocou-a no chão de seu banheiro. Novamente, acaba se masturbando com a cena. Por fim, decide esconder o corpo da vítima no cano de drenagem que havia em sua casa. Dahmer diz que manteve o corpo nos canos por aproximadamente dois anos, decidindo resgatá-lo apenas para macerar os seus ossos, jogando os seus restos mortais da vítima em seu jardim (Idem).

Também no ano de 1978, Jeffrey ingressou em uma faculdade de administração, contudo, não foi bem-sucedido. Ele acaba abandonando os estudos em função do uso intenso de álcool (Bafico, 2010).

Logo após largar a faculdade, alista-se no exército, permanecendo neste por dois anos. Jeffrey foi enviado para Alemanha Ocidental, onde atuou como auxiliar médico em um posto de socorro. Curioso é um relato de Dahmer a respeito de sua atuação como socorrista: ele dizia que não conseguia tirar o sangue de ninguém, que passava mal só em tentá-lo. No ano de 1981, foi dispensado do exército, novamente em função do alcoolismo (Idem).

Quando retorna aos EUA, em 1982, passa a morar com a sua avó, em Wisconsin. Mais uma vez, um fato intrigante na biografia de Dahmer: assim que se estabelece em Wisconsin, consegue um trabalho em um banco de extração de sangue, fazendo aquilo que justamente alegava não ser capaz - tirar o sangue dos pacientes (Idem).

Nessa época, passam a surgir novos elementos referentes a algumas condutas sociais escandalosas. Certa vez, quando estava bêbado, baixou as suas calças em um local público, exibindo sua genitália para várias pessoas. Também foi pego se masturbando em frente a um garoto de doze anos, atitude que suscitou uma determinação judicial de tratamento psicológico (Idem).

Em 1983, começa a frequentar a igreja com sua avó. Dahmer dizia que, nessa época, queria recompor a sua vida. Começou a ler a bíblia e tentava, de todas as formas, afastar quaisquer pensamentos de cunho sexual de sua mente. Jeffrey relata que conseguiu fazê-lo durante dois anos, até um evento considerado por ele como marcante. Certo dia, estava sentado em uma livraria local quando um jovem rapaz joga um bilhete em seu colo com os seguintes dizeres: “Venha até o banheiro do andar de baixo que eu lhe faço um sexo oral”. Dahmer relata que naquele momento pensou: “Isso é ridículo, precisaria de mais que isso para...”. Dahmer não aceitou o convite, achando graça do ocorrido (Ressler, 1997, p. 122).

Jeffrey diz que dois meses depois começou a sentir uma “compulsão”, “um impulso”. Ele relata que seu desejo sexual aumentou e ele começou a beber de novo. Nessa época, Dahmer, ainda com o intuito de controlar seu ímpeto sexual, roubou um manequim masculino de uma loja de roupas e passou a se masturbar ao olhá-lo e ao apalpá-lo.

Certo dia, nessa mesma época, Jeffrey ficou sabendo que um adolescente de sua cidade havia morrido em um acidente de carro. Ele vai até o seu funeral e, ao se deparar com o jovem no caixão, sente-se sexualmente excitado. Ele relata que não foi capaz de se conter, chegando a ir até o banheiro onde a cerimônia estava sendo realizada para se masturbar. Nesse mesmo dia, á noite, Dahmer decide que iria até o cemitério para desenterrar o corpo e levá-lo para sua casa. Ele chega a pegar uma pá e ir até a cova do jovem recém-morto, mas como era inverno e o solo estava congelado, acaba desistindo da ideia (Ressler, 1997).

O segundo homicídio foi em 1986, quando Jeffrey tinha vinte e seis anos. Dahmer relata que vinha frequentando saunas gays e que a maioria das pessoas que ali encontrava procuravam parceiros dispostos a realizar sexo anal, mas que essa prática não lhe interessava. Jeffrey falava que pretendia “achar um modo de passar a noite com eles, se divertindo, sem ter que fazer aquilo” (Ressler, 1997, p. 120).

Foi nesse contexto que Dahmer passa a fazer uso de um recurso que acompanhou todos os seus homicídios futuros, qual seja, a sedação de seus parceiros por intermédio de remédios para dormir. Jeffrey relata que ministrava cinco pílulas de um medicamento prescrito, dose que, usualmente, levava seus parceiros a ficarem inconscientes durante quatro horas: “era um jeito de ter controle sobre as pessoas sem ter que machucá-las” (Idem, p. 121).

Em relação ao seu segundo homicídio, Dahmer alegou não tem qualquer lembrança em relação ao mesmo. Recordava-se apenas de que teria levado um jovem negro para um quarto de hotel, e que o jovem teria bebido um drink preparado por ele no qual havia misturado um de seus sedativos. Dahmer relata que acordou no dia seguinte e encontrou o rapaz morto ao seu lado, com várias marcas de espancamento por todo o seu corpo. Jeffrey, sobre esse homicídio, disse: “aparentemente eu o espanquei até a morte” (Idem, p. 123). Alegou que não tinha nenhuma intenção em fazê-lo e que se sentiu horrorizado quando concluiu que o havia matado. Guardou o corpo no armário e saiu pra comprar uma mala suficientemente grande para transportá-lo. Levou-o até o sótão de sua casa e o esquartejou. Não se desfez da cabeça da vítima, decidindo envolvê-la em uma manta e guardá-la na estante de seu quarto. Mais tarde, Dahmer iria fervê-la para que a pele remanescente se desfizesse e deixasse apenas a ossatura. Pintou o crânio de branco, alegando que, caso alguém o visse, diria que era um crânio artificial, como aqueles com os quais os estudantes de medicina efetuam os seus estudos de anatomia.

Em 1988, Dahmer mata sua terceira vítima, um rapaz de quatorze anos que se prostituía nas ruas de Wisconsin. A partir desse terceiro homicídio, se estabelece, de fato, o *modus operandi* de Jeffrey. Com o terceiro assassinato, há uma repetição esteriotipada de sua

atuação, associada, contudo, a um certo refinamento dos atos. Nesse homicídio, Dahmer convidou o rapaz para que o acompanhasse até a sua casa, desde que se dispusesse a posar nu para fotos tiradas pelo próprio Jeffrey. Após assistirem a filmes pornográficos, mantiveram relações sexuais. Antes de matar o jovem rapaz, dopou-o com o mesmo coquetel que havia administrado com a sua segunda vítima. Quando o adolescente tornou-se sedado e inconsciente estrangulou-o e, logo depois, o esquartejou. Desfez-se do corpo do mesmo modo que vinha fazendo, ou seja, guardando-os em sacos de lixo a serem despejados em locais ermos.

Em 30 de janeiro de 1989, foi declarado culpado por um atentado ao pudor configurado pela “sedução de um menor de treze anos com propósitos indecentes”. Antes do começo do cumprimento da pena, matou a sua quarta vítima, de modo bastante semelhante ao terceiro homicídio. Novamente, manteve o crânio, chegando a se masturbar ao contemplar as caveiras que começava a colecionar.

Nessa época, estava sendo acompanhado por psiquiatras e psicólogos que acreditavam que ele era portador do Transtorno de Personalidade Esquizóide. Em relação ao atentado ao pudor, tenta se defender, em juízo, com a alegação de que era alcoólatra. Abaixo, um trecho de sua defesa:

Sou alcoólatra. Não do tipo que tem que beber todo dia, mas quando bebo, o faço sempre em excesso e suponho que isso faz de mim um alcoólatra. A única coisa que posso fazer é pedir que, por favor, me deixem conservar o meu trabalho... Não destruam a minha vida. Sei que mereço um castigo muito rigoroso. Não estou pedindo por compaixão, mas, por favor, não me aniquilem por completo. Quero muito mudar a minha conduta pelo resto da minha vida. (Bafico, 2012, p.113)

O juiz acaba determinando que ele passasse um ano em um centro de reabilitação para se tratar do alcoolismo, obtendo a permissão para sair apenas para trabalhar. Em 1990, pelo fato de apresentar um bom comportamento no cumprimento de sua pena, foi beneficiado com uma liberdade antecipada. Assim que se encontrou em liberdade, voltou a matar.

Nos homicídios que se seguiram, Jeffrey Dahmer começa a manter os corpos de suas vítimas em seu próprio apartamento. Ele adquiriu grandes toneis nos quais mantinha seus torsos em ácido até que a pele fosse decomposta e deixasse apenas os ossos. Mantinha partes de alguns cadáveres em sua geladeira e em compotas de vidro. Passou a experimentar carne humana, ainda que não gostasse muito de seu sabor.

Em vários momentos da entrevista cedida a Robert Ressler, Dahmer alega que queria manter os seus parceiros próximos de si, mas não sabia como fazê-lo. Invariavelmente se frustrava quando eles queriam ir embora, e era justamente nesse momento que ele decidia

matá-las. Dizia que não queria trazer sofrimento a ninguém, por isso dopava as suas vítimas antes de estrangulá-las e, em seguida, esquartejá-las.

O desejo de manter alguém ao seu lado levou Dahmer a crer que ele poderia criar zumbis, desde que conseguisse encontrar a técnica adequada. A partir desse anseio, Dahmer começa a realizar novos experimentos: após dopar suas vítimas, começou a perfurar os seus crânios com uma furadeira e a injetar ácido em suas cavidades cerebrais. Dahmer dizia que sua intenção era “matar o intelecto” e preservar a atividade sexual. Embora tenha tentado fazê-lo, Jeffrey acabou por perceber que suas vítimas não resistiam ao procedimento, falecendo logo após as tentativas.

Na entrevista que concede Ressler na prisão, Dahmer diz que, caso não tivesse sido pego, teria construído um “centro de poder”, algo como “templo”. Jeffrey discorria que ele seria composto por uma longa mesa na qual iria enfileirar seis crânios. Dois esqueletos completos ornariam a mesa, um em cada extremidade, suspensos pelo teto. Uma lâmpada larga sairia de trás do centro da mesa e estenderia seis globos de luz azul sobre os crânios. Estátuas de quimeras completariam a cena. De acordo com Dahmer, a intenção era criar um ambiente no qual ele poderia entrar em um outro nível de consciência para obter sucesso no amor e nas finanças. Dahmer complementa: “Manter as caveira era um jeito de eu sentir que eu poupei ao menos algo de suas essências, que não foi um completo desperdício matá-los. Mas isso nunca foi a motivação para eu matá-los. Foi um pensamento que veio depois” (p. 129)

Quando Dahmer foi questionado se já havia pensado em manter um relacionamento com alguém, ele diz: “A pessoa teria que ser totalmente complacente, disposta a fazer qualquer coisa que eu quisesse, e não tem muitas pessoas desse jeito” (p. 130)

Após assassinar dezessete rapazes, Jeffrey Dahmer acaba sendo pego quando sua futura vítima consegue escapar de seu apartamento, dopado, e acionar uma viatura que passava na rua. Dahmer foi condenado à prisão perpétua, mas acabou sendo assassinado na prisão. Nesta, Dahmer tornou-se uma espécie de fanático religioso, chegando a acreditar que era a própria encarnação de Jesus Cristo. É possível pensar que ao parar com aquilo que lhe conferia certa estabilização – os atos homicidas – Dahmer tornou-se sujeito a manifestações psicóticas mais evidentes, como o delírio de cunho religioso. A ideia referente ao “centro de poder” também foi elaborada na prisão, fato que fortalece a nossa hipótese de que, ao não mais fazer uso defesas sadomasoquistas e sem colocar em ato a sua dinâmica fantasmática, Dahmer tornou-se mais susceptível ao “marasmo da psicose declarada”.